

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS**

LAÍS BUENO TONIN

**FAKE NEWS NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE EDUCOMUNICAÇÃO NA
LEITURA CRÍTICA DAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS DIGITAIS PARA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL**

CURITIBA - PR

2024

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

LAÍS BUENO TONIN

**FAKE NEWS NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE EDUCOMUNICAÇÃO NA
LEITURA CRÍTICA DAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS DIGITAIS PARA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL**

CURITIBA - PR

2024

LAÍS BUENO TONIN

FAKE NEWS NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE EDUCOMUNICAÇÃO NA
LEITURA CRÍTICA DAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS DIGITAIS PARA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Doutora em Educação e Novas Tecnologias.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Otávio dos Santos

CURITIBA - PR

2024

T665f

Tonin, Laís Bueno

Fake News na educação: uma proposta de educomunicação na leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para formação de professores do ensino fundamental / Laís Bueno Tonin. – Curitiba, 2024.

136 f. : il. (algumas color.)

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Otávio dos Santos
Tese (Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter.

1. Fake News. 2. Desinformação. 3. Comunicação e educação. 4. Redes sociais online. 5. Educação midiática. 6. Educação – Inovações tecnológicas. I. Título.

CDD 371.334

Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

**ATA DE DEFESA DE TESE PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTOR EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

No dia 23 de abril de 2024, às 9h, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Rodrigo Otávio dos Santos (Presidente-Orientador-PPGENT/UNINTER); Ana Carolina Carius (Integrante Externo Titular – URRJ); Claudemir Edson Viana (Integrante Externo Titular– USP); Gláucia da Silva Brito (Integrante Interno Titular - PPGENT/UNINTER); Joana Paulin Romanowski (Integrante Interno Titular-PPGENT/UNINTER); Liber Eugênio Paz (Integrante Externo Suplente-UTFPR); Luís Fernando Lopes (Integrante Interno Suplente- PPGENT/UNINTER), para julgamento da tese: “FAKE NEWS NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE EDUCOMUNICAÇÃO DE LEITURA CRÍTICA DAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS DIGITAIS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL”, da doutoranda Laís Bueno Tonin. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida à doutoranda, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que o (a) doutorando (a) foi:

APROVADO(A), devendo o(a) candidato(a) entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.

APROVADO(A) somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.

REPROVADO(A).



O Presidente da Banca Examinadora declarou que o(a) doutorando(a) foi aprovado(a) e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da tese devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.

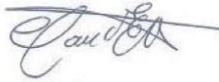
Recomendações: Recomenda-se a publicação de artigos, divulgação e aplicação do produto.



Dr. Rodrigo Otávio dos Santos
Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CAROLINA CARIUS
Data: 21/05/2024 14:45:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Ana Carolina Carius
Integrante Externo Titular



Dr. Claudemir Edson Viana
Integrante Externo Titular

Documento assinado digitalmente
gov.br GLAUCIA DA SILVA BRITO
Data: 24/04/2024 15:35:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Gláucia da Silva Brito
Integrante Interno Titular



Dra. Joana Paulin Romanowski
Integrante Interno Titular

Documento assinado digitalmente
gov.br LAIS BUENO TONIN
Data: 03/06/2024 08:24:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Liber Eugênio Paz
Integrante Externo Suplente

Dr. Luís Fernando Lopes
Integrante Interno Suplente

Laís Bueno Tonin
Doutoranda

Dedico este trabalho de doutorado à minha avó Marilurdes (*in memoriam*) mulher à frente de seu tempo, uma exímia professora que nos fez acreditar que a educação poderia mudar nossas vidas. Para sempre minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

Durante os últimos quatro anos foram muitas pessoas que colaboraram para que eu pudesse estudar e chegar ao final dessa jornada diante do desafio de ingressar no PPGENT no mês em que a pandemia do COVID-19 parou o mundo, em março de 2020, no que se desdobrou em perdas irreparáveis, como a dos professores Mario Sergio Cunha Alencastro (*in memoriam*) meu primeiro orientador, que nos deixou em profunda tristeza por sua repentina partida, e a triste perda do professor Germano Bruno Afonso (*in memoriam*), pois juntos fizeram parte da minha banca de entrevista para ingresso no doutorado, portanto, contribuíram significativamente para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos docentes do PPGENT/UNINTER que contribuíram durante a minha jornada de aprendizagem, minha eterna gratidão pela acolhida, pelo conhecimento compartilhado e pelas aulas enriquecedoras por meio de nossas longas videoconferências, no entanto, momentos para sempre na memória. E com certeza foram momentos prazerosos na companhia dos mestres: Joana Romanowski, Ademir Pinheli, Alvino Moser, Luana Wunsch, Ivo José Both, Luis Fernando Lopes, Siderly Almeida, e Rodrigo Otávio dos Santos, meu orientador, gratidão por todo apoio e companhia ao longo desses anos e por ter colaborado para que eu pudesse atingir meus objetivos e crescer com este processo.

Aos professores Claudemir Edson Viana e Glaucia da Silva Brito, pela inestimável contribuição na banca de qualificação.

Aos meus pais pela educação ao longo da vida, o apoio de vocês sempre foi fundamental para que eu estudasse. Agradeço em especial meu esposo Jeferson que me apoiou do começo ao fim, inclusive me ajudando a diagramar o produto final da tese, e ao meu filho Arthur que sempre foi minha maior motivação. Obrigada meu filho amado por ser a inspiração que eu preciso todos os dias para não parar por aqui, mas seguir em frente com essa vontade de promover mudanças e fazer do mundo um lugar melhor.

Aos que me incentivaram com boas vibrações, aos meus familiares, aos amigos e amigas, aos meus colegas de docência e estudo, em especial a Dilma e a Lêda pelo constante apoio.

EPÍGRAFE

Gente livre significa gente capaz de saber ler a publicidade e entender para que serve, e não gente que deixa massagear o próprio cérebro; gente que seja capaz de distanciar-se da arte que está na moda, dos livros que estão na moda; gente que pense com a própria cabeça, e não com as ideias que circulam ao seu redor (Jesús Martín-Barbeiro, 2000, p. 134).

FAKE NEWS NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE EDUCOMUNICAÇÃO NA LEITURA CRÍTICA DAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS DIGITAIS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Resumo:

Esta pesquisa tem como tema a leitura crítica da *fake news* na educação com recorte para o seu principal meio de propagação, as plataformas de redes sociais digitais, diante do desafio de letras jovens brasileiros em idade escolar com dificuldades em distinguir fato de opinião. Diante disso, o objetivo do trabalho é propor uma formação de leitura crítica para professores do ensino fundamental séries finais, sobre o contexto de *fake news* com recorte para as plataformas de redes sociais digitais e seus principais conceitos e impactos. Como procedimento metodológico trata-se de uma pesquisa de uma pesquisa empírica que identifica o conhecimento prévio dos professores sobre educomunicação e os impactos da digital na vida escolar, posteriormente foi elaborado o estado da arte com uma revisão sistemática da plataforma da CAPES de teses e dissertações, e da plataforma de periódicos da CAPES, a fim de identificar o percurso das pesquisas que relacionam *fake news*, formação de professores e redes sociais digitais nos últimos cinco anos. A pesquisa bibliográfica contribui com a fundamentação teórica da concepção de educomunicação, *fake news*, plataformas de redes sociais digitais, e o perfil de uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil, que serve como base para o desenvolvimento de uma curadoria de conteúdo elaborada na proposta de produto desta tese, para qual se desenvolveu o Guia para Oficina Pedagógica como subsídio para a formação continuada de professores para o acesso às informações de qualidade a fim de construir um espaço escolar capaz de favorecer o empoderamento dos sujeitos e um letramento crítico do espaço digital em contexto de *fake news*.

Palavras-chave: *Fake News*. Desinformação. Redes Sociais. Educação midiática.

FAKE NEWS IN EDUCATION: AN EDUCOMMUNICATION PROPOSAL IN THE CRITICAL READING OF DIGITAL SOCIAL NETWORK PLATFORMS FOR ELEMENTARY EDUCATION TEACHER TRAINING

Abstract:

This research has as its theme the critical reading of fake news in education with focus on its main means of propagation, digital social media platforms, faced with the challenge of young Brazilians of school age who have difficulty distinguishing fact from opinion. Given this, the objective of the work is to propose critical reading training for elementary school teachers in the final grades, in the context of fake news with a focus on digital social media platforms and their main concepts and impacts. As a methodological procedure, this is an empirical research that identifies teachers' prior knowledge about educommunication and the impacts of digital technology on school life. The state of the art was subsequently developed with a systematic review of the CAPES platform of theses and dissertations, and the CAPES journal platform, in order to identify the path of research that relates fake news, teacher training and digital social networks in the last five years. Bibliographical research contributes to the theoretical foundation of the concept of educommunication, fake news, digital social networking platforms, and the profile of internet use by children and adolescents in Brazil, which serves as a basis for the development of content curation created in proposed product of this thesis, for which the Guide for Pedagogical Workshop was developed as a subsidy for the continued training of teachers to access quality information in order to build a school space capable of favoring the empowerment of subjects and critical literacy of the space digital in the context of fake news.

Key words: *Fake News*. Misinformation. Social Media. Media Literacy.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Habilidades de educação midiática.....	p. 53
Imagem 2: Pesquisa TIC Kids Online Brasil, 2022.....	p. 79
Imagem 3: Pesquisa TIC Kids Online Brasil, 2022.....	p. 80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Base da CAPES – Teses e Dissertações.....	p. 22
Quadro 2: Artigos analisados.....	p. 26
Quadro 3: Linha do tempo representando projeto entre comunicação e educação adaptado de Barbieri (2021) e atualizado pela autora (2024)	p. 39
Quadro 4: Competências da BNCC (2017) quadro adaptado da EducaMídia (2020)	p. 48
Quadro 5: Conceitos e definições dos termos que se colocam entre a educação e a comunicação.....	p. 51
Quadro 6: Tipos de notícias falsas de acordo com a SaferNet (2021)	p. 60
Quadro 7: Características das plataformas de redes sociais.....	p. 74

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Você tem conhecimento sobre a definição do conceito de “conteúdos sensíveis” na internet?.....p. 31
- Gráfico 2:** A sua escola/entidade assistencial possui aulas de educação digital, que incluem todo tipo de convivência no ciberespaço?.....p.31
- Gráfico 3:** Você sabe definir o conceito de “Educomunicação”?.....p.32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP: Associação Brasileira de Pediatria

ABPEducom: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação

ADM: Algoritmos De Destrução Em Massa

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

CETIC: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

CIEB: Centro de Inovação para a Educação Brasileira

CMDCA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EaD: Educação a Distância

ECA: Escola de Comunicações e Artes - USP

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

EUA: Estados Unidos da América

EU: União Europeia

LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

NAMLE: National Association for Media Literacy Education

NETLAB: Laboratório de Pesquisa em Mídias Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

NCE: Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP

ONU: Organização das Nações Unidas

OMS: Organização Mundial de Saúde

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PISA: Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PPGENT: Programa de Doutorado Profissional de Educação e Tecnologias

SECOM: Secretaria de Assuntos Digitais

SBP: Sociedade Brasileira de Pediatria

TIC: Tecnologia da Informação e da Comunicação

TIDCs: Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 <i>Objetivo Geral</i>	21
1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	21
1.3 <i>Justificativa</i>	21
2. METODOLOGIA	23
2.1 <i>Estado da Arte</i>	23
2.2 <i>Pesquisa Empírica</i>	33
3. ENTRE A EDUCAÇÃO E A COMUNICAÇÃO: A EDUCOMUNICAÇÃO	36
3.1 <i>Educomunicação</i>	36
3.2 <i>Leitura crítica dos meios de comunicação e a relação com a escola</i>	46
3.3 <i>Educação midiática articulada com a BNCC</i>	50
4. FAKE NEWS E AS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS DIGITAIS	61
4.1 <i>O contexto de fake news e desinformação</i>	62
4.2 <i>Plataformas de Redes Sociais Digitais</i>	67
4.3 <i>O tipo de acesso por crianças e adolescentes na internet no Brasil</i>	79
5. PRODUTO: GUIA PARA A REALIZAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA	94
5.2 <i>Guia para a realização da oficina pedagógica</i>	99
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
7. REFERÊNCIAS	130

1. INTRODUÇÃO

Os caminhos pelo quais se acessa informação e se constrói conhecimento se alteram rapidamente no século XXI, em virtude da democratização das tecnologias e mídias que possibilitam uma aproximação à informação àqueles que têm condições de acesso, e em paralelo ocorre a digitalização do ensino, impactando as salas de aulas, por isso, entende-se que professores devem estar abertos e flexíveis para acompanhar as mudanças, diante das incertezas e instabilidades que permeiam o campo educacional, no que se refere a relação entre as novas mídias e tecnologias na sala de aula, como amplo acesso as plataformas de redes sociais digitais, que são terrenos férteis para teorias da conspiração, *fake news* e pós-verdade, que compõem estes conceitos no cenário informacional da atualidade, diante dessa conjuntura professores destacam-se no papel fundamental para o desenvolvimento do senso crítico, capaz de fazer frente à desinformação.

Nessa perspectiva, este trabalho foi construído a partir de algumas vivências no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação e Novas Tecnologias PPGENT/UNINTER, em especial, na disciplina de Educomunicação que converge com minha prática profissional como docente da disciplina de Cultura Digital e Mídias na Educação no curso de Licenciatura em Pedagogia, no qual sou a coordenadora de curso, na faculdade onde atuo há 12 anos como docente em áreas que permeiam a discussão da formação do professor para a leitura crítica dos meios de comunicação nos cursos da área da comunicação e licenciaturas até o presente momento.

Para apresentar meu percurso até a presente tese, recordo quando dei início a minha primeira graduação cursada na modalidade presencial em Comunicação Social-PP na Universidade Paranaense (UNIPAR) finalizando no ano de 2009. Já em 2012 ingressei na segunda graduação, no Bacharelado em Letras (Português/Inglês) e respectivas literaturas EaD, pela UAB (Universidade Aberta do Brasil) no polo da UEM (Universidade Estadual de Maringá) na cidade de Umuarama/PR, numa turma de 50 ingressantes, a qual apenas eu e mais duas colegas chegamos ao final da graduação, em decorrência de diversas dificuldades, no entanto, o curso foi um divisor de águas na minha vida, pois passei a observar o ensino, as tecnologias e as mídias por um viés mais crítico

e significativo. Me recordo que de um seminário do curso de Letras sobre “Tecnologias na Educação”, estávamos numa videoconferência com a palestrante Prof.a Glaucia Brito da UFPR, e eu relatei que permitia o uso do celular em sala de aula, para os alunos do Fundamental Séries Finais, para as atividades de Língua Inglesa, no período eu atuava como professora substituta contratada num Processo Seletivo Simplificado (PSS) em uma Escola Estadual para disciplina de Língua Inglesa. Após o relato, a professora Glaucia Brito reforçou o quanto era positivo quebrar paradigmas sobre o uso das tecnologias e mídias em sala de aula, tendo em vista que a professora regente da turma na qual eu era substituta, não permitia tal situação, e pedia para que os alunos buscassem muitas caixas de dicionário e livros na biblioteca, mesmo os alunos portando um *smartphone* e a escola tendo WI-FI nas salas de aulas, era expressamente proibido o uso do celular, isso no ano de 2014. Então, a partir dessas vivências fui observando a relação indissociável entre a educação, as tecnologias e as mídias, tendo como base a ciência da comunicação já observada na primeira graduação.

No ano de 2017 iniciei como professora no ensino fundamental séries finais em escolas particulares, posteriormente nos anos de 2020 e 2021 atuei na disciplina eletiva interdisciplinar intitulada de “Jornal”, com o objetivo de construir um pensamento crítico sobre o gênero notícia, além de conduzir a produção de texto e construção de conteúdos informativos, relacionando os impactos das *fake news* e desinformação e interpretação da realidade no contemporâneo frente aos diversos acontecimentos, como a pandemia, a influência das decisões políticas e as consequências que incidem sobre a sociedade. Ainda no ano de 2018 fui aprovada no mestrado na Unicesumar em Gestão do Conhecimento nas Organizações, na linha de Educação e Conhecimento, onde fui bolsista da CAPES, e pesquisei sobre hibridismo na educação, analisando a influência das tecnologias no processo de construção do conhecimento em cursos híbridos de ensino superior.

A partir desta formação e atuação profissional que imbrica no percurso do doutorado, surgiu a oportunidade de colocar em prática um projeto no Ensino Fundamental séries finais das escolas estaduais e particulares do município de Umuarama/PR, com um ciclo de palestras que foram intituladas: “*É Fato ou*

Fake? – Por uma leitura crítica dos meios de comunicação”, realizadas nos anos de 2021, 2022 e 2023, assim a presente tese permite aprofundar os fundamentos epistemológicos da interface entre as áreas da educação e da comunicação, cuja pesquisa possibilitou ampliar a compreensão científica, educativa e profissional.

No ano de 2022 fui contratada pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Umuarama/PR, para atuar como formadora para o uso crítico e reflexivo das plataformas de redes sociais e os riscos que incidem sobre tais, destinada para dois grupos distintos, primeiro para professores pedagogos da rede estadual e municipal, e em outro momento para uma formação destinada às crianças e adolescentes assistidos pela secretaria de assistência social, como centros da juventude, grupo de jovem aprendiz, entre outras entidades assistidas, e desde então, venho atuando em uma dinâmica de formação de professores, crianças e adolescentes para o uso de plataformas sociais e o contato com as *fake news*, desinformação e temas transversais como *cyberbullying* nas redes sociais, que no Brasil a partir de janeiro de 2024 passou a se constituir como crime.

A partir desse percurso trilhado até a presente tese, vieram as inquietações que me levaram a refletir sobre as diversas contribuições que os professores podem conduzir em suas práticas na sala de aula visando uma formação crítica para lidar com os diversos contextos digitais que a educação vivencia no século XXI, de forma que preparem os alunos para serem protagonistas sociais no mundo digitalizado. Por isso, este trabalho discute e colabora para compreender a necessidade de curadoria da informação em contexto escolar, no qual a tecnologia representada neste trabalho por um recorte das redes sociais, age como uma extensão do homem, do ser, do pensar e do agir no contemporâneo.

Em suma, o problema de pesquisa que se observa está intrínseco a formação do professor, que por sua vez, precisa estar preparado para a impermanência dos contextos digitais que operam sobre a formação do sujeito como ser capaz de pensar e ser, num mundo cada vez mais digitalizado e que exige pensamento crítico para distinguir desinformação e informação, por isso, a questão norteadora deste trabalho que se coloca é: como desenvolver uma proposta de leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para

formação de professores como prática de educomunicação? Especialmente para esta tese que faz uma proposição de produto em forma de oficina sobre *fake news* e leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para professores do ensino fundamental séries finais.

A partir desta problemática e questão norteadora estabelecida com recorte para os professores do ensino fundamental séries finais, entende-se que a formação para a leitura crítica da mídia, com foco nas plataformas de redes sociais digitais exercerá um papel sobretudo convergente com as necessidades contemporâneas entre as áreas da comunicação e da educação, primeiro por uma demanda natural proposta pelo próprio documento norteador curricular, a BNCC (Base Nacional Curricular Comum) a qual estabelece como habilidade na área de Língua Portuguesa a questão da confiabilidade da informação, da proliferação da *fake news*, da manipulação de fatos e opiniões, com recorte para habilidade para curadoria de conteúdo.

Outro aspecto que corrobora com o produto proposto a partir da problemática do presente trabalho é o fato de ser uma ação de educomunicação, e o eixo formador da BNCC de leitura crítica, além dos resultados do Relatório da OCDE "*Leitores do século 21: desenvolvendo habilidades de alfabetização em mundo digital*" do ano de 2021, o qual os dados do PISA aponta que 67% dos jovens do Brasil não sabem distinguir fato de opinião, enquanto a média mundial é de 47%. Portanto, espera-se construir a fundamentação teórica que imbrica a necessidade de contemplar a formação de professores por meio da leitura crítica das mídias com recorte para plataformas de redes sociais digitais e o conceito de *fake news*.

Para tanto, este trabalho está organizado além desta introdução, num segundo tópico que contempla um estado da arte e uma revisão sistemática de literatura que visa sustentar o produto final desta tese, a formação para professores das séries finais de educação fundamental, com uma oficina que contemple *fake news* por meio de uma leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais, como uma ação de educomunicação em seu eixo de estudo da educação midiática. Além disso, apresenta-se uma pesquisa empírica aplicada aos professores da rede pública de ensino da cidade de Umuarama-PR, com a finalidade de compreender as limitações acerca da temática.

Por fim, apresenta-se a fundamentação teórica sobre educação e comunicação, educomunicação e o contexto do conceito de *fake news*, e por fim, a apresentação do produto, uma oficina que objetiva fomentar uma formação com curadoria de conteúdos sobre *fake news*, para que professores possam utilizar em sala de aula objetivando a leitura crítica das mídias, com recorte para as plataformas de redes sociais digitais.

1.1 Objetivo Geral

Propor uma **formação de leitura crítica para professores do ensino fundamental séries finais, sobre *fake news*, com recorte para as plataformas de redes sociais digitais.**

1.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral deste trabalho, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Construir um estado da arte sobre educomunicação, *fake news* e formação de professores.
- ✓ Descrever o que é educomunicação;
- ✓ Conceituar *fake news*;
- ✓ *Conceituar as plataformas de redes sociais digitais.*

1.3 Justificativa

Este estudo, conforme já citado anteriormente, surgiu de dois momentos, sendo a formação das disciplinas de Educomunicação e Filosofia da Tecnologia, ambas ministradas pelo orientador deste trabalho e o trabalho das palestras ministradas sensibilizando para o contexto de *fake news*, para professores e alunos da rede pública e particular de ensino fundamental séries finais.

Após cursar as disciplinas do programa de Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias – PPGENT-UNINTER, as palestras colaboraram com as pesquisas realizadas sobre as temáticas que relacionam a leitura crítica dos meios de comunicação com foco nas plataformas de redes sociais digitais,

a sensibilização para as *fake news* e a violência digital - *cyberbullying*, temas estes que imbricam com o uso responsável da internet para crianças e adolescentes, bem como o uso das plataformas de redes sociais digitais.

Outro pilar que justifica este trabalho, é o aporte teórico de autores e pesquisas bibliográficas que reforçam que embora o tema da educação midiática ou leitura crítica dos meios de comunicação é proeminente no âmbito das pesquisas científicas, para tanto, o estado da arte permite concluir que o foco está mais para o aluno do que para a formação do professor, este trabalho também busca coletar informações dos professores participantes das palestras propostas sobre seus conhecimentos e afinidade com o assunto para formação.

Portanto, a proposta desta tese também se justifica pela formação continuada do professor ou pedagogo que ainda não tenha se apropriado da leitura crítica dos meios de comunicação, especialmente para as plataformas de redes sociais digitais e os impactos provenientes de seu uso, quando não é feito pela perspectiva crítica, mas passiva, que por vezes, pode resultar em uso inadequado.

Atualmente as licenciaturas de pedagogia têm inserido em suas matrizes curriculares disciplinas que tratam de contextos digitais diversificados, como a educomunicação, cultura digital, prática com os recursos digitais, entre outros, no entanto, não é um aspecto que pode garantir a formação de todo(a) licenciado(a), por isso, a formação continuada é adequada para tratar a temática proposta neste trabalho.

Como se observa, esta reflexão aponta para o produto que visa desenvolver uma solução, e que encontre um sentido para promover novas habilidades, novas atitudes que permitam com que os professores e posteriormente seus alunos usem democraticamente as plataformas de redes sociais de forma que questionem conteúdos caracterizados como desinformação, ou *fake news*, sobretudo, analisando criticamente não pelo simples fato de criticar no sentido literal da palavra, mas sim, no sentido de questionar, verificar e identificar informações tendenciosas, enviesadas, sensacionalistas, que desinformam e visam enganar seus expectadores leitores.

A proposta tem como objetivo colaborar para formar pensamento crítico de um fenômeno tão complexo como educar e conscientizar indivíduos para que

reflitam sobre contextos digitais e suas problemáticas. É fato que as mudanças não recaem unicamente a partir do produto proposto, mas é congruente proporcionar formação para professores de forma que se torne um passo significativo para que mudanças ocorram num território continental tal como é o Brasil.

2. METODOLOGIA

Este capítulo se destina a apresentar os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Para Gil (2006) o método científico pode ser definido como o conjunto de procedimentos científicos e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. A partir desse entendimento acerca de metodologia utilizada, entende-se esta pesquisa como empírica, além da base bibliográfica por meio do estado da arte.

Compreende-se como uma pesquisa exploratória, pois se objetiva conhecer mais a temática estudada, por meio dos procedimentos de análise bibliográfica e levantamento de informações por meio da pesquisa empírica com técnica de coleta de dados utilizando o instrumento questionário.

Por fim, de acordo com Romanowski (2006) organiza-se o estado da arte para compreender o acumulado da área, de forma que seja possível identificar as necessidades de melhoria do estatuto teórico metodológico e tendências de investigação, lacunas existentes e que seja possível examinar o conhecimento já elaborado com os temas pesquisados e desenvolvidos na área.

2.1 Estado da Arte

A revisão sistemática deve responder a uma pergunta claramente formulada, utilizando métodos sistemáticos com o propósito de identificar lacunas que levem à compreensão do assunto, apontem temas relevantes, emergentes e recorrentes, ainda organiza as informações existentes e localiza lacunas.

Para tanto, se organizou uma revisão sistemática de literatura para compor o referencial teórico, considerando as bases de teses e dissertações da CAPES, e artigos com recorte temporal entre os anos de 2019 e 2023, com o

objetivo principal de identificar artigos, teses e dissertações que abordem a educomunicação, *fake news* e formação de professores. Quanto a estratégia de busca, utilizou-se de fontes digitais disponíveis na web, que se encontram indexadas nas bases da CAPES para Teses e Dissertações e para artigos foi utilizada a base de Periódicos da CAPES.

Para criar as palavras-chave, chamadas também de *strings*, considerou-se o tema principal desse trabalho, para tanto, buscando trabalhos que apresentem relação entre a temática a ser desenvolvida como produto final, que foram definidas com as palavras-chaves que estivessem no título e exatas: “educomunicação + “fake news”, ainda seria possível acrescentar a “formação de professores”, para recortar o tema, no entanto, não houve resultado quando combinadas as três palavras-chaves.

Por isso, a busca refinada na base da CAPES de teses e dissertações encontrou trabalhos a partir de duas combinações, que são elas: “educomunicação” + “fake news”, na qual resultou em uma dissertação, e na combinação: “fake news” + “formação de professores”, a qual encontrou 11 resultados, sendo sete dissertações e duas teses, os quais são referentes aos anos entre 2019 e 2022, não encontrando trabalhos referentes ao ano de 2023.

Após o levantamento primário das teses e dissertações aplicou-se o critério de exclusão após a leitura do material, que eliminou teses e dissertações que não tratavam de fake news, educomunicação para a formação de professores e abordavam contextos específicos de outras áreas do conhecimento, como casos na área da saúde relacionados a vacinação, entre outros, e como critério de inclusão, foram mantidas as teses e dissertações que abordam formação de professores, *fake news* e educomunicação em contexto escolar, com autorização na base da CAPES com acesso livre, permanecendo então quatro trabalhos de dissertações que contemplam as investigações desta área pesquisada.

O quadro 1 apresenta a relação das publicações de teses e dissertações encontradas quanto as palavras-chaves: “**fake news**” + “**educomunicação**” e “**fake news**” + “**formação de professores**”. O quadro foi organizado para apresentar o autor(a), ano, tipo de trabalho, título, metodologia, objetivo e base epistemológica.

Quadro 1: Base da CAPES – Teses e Dissertações

Autor/Ano/Tipo do trabalho/ Título.	Metodologia	Objetivo	Base Epistemológica
Andrade, Allison Guimaraes. (2021) Dissertação O Exercício do Pensamento Crítico na Leitura de Fake News.	Pesquisa de abordagem qualitativa, bibliográfica e de campo, e descritiva.	Levar o aluno a exercitar o pensamento crítico de modo a ter mais subsídio para leitura de <i>fake news</i> .	Bakhtin (2011); Lopes-Rossi (2002;2006); Downes (1995); Vigotsky (1994) Lippmann (1995); Silva e Abud (2019); Engestrom (199) Liberali (2009) D’Ancona (2018) Bauman (2001); Faustino (2019); Lyotard (2009)
Nicácio, Fernandes, Guilherme. (2019) Dissertação O Letramento em Cultura da Informação como Direito à Formação Cidadã.	Pesquisa de abordagem qualitativa, bibliográfica e de campo, e descritiva.	Elaborar e desenvolver um projeto de ensino com enfoque nos multiletramentos e desenvolvimento das capacidades e habilidades de leitura e escrita de alunos do 8º ano do ensino fundamental.	Soares (1998); Amossy (2011); Bakhtin (1997); Charaudeau (2015); Ferrari (2012); D’Ancona (2018); Santaella (2018). Hernandez (2006)
Silva, Lucinalva De Almeida (2021) Dissertação A Influência da Fake News e da Desinformação na Era da Pós - Verdade: Saberes e Estratégias de Professoras do Ensino Fundamental no Contexto de uma Pesquisa – Formação.	Pesquisa-formação como pesquisa de campo de abordagem qualitativa.	Compreender os processos formativos de professores no desenvolvimento de saberes, para lidar com a <i>fake news</i> e desinformação em sua cotidianidade.	Freire (1987;1996); Castles (2022); Bauman (2001); Baudrillard (2001); Han (2015); D’Ancona (2018) Santaella (2003; 2018); Kenski (2007;2013), Tardif (2010); Ferrari (2019).
Barbieri, Andrea. (2021) Dissertação Tem dúvida? Não compartilhe! O uso de Fake News por professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II com o propósito de desenvolver habilidades em educação midiática com seus alunos.	Pesquisa de campo de abordagem mista, qualitativa e quantitativa.	Investigar como professores de Língua Portuguesa, do Ensino Fundamental II, podem desenvolver atividades pedagógicas ao inserir <i>fake news</i> em suas aulas com o propósito de desenvolver habilidades midiáticas em seus alunos.	Soares (2014;2021); Citelli (1999); Baccega (1998); Hobbs (2018); Buckingham (2010); Silverstone (2002); Ferrari (2018); Orozco Gómez (2014); Parente (2020); Freire (1984); Deleuze (2018); Kakutani (2018); Santaella (2018); Castells (2011);

Fonte: elaborado pela autora (2024)

O quadro 1 demonstra que as pesquisas na base da CAPES de teses e dissertações sobre *fake news*, educomunicação e formação de professores, não se unificam em um só estudo como aponta a proposta da presente tese, mas abordam a leitura crítica das mídias e o conceito de *fake news* e seus impactos, apresentando a relevância da formação para compreensão do contexto de *fake news* na era da pós-verdade, como demonstra os títulos dos trabalhos de Andrade (2021) e Nicácio (2019), já nos trabalhos de Silva (2021) e Barbieri (2021) que descrevem de forma explícita estratégias para leitura crítica relacionando *fake news* no contexto escolar e formação de professores.

- (1) O trabalho de Dissertação de Andrade (2021) intitulado: **O Exercício do Pensamento Crítico na Leitura de Fake News**, aborda um contexto na perspectiva de análise linguística dos alunos em relação a competências de leitura crítica, então constituindo-se como um estudo que observa a sala de aula e busca formar leitores críticos. Portanto, parte da questão norteadora com três eixos, nos quais a pesquisa vai se desdobrar: quais são as principais características do gênero discursivo *fake news*? Quais são as falácias argumentativas mais recorrentes no gênero discursivo *fake news*? Quais critérios podem ser adequados para nortear a leitura de *fake news*? Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de campo de interpretação dos materiais de alunos do ensino médio, por meio de uma sequência didática, de abordagem qualitativa. O objetivo de levar o aluno a exercitar o pensamento crítico de modo a ter subsídio para leitura crítica de *fake news*, o que colabora para o estado da arte em relação a importância do tema, propondo estratégias de leitura a partir de critérios de gênero para identificação de *fake news*, portanto, contribui para o estado da arte identificando quais estratégias os professores utilizam em sala de aula para leitura crítica dos meios de comunicação, ainda que não trate de forma específica de formação de professores. Como conclusão, a presente dissertação evidencia o compromisso social da escola, como uma das instituições responsáveis por oferecer subsídios culturais e científicos para que os alunos possam exercer sua cidadania.

- (2) A dissertação de Nicácio (2019) intitulada: ***O letramento em cultura da informação como direito à formação cidadã***, articula sua questão norteadora como a problemática a partir das vivências como docente do 8º ano, na qual observa um distanciamento dos alunos em relação ao gênero notícia no que se refere ao multiletramento e a possibilidade de leitura crítica que são inerentes ao contexto de cultura da informação. Quanto ao objetivo, propõe um projeto para desenvolver a leitura crítica e multiletramento aos alunos participantes da pesquisa. A metodologia se constitui como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de campo e descritiva, a qual narra todo o processo das 34 horas/aula destinadas ao projeto estabelecido que analisa textos produzidos pelos alunos, discussões e sensibilização para leitura crítica. Como conclusão, o presente trabalho aponta o levantamento do grau de letramento em discurso midiático no grupo de estudo, o qual conclui que as práticas permitiram um novo olhar para o gênero discursivo do tipo notícia, e ressalta a importância do professor dominar este aspecto ancorado pela BNCC (Base Nacional Curricular Comum).
- (3) O trabalho de Dissertação de Silva (2021) intitulado: ***A Influência da Fake News e da Desinformação na Era da Pós - Verdade: Saberes e Estratégias de Professoras do Ensino Fundamental no Contexto de uma Pesquisa – Formação***, propõe uma pesquisa-formação que trata da temática que descreve o cenário em que as TIDCS permitem amplo acesso a informação, no entanto, com o prejuízo da bolha que se cria por algoritmos que são capazes de convencer a partir de informações providas de crenças, emoções, ideologias e vieses, impulsionando percepção equivocada, a qual podem enfraquecer o discernimento e o senso crítico, de acordo com a autora. Para tanto, em seu trabalho, a questão norteadora que se coloca é: *“Como ocorre a influência da fake news e da desinformação na era da pós-verdade e de que maneira as professoras lidam com essa realidade em sala de aula?”* A pesquisa-formação implicou na participação de doze professoras do ensino médio, que ao total de seis encontros evoluíram

no diálogo sob três eixos de formação: (1) estratégias para identificação de *fake news*, (2) navegação segura na/pelas mídias e (3) aprendizagem colaborativa. Em sua metodologia propõe uma pesquisa-formação, a partir de seis encontros, com doze professores da Rede Municipal de Ensino de Afrânio/PE, os quais são organizados para formar e dialogar sobre três eixos de formação sobre *fake news* e desinformação.

- (4) A dissertação de Barbieri (2021) intitulada de: ***Tem dúvida? Não compartilhe! O uso de fake news por professores de Língua Portuguesa do ensino fundamental II com o propósito de desenvolver habilidades em educação midiática com seus alunos***, propõe como objetivo identificar leitura crítica dos professores, e como estes utilizam em sala de aula recursos para abordar a educação midiática, como metodologia foram aplicados questionários abertos e fechados para 122 professores a fim de identificar o perfil de formação, nível de leitura crítica identificando *fake news*. Por fim, na conclusão do trabalho dentre os professores foram identificados ausência de conhecimentos sobre a disseminação de notícias falsas, embora a maior parte dos entrevistados reconhecem a relevância do conteúdo, porque a BNCC vem pavimentando este caminho, e finaliza com reflexão da mídia na escola com práticas mais significativas, e portanto, conclui que professores precisam de formação para estarem mais atentos a este cenário.

Em síntese, cabe destacar que na base de teses e dissertações da CAPES, não foi encontrada nenhuma tese que trate da temática unificando *fake news* com foco na formação de professores, nos últimos cinco anos, o que revela uma oportunidade para o produto a ser desenvolvido. As quatro dissertações analisadas, possuem similaridade no quadro de bases epistemológicas, e todas foram realizadas na disciplina de Língua Portuguesa, nas quais os autores eram professores e condutores das pesquisas no seu espaço de práxis.

Para subsidiar a presente pesquisa, foi preciso recorrer a base de periódicos da CAPES, na qual foi realizada uma busca por artigos em língua

portuguesa, indexados com acesso aberto, entre os anos de 2019 e 2023, para isso, foi utilizado a primeira formação de combinação de palavras-chaves, aplicando-se os três termos exatos no título ou palavra-chave, do artigo: **“fake news” + “educomunicação” + “formação de professores”**, no entanto, foi encontrado apenas um artigo completo, ao combinar essas três palavras-chaves, um artigo de 2022, intitulado *“Competência crítica em informação e educomunicação: proposta interdominial no combate à desinformação”* publicado pela Faculdade de humanidades e ciências da educação de La Plata, na Argentina.

Por isso, optou-se por investigar de forma mais ampla buscando outros artigos alinhados com a pesquisa, dessa forma, foi realizada mais uma busca na base de periódicos da CAPES com o recorte de palavras-chaves: **“Fake news” + “educomunicação”**, resultando em onze artigos, o que mais uma vez reforça a ausência do termo “formação de professores”, assim como na base de teses e dissertações.

Após o levantamento primário dos artigos aplicou-se o critério de exclusão, com a leitura do título e resumo, foram eliminados os artigos que se repetiram e não tratavam diretamente de *fake news*, educomunicação e formação de professores, e como critério de inclusão, foram mantidos artigos que colaboram para a formação de professores em contexto de compreensão sobre os conceitos de *fake news* e educomunicação com seu recorte de eixo para leitura crítica dos meios de comunicação, que trate do contexto escolar na área de concentração de educação, com acesso aberto na base da CAPES periódicos, por fim, sendo analisados cinco artigos.

Quadro 2: Artigos analisados

Autor/Ano/ Título.	Metodologia	Objetivo	Base Epistemológica
Ana Paula Alencar. Juliana Ferreira Marques. Marco Schneider. Edvaldo Carvalho Alves. (2022) Competência crítica em informação e educomunicação:	Pesquisa qualitativa, revisão teórica.	Propor uma sequência de atividades educacionais, fundamentadas nos sete níveis da CCI sistematizados por Schneider (2019).	Soares (2014); Schneider (2019); Bauman (2011); Citelli & Orofino (2014); Froehlich, (2017); Beccega (2009); Ferrari (2020); Freire (2000).

proposta interdominial no combate à desinformação			
Cristine Rahmeier Marquetto. (2020) Distinguindo conceitos de educação para mídia: Alfabetização midiática como objetivo	Pesquisa qualitativa, revisão teórica.	Identificar o posicionamento no cenário das pesquisas, os conceitos de alfabetização midiática, mídia-educação e educomunicação.	Soares (2011); Kaplún (2014); Baccega (2011); Citelli (2011); Aparici (2014);
Maria Cristina Castilho Costa. Anderson Vinicius Romanini. (2019) A educomunicação na batalha contra as <i>fake news</i>	Pesquisa qualitativa, revisão teórica.	Discutir os conceitos de educomunicação e desinformação, tendo em vista que tem sido uma preocupação central dos filósofos e estudiosos da comunicação humana.	Marx (1971); Martín-Barbeiro (2014); Lippman (2008); Bourdieu (1996); Benjamin (2011); Braudrillard (1991); Bakhtin (1993);
Adilson Citelli. Cláudia Nonato. Roseli Figaro. (2021) Ismar de Oliveira Soares: a memória dos estudos comunicativos-educativos e da educomunicação no Brasil	Pesquisa qualitativa, publicação de entrevista.	Promover uma recuperação histórica da epistemologia educacional, homenageando o professor Titular Sênior da USP, Ismar de Oliveira Soares.	Soares (2021)
Ivan Paganotti. Leonardo Moretti Sakamoto. Rodrigo Pelegrini Ratier. (2021) “Vaza, Falsiane!”: iniciativa de letramento midiático contra notícias falsas em redes sociais	Pesquisa-ação, de abordagem qualitativa.	Refletir sobre a proliferação de sites de checagem de fatos, ameaças de controle legal e alterações técnicas em algoritmos de redes sociais, contrastando essas estratégias com o potencial de iniciativas baseadas na educomunicação	Buckingham, David (2003); Citelli (2010); Eco, Umberto (2001); Freire (1996); Martín-Barbeiro (1996); Mattelart (2011); Orozco- Gómez (2011).

Fonte: elaborado pela autora (2024).

- (1) No quadro 2, os artigos encontrados na base de periódico da CAPES, o primeiro artigo analisado de Alencar Et. Al. (2022) intitulado: “*Competência crítica em informação e educomunicação: proposta interdominial no combate à desinformação*”, faz uma excelente

exposição da competência crítica em informação (CCI) na perspectiva de Schneider (2019) com o objetivo de propor uma sequência de atividades para serem desenvolvidas em sala de aula, para o desenvolvimento da análise crítica e uso ético da informação. Concluindo que o professor quando capacitado é capaz de transformar em uma mediação crítica a relação utilitária que convencionalmente é estabelecida com a informação.

- (2) No segundo artigo de Marquette (2020) intitulado: *“Distinguindo conceitos de educação para mídia: Alfabetização midiática como objetivo”*, por meio de uma revisão teórica bibliográfica, a autora tem como objetivo conceituar de acordo com a literatura, a compreensão da alfabetização midiática como um objetivo a ser alcançado, a mídia-educação como meio e procedimento, e educomunicação como um método. Concluindo que a compreensão dos termos possibilita avançar nos resultados e construir políticas estáveis para o objetivo em questão.
- (3) No terceiro artigo Costa e Romanini (2019) intitulado: *“A educomunicação na batalha contra fake news”*, discutem numa revisão teórica da literatura acerca da educomunicação, como uma abordagem transversal e multidisciplinar, concluindo que esta temática é uma preocupação dos educadores. No Brasil a educomunicação se tornou área de formação, pelas mãos dos professores Ismar de Oliveira Soares, Maria Aparecida Baccega e Adilson Odair Citelli.
- (4) No quarto artigo, Citelli, Nonato e Figaro (2021) intitulado: *“Ismar de Oliveira Soares: a memória dos estudos comunicativos-educativos e da educomunicação no Brasil”*, os autores publicaram uma entrevista realizada remotamente com o professor Titular Sênior da Universidade de São Paulo, para uma recuperação histórica da epistemologia educacional e da sua implantação na ECA/USP, também respondendo questões relacionadas ao pensamento de Freire e à presença das tecnologias em ambiente escolar, demonstrando preocupação com a disseminação das *fake news* nos últimos anos.

(5) O quinto artigo de Paganotti, Sakamoto e Ratier (2021) intitulado: “*Vaza, Falsiane!*”: iniciativa de letramento midiático contra notícias falsas em redes sociais”, discute a partir da problemática “como intervir de forma educativa nas plataformas sociais para combater notícias falsas?”, em uma pesquisa-ação, na qual foi elaborado um curso com linguagem própria da internet, como memes, notícias falsas e estratégias de conteúdos, para promover a competência de leitura crítica dos participantes, o curso foi desenvolvido na plataforma do Facebook, e já recebeu mais de 200 mil alunos, e concluí que incentivar uma postura crítica frente às notícias falsas que circulam nas plataformas de redes sociais é essencial para uma educação-cidadã, defendida por Martín-Barbero (1996).

Em síntese esse estado da arte revela uma lacuna para presente pesquisa, que visa contribuir com a formação continuada de professores, promovendo uma ação educacional que tem como objetivo promover a leitura crítica com recorte para o fenômeno das *fake news*. A revisão sistemática aborda a temática como um tema emergente e que vem sendo discutido nos últimos cinco anos, em especial na perspectiva dos professores de Língua Portuguesa, que atuam em pesquisa-ação com foco em seus alunos, trabalhando o contexto de *fake news*, pós-verdade, ancorando seus trabalhos de pesquisa na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) com as competências gerais e a diretriz para leitura crítica das informações dos meios de comunicação impressos ou eletrônicos, incluindo o Campo Jornalístico-Midiático desde o Ensino Fundamental séries iniciais, com a recomendação:

Trata-se, em relação a este Campo, de ampliar e qualificar a participação das crianças, adolescentes e jovens nas práticas relativas ao trato com a informação e opinião, que estão no centro da esfera jornalística/midiática. Para além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa. (BNCC, 2017, p. 140).

Os trabalhos de dissertação de Nicácio (2019), Silva (2021) e Barbieri (2021) que compuseram a revisão sistemática citaram a BNCC e seu Campo Jornalístico-Midiático, com destaque para o trabalho da Barbieri (2021) que trabalhou dez competências da BNCC que se relacionam com a perspectiva teórica de educação midiática de Buckingham (2010).

Por fim, o arcabouço teórico entre todos os trabalhos de dissertações e artigos da revisão sistemática que combinaram as palavras-chaves *fake news* e educação coincidem em suas bases epistemológicas, resultando na ampla citação dos autores, Soares (2014; 2011); Freire (1996; 2000); Citelli (2010); Martín-Barbeiro (1996); Froehlich (2017); Ferrari (2020); Baccega (2011); Bakhtin (1993); Buckingham (2003); Bauman (2011); Lippmann (1995); D'Ancona (2018); Kaplún (2014); Silverstone (2002); Orozco-Gómez (2014); Parente (2020) e Santaella (2018).

A partir da questão que norteia este trabalho no que se refere a problemática que visa oportunizar uma formação para professores para que possam lidar com a impermanência da cultura digital e contexto de *fake news*, o estado da arte reforça essa oportunidade, quando os trabalhos encontrados revelam as ações de educação com foco nos alunos, constando apenas um trabalho sobre a formação de professores. Para dar continuidade a esta discussão, optou-se por recorrer a uma pesquisa aplicada aos professores da educação básica de ensino fundamental de escolas públicas no município de Umuarama/PR, a qual transparece em dados a necessidade do produto proposto para esta tese, tendo em vista os pontos frágeis entre 41 professores em não saberem definir alguns conceitos relacionados a temática do presente trabalho.

2.2 Pesquisa Empírica

Para fazer um panorama sobre esta situação, demonstra-se em dados o quanto este trabalho é relevante para área da educação e sua interface com a comunicação, revelando uma lacuna a ser trabalhada na formação de professores.

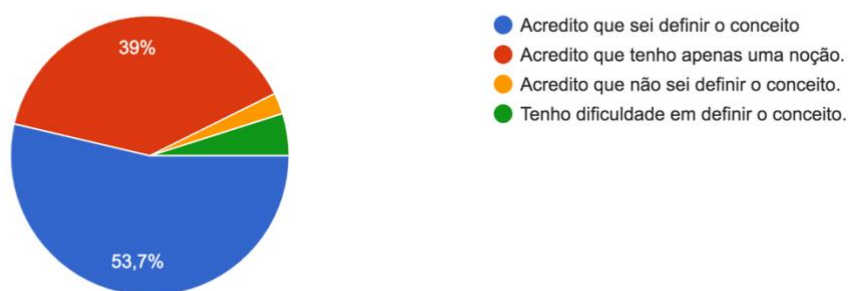
No dia 31 de agosto de 2022, em uma das palestras ministradas pela autora para 41 professores da rede municipal e estadual do município de

Umuarama/PR, questionou-se temas que entram na seara do recorte feito para esta tese, sendo três perguntas que identificaram se os professores tinham conhecimento sobre o conceito de *conteúdos sensíveis* na internet, seguido do questionamento se a escola trabalhava com educação digital para convivência no ciberespaço, seguido do questionamento se saberiam definir o conceito de educomunicação, conforme os gráficos abaixo demonstram.

O gráfico 1, aponta que 46,3% dos professores não possuem certeza ao definir o que é conteúdo sensível na internet, embora não seja a maioria, ainda assim é um número expressivo.

Gráfico 1: Você tem conhecimento sobre a definição do conceito de “conteúdos sensíveis” na internet?

Você tem conhecimento sobre a definição do conceito de "conteúdos sensíveis" na internet?
41 respostas



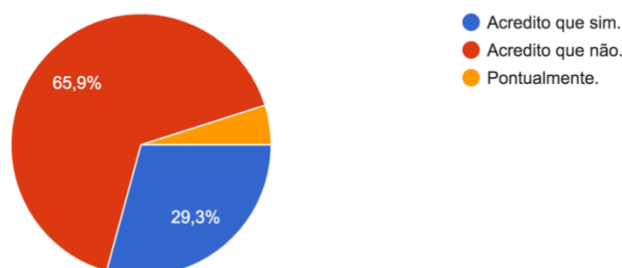
Fonte: autora (2022)

O gráfico 1, ainda aponta com 53,7% dos professores que acreditam saber definir o conceito, revelando então, que se fosse pedido para que definissem de fato o conceito, talvez nem todos que acreditam saber, de fato responderiam.

Gráfico 2: A sua escola/entidade assistencial possui aulas de educação digital, que incluem todo tipo de convivência no ciberespaço?

A sua escola/entidade possui aulas de educação digital, que incluem todo tipo de convivência no ciberespaço?

41 respostas



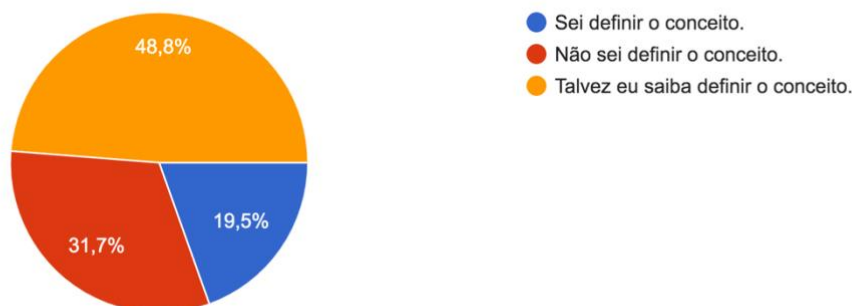
Fonte: autora (2022)

O gráfico 2, ainda aponta com 65,9% dos professores afirmaram não ter em suas escolas educação digital que inclua convivência no ciberespaço, ou seja, em ambientes digitais de convivência, como acesso aos computadores, internet, ou outros dispositivos, mas fica claro, que não há uma ideia clara de que há incentivo para que aconteça.

Gráfico 3: Você sabe definir o conceito de “Educomunicação”?

Você sabe definir o conceito de "Educomunicação"?

41 respostas



Fonte: autora (2022)

No gráfico 3, apenas 19,5% dos professores afirmaram saber responder o conceito de educomunicação, corroborando com o fato de que tanto para alunos como professores, esta temática ainda é tratada de forma incipiente nas escolas, pois 80,5% não sabem definir educomunicação.

Embora, não se tenha a pretensão de tomar como recurso único esta pesquisa aqui apresentada, tendo em vista, que não se tem como objetivo

esgotar ou definir a justificativa do trabalho por este recorte de três questões aplicadas para um pequeno público de professores.

O que se pretende é corroborar com os demais apontamentos, pois trata-se de uma pesquisa aplicada apenas para 41 professores pedagogos de escolas públicas municipais e estaduais, bem como pedagogos que atuam em entidades assistidas socialmente e escolas particulares no Noroeste do Paraná, o que pode não refletir o mesmo ponto de vista, se aplicada para um universo maior de professores, ou até em outras regiões, sendo que o resultado pode ser alterado, pois toda pesquisa é factível a diversas respostas, dependendo do ambiente e condições a qual é aplicada.

No entanto, é importante destacar que outros estudos que sustentam este trabalho, somam resultados que refletem as informações coletadas na pesquisa como o estado da arte realizado com uma revisão sistemática da literatura, em que apresenta os anseios de oportunizar ações educacionais para professores que demonstram incipiente letramento para leitura crítica de contextos digitais, tais como a própria educação, portanto, reforçando a fragilidade da educação midiática e leitura crítica dos meios de comunicação na escola do século XXI.

Atualmente as licenciaturas de pedagogia têm inserido em suas matrizes curriculares disciplinas que tratam de contextos digitais diversificados, como a educação, alfabetização digital, e práticas com os recursos digitais, no entanto, não é possível garantir ao professor que já está atuando nas escolas possam ter um conhecimento nivelado sobre as temáticas.

Como se observa, esta reflexão aponta para a questão norteadora deste trabalho que se propõe a desenvolver um produto que possa ser aplicado como parte da solução, tendo em vista que um fenômeno complexo como formar para o pensamento crítico e mudanças culturais deve-se exigir bem mais que uma única formação para professores, mas é preciso somar esforços para consciência de que proporcionar formação adequada para este público é um passo significativo para que mudanças ocorram.

3. ENTRE A EDUCAÇÃO E A COMUNICAÇÃO: A EDUCOMUNICAÇÃO

3.1 Educomunicação

Para este capítulo faz-se inicialmente um resgate histórico de práticas e projetos que colaboraram para construção do universo comunicacional entre as áreas da educação e da comunicação, no âmbito da mídia escola e leitura crítica dos meios de comunicação, por isso, inicia-se retomando alguns eventos que impulsionaram as pesquisas na área, trazendo então o conceito de educomunicação, e por fim retomando alguns projetos que se constituem como práticas de educomunicação.

Citelli, Nonato e Figaro (2021) destacam que o professor Ismar de Oliveira Soares, que ocupa a presidência da ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação, foi coordenador do NCE – Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP por 18 anos, ressemantizou em 1999, o neologismo Educomunicação para designar um campo emergente de intervenção social na interface entre a educação/comunicação. Para exercício de escopo, cabe destacar que educomunicação pressupõe autonomia epistemológica de sua ação, uma vez que busca parâmetros na interface entre as áreas educação/comunicação.

Além do professor Ismar de Oliveira Soares, também Adilson Citelli e Maria Aparecida Baccega encabeçaram a discussão sobre o conceito epistemológico da Educomunicação desde a década de 90 no Brasil, embora o conceito de educação midiática, mídia na escola, foram amplamente discutidos na América Latina desde 1960, mesmo que em paralelo aconteceram iniciativas em outros espaços.

Não é o intuito tentar estabelecer uma linha do tempo cronológica do conceito de Educomunicação, até porque são inúmeros eventos que marcaram a construção desta epistemologia. Cabe destacar, que a dissertação de Andreia Barbieri (2021) apontou uma sistematização histórica da construção do conceito de educomunicação no Brasil e na América-Latina, no entanto, no mesmo ano Citelli, Nonato e Figaro (2021) publicaram na revista Comunicação & Educação uma entrevista com Ismar de Oliveira Soares, contribuindo além de Barbieri com os eventos que constituem o percurso histórico do conceito.

Na sociedade contemporânea em que a informação e o conhecimento fragmentados são amplamente distribuídos por plataformas de redes sociais digitais, entende-se que é preciso promover leitura crítica envolvendo educação

e as mídias para que a educação cumpra sua função social de promover cidadania com apropriação crítica e criativa, caso contrário, de acordo com Bévort e Belloni (2009) cria-se uma dissonância entre a escola e as demandas sociais e culturais.

A partir da observação de Baccega (2009) não se trata mais do questionamento, se devemos ou não usar as mídias no processo educacional ou procurar estratégias de educação para estes meios, pois trata-se de constatar que estes também são educadores, trata-se de uma outra agência de socialização, e por estes meios passa o desenvolvimento de cidadania, aceitando, portanto, que a escola já não é o único lugar do saber. E é neste contexto que o presente trabalho escolhe desenvolver esta proposição entre a educação e as mídias, com um recorte para plataformas de redes sociais digitais, para uma prática educomunicativa, pois é a partir desta posição que se encontra sentido para construção do pensamento crítico.

Com isso, é importante refletir que após quase 15 anos, dessa fala da Beccega (2009) ainda hoje se discute, se a escola é um espaço para o uso do dispositivo *smartphone*, ou se é um espaço que cabe proibir o uso, sem que se tenha oportunizado ensinar para o uso crítico, objetivando promover debates sobre os conteúdos no contemporâneo, como o próprio contexto de *fake news* e desinformação. Se a tecnologia é uma extensão do homem, por que não ensinar a usá-la para fins democráticos em ambiente escolar? Para Beccega (2010) as práticas comunicacionais no âmbito da escola, devem atuar no sentido das mudanças, resultando do conhecimento efetivo desse campo, para assim permitir que os sujeitos construam uma postura crítica diante da mídia, diante do mundo.

É nessa perspectiva de emancipação para o pensamento crítico, que a educomunicação surge no contexto epistemológico como campo de intervenção na realidade social, de natureza propositiva, bem como, interdisciplinar e transdisciplinar que objetiva construir uma interface entre as áreas da comunicação e da educação, estabelecendo uma relação de coodependência e de complementaridade, conforme aponta (Rosa, 2020).

Quanto a perspectiva histórica, de acordo como professor Ismar de Oliveira Soares (2014) a educomunicação e a educação midiática são

compostas de uma vertente histórica de aproximação entre a comunicação e a educação, colocando a temática num contexto de historicidade com inúmeros eventos, dentre eles, em 1960 o movimento da UNESCO, e dos Estados-latino-americanos, países europeus, Estados Unidos, promovendo a *Media Literacy*, mas com destaque especial para o I Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação em São Paulo/SP, em 1998, evento em que o conceito de Educomunicação passou a dar nova vida à promoção da educação midiática.

Ismar de Oliveira Soares, em entrevista para Revista Comunicação & Educação Ano XXVI – Número 1 jan/jun de 2021, destaca:

O sentido hoje atribuído pela comunidade latino-americana, no sentido de designar um “campo de interface”, com epistemologia própria, áreas de intervenção socioeducativa específicas e metodologias de ação definidas, resultou de uma sistematização possibilitada, no final dos anos de 1990, por um conjunto de pesquisas no continente, entre as quais o trabalho desenvolvido pelo NCE/USP, entre 1997-1999, com o apoio da Fapesp. No caso, reconhecia-se a consolidação de um pensamento e de uma prática que havia emergido das lutas sociais do continente latino-americano, e que – indo além da “educação para a mídia” – assumia como fundamental a formação para uma gestão compartilhada e democrática da comunicação nos espaços educativos, mediante a valorização do direito universal à expressão, privilegiando a cidadania em relação ao mercado (Citelli, Nonato e Figaro, 2021 p. 161).

O termo educomunicação ganhou proeminência nos anos 1980-1990 (Citelli, Nonato e Figaro, 2021) havia uma preocupação com os vínculos entre a comunicação e a educação no Brasil desde as décadas de 1920-1930, representada pelo pioneiro Roquette Pinto (1884-1954) que fundou a radiodifusão brasileira, e entendia que não haveria outro modo da educação chegar para todos os cantos do país, se não fosse pelo recurso tecnológico do Rádio, por isso, implantou a primeira emissora no Brasil essencialmente educativa, e o outro é Anísio Teixeira (1900-1971) que acreditava na educação pública de tempo integral que oportunizasse o acesso para todos independente da condição financeira ou raça, mas sua contribuição se deu essencialmente na criação da Escola Parque em Salvador, Bahia, em 1961, que paralelo ao ensino as crianças tinham acesso aos conteúdos curriculares de teatro, linguagens artísticas, cinema, música, para tanto, não é por acaso que a educomunicação encontra seu mais ativo espaço de expressão na escola pública.

Neste contexto é que nos anos de 1960 houve um incremento importante nas preocupações latino-americanas na interface entre a educação e a comunicação, a medida que eram levantadas duas bandeiras, a primeira as *tecnologias educativas* que girava em torno da didática, e na reflexão em como melhorar a transmissão dos conteúdos por meio dos dispositivos, já a segunda bandeira, é a *leitura crítica da comunicação*, que se ocupou do viés ideológico, em articular em como defender o usuário do controle da mídia hegemônica e suas manipulações (Citelli, Nonato e Figaro, 2021). Os autores que movimentaram essas frentes de pensamento tanto de natureza ideológica para as mídias e tecnologias na escola, tem destaque Paulo Freire, Mário Kaplún, que questionavam a verticalidade da prática educativa tradicional e a instrumentalização da didática pelas TIC, de forma que ambos ofereceram subsídio para ressignificar as relações entre sujeito e as corporações que dominam a produção de artefatos digitais e sua forma de distribuir informação.

Nas décadas de 1960 e 1970, além de Paulo Freire no Brasil, e o uruguaio Kaplún, ainda contribuíram para as reflexões o boliviano Luis Ramiro Beltrán, que apontava a especificidade de uma emergente teoria latina-americana de comunicação em oposição ao modelo funcionalista vigente, com reflexos nos modelos de pensar e desenvolver práticas educativas, reforçando então, o caráter dialógico de Paulo Freire e Kaplún. Somaram para este contexto, o teórico, Jesus Martín-Barbero na Colômbia; Francisco Gutierrez, na Costa Rica; Valerio Fuenzalida, no Chile, Prieto Castilho, na Argentina e Guilherme Orozco-Gómez, no México, entre outros de acordo com, Citelli, Nonato e Figaro (2021). Foi nesse contexto, que o tema da inter-relação entre comunicação e educação avançou, inaugurando a revista Comunicação & Educação, no Brasil, no início dos anos de 1990.

O projeto Educom.rádio na cidade de São Paulo, ocorrido entre 2001 e 2004, foi uma proposta para agregar professores e alunos no combate à violência nas escolas, (BARBIERI, 2021, *apud* Soares, 2014) sendo um início de práticas de Educomunicação com o objetivo de promover mudanças sociais por meio da interface entre educação e comunicação. Nesta perspectiva corrobora o pensamento de Orozco Gómez (2014) em que os novos participantes na comunicação têm de aprender a serem comunicadores. E isso é um desafio

complexo, político, cultural e socioeconômico, começando com a comunicação e educação.

Como subsídio para destacar de forma pontual o início do uso do conceito de Educomunicação, nas pesquisas ao final da década de 1990, Soares sistematizou o conceito da Educomunicação sob a perspectiva da América Latina, publicando os resultados na revista Contato do Senado Federal em 1999, e na revista Comunicação & Educação, em 2000 e 2002 (Citelli, Nonato e Figaro 2021) dando subsídio para uma série de projetos de intervenções socioeducativas. Desde então, as práticas de educomunicação foram ganhando destaque, como a Lei Nº 13.941 de 28 de dezembro de 2004, do município de São Paulo/SP, que institui o Programa EDUCOM-Educomunicação pelas ondas do rádio, projeto que possibilita desempenhar o protagonismo do sujeito em formação, construindo uma leitura midiática crítica, democrática e cidadã.

Essa consolidação também pode ser destacada no conjunto do banco de teses e dissertações que passaram a discutir em suas pesquisas o conceito de educomunicação, como a dissertação do professor Claudemir Edson Viana que em 2000 discutiu “*O processo educacional: a mídia na escola*”, desconstruindo a versão de que os conteúdos presentes nos produtos culturais da mídia são o oposto daquilo que se denomina conhecimento útil para formação do cidadão, e que é preciso capacitar os usuários para sua utilização plena como meio de conhecimento e expressão do pensamento (Viana, 2000). Desde então, o conceito de educomunicação já foi discutido em mais de cem programas de pós-graduação no Brasil, somando até 2021, um conjunto de 416 teses e dissertações, conforme apontam Citelli, Nonato e Figaro (2021).

Em 2005 o projeto *Imprensa Jovem* foi desenvolvido pelo Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de São Paulo/SP, reforçando a ampliação das políticas para o exercício da educomunicação. Ainda outro marco fundamental para educomunicação, a abertura da Licenciatura em Educomunicação na ECA/USP em 2011, num cenário que consolida o campo de intervenção na realidade social, de natureza propositiva, interdisciplinar e transdisciplinar para a epistemologia. Barbieri (2021) destaca em seu trabalho que em 27 de julho de 2020, a palavra Educomunicação foi escolhida como a

palavra da semana do Projeto Novas Palavras, promovido pela Academia Brasileira de Letras.

No ano de 2023, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, passou a desenvolver algumas ações para fomentar a educação midiática no Brasil, como a Semana Brasileira de Educação Midiática que aconteceu no mês de outubro de 2023, que faz parte de um compromisso do governo federal em consolidar o campo da Educação Midiática como política pública de Estado, reconhecendo que o exercício da cidadania hoje passa por um ambiente digital seguro e confiável (Secom, 2023).

Nesta perspectiva da retomada dos eventos de destaque que se observa em quais contextos a educomunicação se constituiu enquanto epistemologia, e este trabalho corrobora para continuidade das discussões sobre a educomunicação, entendendo que não há processo acabado, mas sim uma reflexão que dará sequência na transformação de realidades, oportunizando protagonismo social, desenvolvendo cidadania e sujeitos críticos, sendo toda comunicação, uma ação educativa (Soares, 2014).

Esta retomada do conceito de educomunicação, sua perspectiva histórica e projetos que colaboraram com sua consolidação enquanto epistemologia, é fundamental para compreensão das práticas que visam formar leitores conscientes, a fim de promover uma emancipação para o pensamento crítico. Para tanto, na sequência foi adaptado do trabalho de Barbieri (2021) um quadro da linha do tempo para ilustrar dados que influenciaram para o campo da interface entre a comunicação e a educação desde a década de 30.

Quadro 3: Linha do tempo representando projeto entre comunicação e educação adaptado de Barbieri (2021) e atualizado pela autora (2024)

Década	Evento
Década de 1930 na Europa:	Em Londres a BBC lança um programa de formação de assistentes de cinema, sendo pioneira na prática da educação para os meios.
Décadas de 1920 e 1930 no Brasil:	Década de 1930 no Brasil: Criação da Rádio Escola Municipal: rádio nas escolas por meio dos educadores Roquete Pinto e Anísio Teixeira. 1934.
Década de 1940: América Latina:	Mario Kaplún por meio do rádio levava à comunidade conteúdos educativos. Métodos de Kaplún: Cassete-foro e Leitura Crítica são os embriões para o que hoje chama Educomunicação .
Década 1960: América Latina:	Novos projetos com o objetivo de unir Comunicação com Educação na América Latina. Conforme apontou (Citelli, Nonato e Figaro 2021) Paulo Freire e Mário Kaplún fizeram parte do movimento na década de 1960 com a perspectiva de duas frentes de discussão sendo <i>tecnologias</i>

	<i>educativas</i> que girava em torno da didática, e no reflexão em como melhorar a transmissão dos conteúdos por meio dos dispositivos, já a segunda bandeira, é a <i>leitura crítica da comunicação</i> , que se ocupou do viés ideológico, em articular em como defender o usuário do controle da mídia hegemônica e suas manipulações.
Década de 1970 Na América Latina	Movimento de intelectuais e educadores questionando a influência dos meios de comunicação sobre crianças e jovens na América Latina. 1960 e 1970, além de Paulo Freire no Brasil, e o uruguaio Kaplún, ainda contribuíram para as reflexões o boliviano Luis Ramiro Beltrán, que apontava a especificidade de uma emergente teoria latina-americana de comunicação em oposição ao modelo funcionalista vigente, com reflexos nos modelos de pensar e desenvolver práticas educativas, reforçando então, o caráter dialógico de Paulo Freire e Kaplún, conforme (Citelli, Nonato e Figaro, 2021).
Ano de 1982:	A Unesco define o conceito de Educação Midiática
Década 1990:	Foi nesse contexto, que o tema da inter-relação entre comunicação e educação avançou, inaugurando a revista Comunicação & Educação, no Brasil, no início dos anos de 1990. O I Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação em São Paulo/SP, em 1998, evento em que o conceito de Educomunicação passou a dar nova vida à promoção da educação midiática de acordo com Soares (2021); (Citelli, Nonato e Figaro, 2021).
Década de 2000:	Lei Nº 13.941 de 28 de dezembro de 2004, do município de São Paulo/SP, que institui o Programa EDUCOM-Educomunicação pelas ondas do rádio, projeto que possibilita desempenhar o protagonismo do sujeito em formação, construindo uma leitura midiática crítica, democrática e cidadã. Consolidação também pode ser destacada no conjunto do banco de teses e dissertações que passaram a discutir em suas pesquisas o conceito de educomunicação, como a dissertação do professor Claudemir Edson Viana que em 2000 discutiu “ <i>O processo educacional: a mídia na escola</i> ” (Viana, 2000). Em 2005 o projeto <i>Imprensa Jovem</i> foi desenvolvido pelo Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de São Paulo/SP, reforçando a ampliação das políticas para o exercício da educomunicação. Abertura da Licenciatura em Educomunicação (ECA/USP) no ano de 2011.
Ano de 2010:	Unesco adota o termo <i>Media Education, Media Literacy</i> .
Ano de 2013:	Unesco lança o documento: Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores
Ano de 2016:	Unesco lança do documento Alfabetização Midiática e Informacional .
Ano de 2017:	Brasil lança a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) . Ênfase na utilização da mídia em sala de aula.
Ano de 2019:	Congresso da Unesco. Compromisso de 193 países para implantar Políticas de Educação Midiática .
Anos 2020 e 2021 no Brasil	O conceito de Educação Miática ganha força no Brasil.

	Barbieri (2021) destaca em seu trabalho que em 27 de julho de 2020, a palavra Educomunicação foi escolhida como a palavra da semana do Projeto Novas Palavras, promovido pela Academia Brasileira de Letras.
Ano 2023 no Brasil	O ano de 2023 foi o ano em que a educação midiática ganhou destaque no debate público, com a criação do Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática, como parte da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República. Setembro de 2023 – criação da Semana Brasileira de Educação Midiática, que aconteceu entre os dias 23 a 27 de outubro de 2023, em consonância com a agenda global da Unesco de Alfabetização Midiática e Informacional (2023).
Ano 2023 Unesco	Promove Agenda Global de Alfabetização midiática e informacional (MIL WEEK, outubro de 2023).

Fonte: elaborado pela autora (2024).

É nessa interface entre comunicação e educação, que surge o compromisso de colocar a escola na rota da emancipação cidadã (Orozco Gómez, 2014) e compreendendo que a mídia está em nosso cotidiano, não é possível seguir sem que haja um planejamento de políticas públicas para educação que reforce as práticas de leitura crítica dos meios de comunicação. Por isso, como já explicitado o contexto em que a educomunicação se consolidou enquanto epistemologia.

A educomunicação encontra-se como uma Epistemologia do Sul, devido a linha abissal entre o Norte e o Sul do planeta que separa as epistemologias discutidas amplamente quando são de origem Européia ou da América do Norte, como se o conhecimento produzido no Sul da Ásia, na África ou na América do Sul não fossem epistemologias que devem ser discutidas, gerando uma desigualdade cognitiva, de acordo com Santos (2018):

As Epistemologias do Sul se referem à produção e validação dos conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que sistematicamente, têm sofrido a injustiça, a opressão e a destruição causada pelo capitalismo, o colonialismo e o patriarcado (Santos, 2018, p.300).

De acordo com Rosa (2020) a Educomunicação foi parida nesses ambientes de luta e resistência popular. Apesar de, atualmente, ter presença robusta em ambientes formais de aprendizagem, surgiu e predomina nas organizações sociais, que se constituem em comunidades de aprendizagens, com uma diversidade de experiências e saberes. Citelli, Soares e Lopes (2019) fazem uma repercussão histórica das origens da educomunicação, ancorada em experiências de resistência que também justificam a sua concepção como uma Epistemologia do Sul.

Por isso, a Educomunicação fundamenta-se nas formas de resistência, e como possibilidade de intervenção como uma epistemologia descolonizadora e fundamenta-se na crítica, bem como em lutas sociais. Para Rosa (2020) a área da educomunicação tem potência colaborativa, crítica e emancipatória, mas também muitos desafios, sendo um dos principais equilibrar o status da teoria com a prática. Isso, porque, a narração crítica da experiência, é o que confere inteligibilidade sócio-política-cultural a mesma, demanda compreensão à luz da teoria, e pode colaborar com a ecologia dos saberes.

Atualmente a educomunicação, se desdobra em algumas áreas de intervenção, de acordo com (Soares, Viana e Xavier, p. 17, 2017). Sendo essas áreas constituídas sob os conceitos de:

- **Gestão da comunicação nos Espaços Educativos**, subdividida em dois tópicos: “Políticas e processos educacionais” e “Gestão de pessoas e práticas socioculturais”.
- **Educação para comunicação**, próxima ao tema do evento global - subdividida em quatro tópicos, a saber: a) “Educação para a comunicação, na perspectiva da Educomunicação”; b) “Educação para as competências midiáticas, na perspectiva da Mídia-Educação” c) “Educação para a comunicação enquanto educação para a cidadania” e d) “Educação para a comunicação: estudos de recepção e formação profissional”.
- **Mediação Tecnológica na Educação**: contemplando dois subtítulos: “Mediação tecnológica como desafios para a educação” e “TIC nos processos de aprendizagem”;
- **Pedagogia da Comunicação**, com dois tópicos: “Educomunicação e práticas curriculares”, e “Práticas na Educação não formal”;
- **Expressão Comunicativa por Meio das Artes**.
- **Reflexão Epistemológica sobre a inter-relação Comunicação/Educação** (Soares, Viana e Xavier, p. 17, 2017).
- **Produção midiática nos processos educativos**.

Ainda há discussão sobre a aplicabilidade, como a Educação e os Direitos Humanos, Educomunicação Socioambiental, Comunicação em Saúde, Planejamento e Gestão Educomunicativa, Ecossistemas Comunicativos, bem como, a relação com a crise da informação, a governança global pelos algoritmos, e o papel das famílias como mediadoras nesse profusão de desinformação e acesso à internet e plataformas de redes sociais digitais.

Por fim, retomar essa perspectiva conceitual, histórica e eventos que colaboraram para consolidação da educomunicação, articula-se com a problemática apontada neste trabalho, em que a formação dos professores é fundamental para que à luz da teoria seja possível conduzir práticas significativas. Contudo, este trabalho considera um recorte para a leitura crítica das *fake news* que passam pelas plataformas de redes sociais digitais, para tanto, na sequência alguns aspectos da leitura crítica dos meios serão considerados para discutir a interface entre a educação e a comunicação.

3.2 Leitura crítica dos meios de comunicação e a relação com a escola

Fazer a leitura crítica dos meios de comunicação e educar indivíduos para receber informações é de suma importância na prática escolar, todavia, o que chama atenção, é que de acordo com Moran (1991) sempre os comunicadores caminham em direção à educação, já o inverso ainda deixa a desejar. Esse esforço dos comunicadores, pelos projetos de leitura crítica dos meios de comunicação aqui citados, hoje se constitui como uma área de pesquisas consistente de interface entre a educação e comunicação.

Para Soares, a leitura crítica dos meios tem como objetivo:

Educar o público receptor para que tenha uma atitude crítica perante o impacto das mensagens ideológicas, culturais e publicitárias que nos bombardeiam continuamente, com o fim de neutralizar os efeitos negativos da manipulação e massificação (SOARES, 1988, p5).

O conceito de educomunicação, inicialmente como observado no quadro 3, surgiu em decorrência da leitura crítica dos meios de comunicação e se tornou tanto uma ação, como uma formação teórico-prática, para que novas gerações tenham condições, não apenas de ler criticamente os meios de comunicação de massa, mas também de criar suas formas de expressão e emancipação para ação cidadã, por meio da leitura crítica das mídias, e o foco na alfabetização

midiática e informacional como apontou a Unesco, que também procurou definir um conceito para tal atividade, a partir da leitura crítica das mídias.

Para tanto, o ambiente escolar pode ser propício para abordar a leitura crítica dos meios, mesmo podendo apresentar alguns desafios como a formação de professores, que por vezes podem não receber de forma adequada uma preparação para atuar na leitura crítica dos meios, que deveria acontecer pela apropriação das teorias da comunicação e da informação e sua interface com a educação.

A formação de competências digitais associadas a formação de teorias da comunicação e informação nas matrizes curriculares dos cursos de licenciaturas, podem ocupar um espaço de oportunidade neste debate nas escolas. No mesmo caminho, na educação básica que pode se ancorar nas diretrizes da BNCC (2018) pois o documento aponta competências para “comunicação e o compartilhamento”; “exercício da argumentação”; “Tecnologia e Informação”; “Curiosidade intelectual e pensamento crítico”, o currículo transversal, apesar de potencial para o professor trabalhar em sala de aula, ainda pode ser um desafio, se não houver articulação entre essas temáticas.

O relatório online do Instituto Palavra aberta (2022); e Educa Mídia (2022); apontam a pesquisa a respeito dos professores, e o quanto sentem-se preparados, quanto a educação midiática, para lidar com *fake news*, uso de mídias para lecionar e sobre suas práticas pedagógicas com mídias. Dos entrevistados, 91% consideram que o uso da mídia na sala de aula é importante para práticas pedagógicas e educação midiática, mas destes, apenas 29% declaram usá-las e sentem-se preparados para lidar com o contexto em sala de aula. Nesse sentido, Kaplún (1999) cita Paulo Freire, quando observa a educação bancária apenas como uma transmissão de conhecimento, sem que haja um pensamento crítico envolvido. O sujeito educando torna-se capaz de expressar uma ideia, somente quando compreende e a apreende verdadeiramente.

Paulo Freire também cumpriu um papel importante para a comunicação e a educação, em que defendia a voz do povo por meio de movimentos populares, conforme aponta Matellart (1999) em sua obra *Histórias das Teorias da Comunicação*, citando Freire como um dos precursores de uma teoria da

comunicação na América Latina, em especial com foco na educação e comunicação popular.

O estudo entre a comunicação e a educação tem sido debatido desde a década 1960 pela UNESCO (Bévort e Belloni, 2009) e nesta época a pedagogia freiriana ganha destaque por enfatizar a indissociabilidade entre essas duas áreas, com foco na leitura crítica dos meios de comunicação.

Em 2021, após vinte e quatro anos da morte de Paulo Freire, foi lançado o livro *Educar com a Mídia*, de Freire e Guimarães (2021) fruto de registros organizados por Sérgio Guimarães, em que se acentuam análises sobre a educação e as mídias, referindo-se as novas tecnologias em seu tempo, tendo a televisão como ponto de destaque, as produções audiovisuais, o jornal e mídias de massa, mas o que fascina no seu discurso é o sentido que serve ao contemporâneo para qualquer mídia digital, assim como as plataformas de redes sociais digitais.

Na obra, Freire e Guimarães (2021) apontam que a escola enquanto instituição social e histórica, não pode cumprir sempre da mesma forma um certo papel que vem cumprindo, através do tempo e do espaço, por isso, a escola não deve brigar com as novas presenças que surgem em função do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e que no campo da comunicação, as superam de longe, pois se comparar a escola aos meios que emergem no campo da comunicação com profunda dinâmica, é possível observar que a escola é estática, perto deles. Por fim, “aponta que a escola não pode ter medo de dialogar com os meios de comunicação” (Freire e Guimarães, 2021 p. 49).

O que demonstra que a prática para uma leitura crítica dos meios de comunicação não é um debate recente, ou fruto da geração pós internet, ou da educação digital, mas parte de uma necessidade de uma formação sólida sem fragmentação do conhecimento.

Outro ponto de destaque é de Francisco Gutierrez (1978) que discute na perspectiva da teoria crítica os meios de comunicação e a escolarização. De forma que propôs que os métodos tradicionais de ensino não atendem as necessidades atuais, pois os meios de comunicação colocam em xeque o processo de escolarização, e propôs que a escola precisa de forma urgente

revisar a educação à luz das novas exigências que oferecem os meios de comunicação social.

Essa era de novas tecnologias que impõe a perspectiva de que tudo que surge é uma novidade excepcional para uma nova técnica e tecnologia é uma sensação de maravilhamento, como aponta (Vieira Pinto, 2013), que engana o indivíduo, pois todo ser humano pensa que sempre está no auge da era tecnológica, enquanto, esses discursos que descrevem os meios de comunicação, mais parecem reforçar uma cultura de massa que se repete.

Portanto, segue o desafio de administrar o conhecimento formal, necessário e indispensável à formação de alunos que são atravessados pela velocidade do mundo dos meios de comunicação, e que impactam na dificuldade crescente da compreensão e leitura de mundo. Para que haja uma leitura crítica dos meios de massa, é necessário que professores recebam formação adequada a respeito das teorias da comunicação. Para tanto, descreve-se neste trabalho, como as teorias da comunicação e educação juntas, ampliam a visão de mundo sobre os meios e a leitura crítica.

Para Soares (1988) é impossível neutralizar os impactos psíquicos produzidos pela recepção de mensagens, e a atitude crítica é essencialmente uma postura intelectual e emocional ante o objeto em observação, dado o fato de a comunicação social trabalhar com bens simbólicos que envolvem, além da inteligência, todo o imaginário das pessoas e seu universo afetivo. Tratando então, de “produzir cultura”, produzir bens simbólicos, em vez de neutralizar.

E a escola deveria se apropriar destes conceitos aqui tratados que tangenciam entre a educação e os meios de comunicação social, emergindo então a educomunicação e não se fechar para os meios de comunicação, assim como corroboraram Freire e Guimarães (2021), destacando que a escola não pode viver à margem dos meios de comunicação.

Para Moran (1991) o conceito de educar para os meios implica:

em compreender as novas codificações, as sutilezas da imagem, da música, da articulação, entre o verbal, o visual e o escrito, bem como, educar para compreensão dos conteúdos explícito-implícito, evasão-entretenimento-ficção e do real, da vinculação com o cotidiano. Faz parte de um processo educativo maior, o ser cidadão esclarecido, se relacionando de forma consciente, e é fundamental que a educação para comunicação se articule com as instâncias políticas que estão realmente a serviço da transformação democrática (Moran, 1991, p. 89).

Por fim, a leitura crítica dos meios, e a consciência para educar para os meios de comunicação social tornou-se uma área de pesquisa consistente, em que os comunicadores foram em direção à educação, o inverso ainda deixa a desejar, e as tecnologias dos meios de comunicação social continuam a evoluir, logo a escola não pode mais esperar, ao passo que essas novas tecnologias ganham poder frente à sociedade democrática, ao discurso de ódio nas plataformas digitais, a ética em contextos digitais.

3.3 Educação midiática articulada com a BNCC

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) elevou o nível da discussão da leitura crítica dos meios de comunicação, quando trata da prática de educação midiática, uma das áreas da interface entre comunicação e a educação de acordo com a epistemologia da Educomunicação. O princípio para promoção da equidade educacional, um dos principais apontamentos que a BNCC (2017) traz, quanto ao direito de aprender servindo de referência para os currículos de todas as redes escolares, públicas e particulares (BNCC, 2017, p.7). Além do alinhamento a BNCC também apresenta caminhos para implementação de educação midiática, por meio de competências explícitas.

A competência geral cinco que consiste em compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informações e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais na escola, com o objetivo de comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2017).

Já a competência sete, visa argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vistas e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Além disso, a BNCC abre espaço para construção de habilidades diretamente ligadas ao manejo qualificado para linguagem da informação. O chamado campo jornalístico possibilita a leitura crítica e a

produção para as produções midiáticas, na sequência segue o quadro 4 que aponta as competências gerais alinhadas com as áreas de ensino da BNCC.

Quadro 4: Competências da BNCC (2017) quadro adaptado da EducaMídia (2020)

Competências gerais	Língua Portuguesa	Ciências exatas, humanas e da natureza
#4 Comunicação Utilizar diferentes linguagens [...] para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos [...].	Análise crítica e produção de textos de mídia (Campo jornalístico-midiático)	Pesquisa, avaliação de fontes e análise crítica de textos de mídia.
5# Cultura Digital Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma criativa, significativa, reflexiva e ética [...].	Pesquisa e documentação científica e histórica (campo das práticas de estudo e pesquisa).	Produção de textos de mídia para documentação científica.
#7 Argumentação Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns [...].	Participação cívica (Campo da atuação na vida pública).	
	Expressão artística (Campo artístico-literário).	

Fonte: EducaMídia e Instituto Palavra Aberta (2020).

Para o professor é fundamental conhecer o seu instrumento normativo que conduz as práticas para desenvolvimento de habilidades e competências, como é a BNCC (2017), por isso, cabe ressaltar que a leitura crítica dos meios de comunicação por meio do conceito de educação midiática, encontra-se com maior ênfase no tópico 4. Etapa do Ensino Fundamental na área de Língua Portuguesa, no campo de práticas de linguagem, a qual tem como esfera a produção jornalística e midiática. Além disso, tem como objeto de conhecimento para os anos finais do ensino fundamental a leitura crítica dos meios de comunicação com objetivo de conhecer o tratamento da informação na vida pública.

Aprofunda-se, nessa etapa, o tratamento dos gêneros que circulam na esfera pública, nos campos jornalístico-midiático e de atuação na vida pública. No primeiro campo, os gêneros jornalísticos – informativos e opinativos – e os publicitários são privilegiados, com foco em estratégias linguístico-discursivas e semióticas voltadas para a argumentação e persuasão. Para além dos gêneros, são consideradas práticas contemporâneas de curtir, comentar, redistribuir, publicar notícias, curar etc. e tematizadas questões polêmicas envolvendo as dinâmicas das redes sociais e os interesses que movem a esfera jornalística-midiática. A questão da confiabilidade da informação, da proliferação de *fake news*, da manipulação de fatos e opiniões têm destaque e muitas das habilidades se relacionam com a comparação e análise de notícias em diferentes fontes e mídias, com análise de *sites* e serviços checadores de notícias e com o exercício da curadoria, estando previsto o uso de ferramentas digitais de curadoria (BNCC, p134-135, 2017).

Além de destacar o tratamento para uma formação de leitura crítica para informação falsa (*fake news*) o documento normativo da BNCC também entra na questão ética do discurso de ódio, fenômeno da pós-verdade, e o impacto negativo que pode se desdobrar na vida das pessoas.

A proliferação do discurso de ódio também é tematizada em todos os anos e habilidades relativas ao trato e respeito com o diferente e com a participação ética e respeitosa em discussões e debates de ideias são consideradas. Além das habilidades de leitura e produção de textos já consagradas para o impresso são contempladas habilidades para o trato com o hipertexto e também com ferramentas de edição de textos, áudio e vídeo e produções que podem prever postagem de novos conteúdos locais que possam ser significativos para a escola ou comunidade ou apreciações e réplicas a publicações feitas por outros. Trata-se de promover uma formação que faça frente a fenômenos como o da pós-verdade, o efeito bolha e proliferação de discursos de ódio, que possa promover uma sensibilidade para com os fatos que afetam drasticamente a vida de pessoas e prever um trato ético com o debate de ideias (BNCC, p134-135, 2017).

Em uma sociedade em que as mídias e as tecnologias fazem parte da extensão do homem, as clássicas acepções de ensinar e aprender não ficaram imunes às mudanças (EducaMídia, 2020) ainda sobre a BNCC os alunos constroem um percurso de aprendizado de forma ativa, na qual os verbos questionar, investigar, refletir, conectar, aplicar, recortar, sintetizar e publicar criações próprias, para que os professores possam mediar, facilitar e orientar com a curadoria do conteúdo utilizado para concretizar as ações propostas.

Se durante muito tempo a educação se resumia a ensinar algo novo às pessoas, hoje significa certificar-se de que elas hão de desenvolver uma **“bússola confiável e habilidades de navegação para se encontrarem em um mundo cada vez mais incerto, volátil e ambíguo”**. E, se antes existia a percepção de que o que se aprendia na escola seria para a vida toda, hoje se sabe que é preciso preparar os estudantes para mudanças econômicas e sociais que ocorrem em

velocidade sem precedentes, para funções que ainda não foram criadas, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas cada vez mais complexos (EducaMídia, 2020, p. 40).

O diretor da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) Andreas Schleicher sintetizou o desafio que a escola teria de cumprir este papel de mediar não apenas o acesso a informação, mas sim pelo o que fazem com o que sabem e com a informação, para tanto, não é suficiente reproduzir conhecimentos, é preciso fomentar a autonomia para pensar criticamente.

Por isso, para o professor, conhecer as estratégias e os instrumentos adequados, estabelecendo o uso prático é fundamental para garantir a continuidade da governança moderna e da cidadania global no mundo digital, de forma que diminua a disparidade entre quem tem acesso e os que não têm, além de aplicar a informação e conteúdo midiático para tomada de decisão baseando-se na cidadania e ética (Unesco, 2013).

Também é importante para o professor saber distinguir cada campo de atuação para pesquisa e prática de ensino, para tanto, recorre-se ao quadro 5 para estabelecer os conceitos e definições práticas que cada termo discutido neste trabalho pode promover enquanto suporte para formação de professores.

Em 2013 a UNESCO lançou o documento *“Alfabetização Midiática e Informacional – Currículo para formação de professores”*, posteriormente em 2016 a UNESCO lançou uma nova versão intitulada de *“Alfabetização Midiática e Informacional – Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias”*, com o objetivo de disseminar diretrizes para estabelecer conceitos e práticas para a sala de aula, possibilitando que professores pudessem ser formados para as atividades que implicam na interface entre a educação e a comunicação. Por isso, como se observa no quadro 5, faz-se necessário destacar o que cada instituição compreende e define como conceito, e a primeira definição que a UNESCO (2013) estabelece é a unificação das noções de alfabetização midiática e informacional.

Quadro 5: Conceitos e definições dos termos que se colocam entre a educação e a comunicação

Conceitos	Instituição/Autor (ANO)	Definição conceitual
-----------	-------------------------	----------------------

Alfabetização Informacional	UNESCO (2013)	A alfabetização informacional enfatiza a importância do acesso à informação e a avaliação do uso ético dessa informação; Definição e articulação de necessidades informacionais; Localização e acesso à informação; Acesso à informação; Organização da informação; Uso ético da informação; Comunicação da informação; Uso das habilidades de TICs no processamento da informação.
Alfabetização Midiática	UNESCO (2013)	Alfabetização midiática enfatiza a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas e de engajar-se acionalmente junto às mídias com vistas à autoexpressão; Compreensão do papel e das funções das mídias em sociedades democráticas; Compreensão das condições sob as quais as mídias podem cumprir suas funções; Avaliação crítica do conteúdo midiático à luz das funções da mídia; Compromisso junto às mídias para a autoexpressão e a participação democrática; Revisão das habilidades (incluindo as TICs) necessárias para a produção de conteúdos pelos usuários.
Letramento (ou alfabetização) digital	EducaMídia (2020) Instituto Palavra Aberta (2020)	Letramento ou alfabetização digital é a construção da fluência necessária para escolher e utilizar as ferramentas e dispositivos digitais. Abrange desde o uso correto do mouse e do teclado até o entendimento do que é de como funciona um código, por exemplo, inclui conhecimento das tecnologias da informação e comunicação. O letramento digital requer competências para encontrar, selecionar e usar novas ferramentas e aplicativos à medida que as necessidades vão surgindo.
Educação midiática	EducaMídia (2020) Instituto Palavra Aberta (2020)	Educação midiática é um conceito mais afinado com a reflexão e com as responsabilidades e oportunidades decorrentes das mensagens que recebemos e produzimos. Para o EducaMídia e Instituto Palavra Aberta (2020) a educação midiática é o conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica e reflexiva do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos – do impresso ao digital. Ou seja, podemos interpretar como uma prática de leitura crítica dos meios.
Leitura crítica das mídias ou dos meios de comunicação	Soares (2001)	Enquanto o conceito de Educomunicação identificado pelo NCE tanto na América Latina, Europa, quanto nos Estados Unidos, como um campo de intervenção social que propicia a introdução dos recursos da informação no ensino, não apenas como recurso didático (tecnologias educativas) ou como objeto de análise (leitura crítica dos meios) mas principalmente como meio de expressão e de reprodução cultural, permitindo a conformação de autênticos ecossistemas

		comunicativos abertos à participação de todos os membros da comunidade educativa. Portanto, é possível considerar que a leitura crítica é o objeto de análise para práticas de educomunicação, no macrocampo da educação midiática.
--	--	---

O conceito de Educomunicação tem sua origem nas práticas de estímulo à leitura crítica da mídia. Para Gottlieb (2016) o surgimento da proposta foi uma decorrência natural do movimento de leitura crítica e resultou de um esforço teórico e metodológico dos pesquisadores em caminhar na direção da educação. É neste contexto que a educomunicação passa a ser introduzida no ambiente escolar e o seu macrocampo da comunicação e do uso das mídias para auxiliar na formação de sujeitos autônomos e críticos, levando tecnologia à sala de aula e aproximando a escola da realidade dos alunos.

Para o professor é fundamental conhecer os conceitos conforme apresentados em uma síntese do quadro 5, que possibilita enxergar a dimensão da profusão de definições que objetivam explicar este contexto de interface entre a educação e comunicação, embora o objetivo não seja limitar os conceitos ou esgotar suas possibilidades de discussão, mas levar para uma melhor compreensão com foco no recorte deste trabalho que pretende colaborar com uma curadoria de conteúdos que conduzam a leitura crítica dos meios, ou educação midiática, de acordo com o entendimento do quadro 5 considera a leitura crítica como objeto da educação midiática. Por fim, tendo professores formados para atuar neste contexto de educação e comunicação, poderá se alcançar um efeito multiplicador, com capacidade aprimorada para empoderar alunos, defender a cidadania bem informada e corresponder as mudanças necessárias para ensinar e aprender no século XXI.

É primordial compreender que essas competências são essenciais para os desafios encontrados por crianças e adolescentes do século XXI, por isso, é preciso implementar a cidadania digital, a diferença dos gêneros midiáticos, a ética e a responsabilidade informacional. Como já reforçado, as redes de ensino precisam atuar na formação dos professores e no fornecimento dos recursos e materiais que permitam o trabalho pedagógico que atualmente vem por meio dessa implementação do ensino da computação na educação básica, bem como, reforça o objetivo principal deste trabalho, já explicitado por sua temática e o objetivo geral.

Apenas com o objetivo de explicitar as habilidades da educação midiática, já desenhadas pelo site de conteúdos sobre Educomunicação, o EducaMídia demonstra as habilidades de letramento midiático por meio de um organograma para formação de professores, conforme imagem abaixo.

Imagem 1: Habilidades de educação midiática



Fonte: EducaMídia (2023) Disponível em: https://educamidia.org.br/assets/pdf/Educamidia_Habilidades.pdf Acesso em 26 mar 2023.

Conforme demonstra a imagem, as habilidades a serem desenvolvidas pela educação midiática visam construir um sujeito mais crítico, com habilidades também alinhadas com a BNCC (2017). Esses tópicos devem ser desenvolvidos como proposta de formação para que professores compreendam como tratar as competências digitais de forma transversal ou por currículos mínimos como ensino de língua materna, matemática, história, geografia, entre outras áreas que podem tratar do letramento digital e educação midiática, formando o sujeito para uma autonomia do pensamento crítico.

Por isto, este trabalho propõe uma formação para professores de forma que as redes de ensino colaborem para implementação dessa etapa da inserção do ensino da computação nas escolas, pois é fundamental que os professores saibam diferenciar educação midiática, de aulas laboratoriais de informática, como ocorriam na década de 90, em que visavam apenas o ensino técnico da

máquina, sem preocupação com o desdobramento das consequências da informação no mundo digital.

Cabe aqui ressaltar que o termo “letramento digital” pode ser compreendido pela perspectiva da BNCC, ao qual contempla a área de linguagens, como o domínio da cultural digital, suas diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia (BNCC, p. 68, 2017). Enquanto para o Guia de Educação Midiática do EducaMídia é:

Letramento (ou alfabetização) digital é a construção da fluência necessária para escolher e utilizar as ferramentas e dispositivos digitais. Abrange desde o uso correto do mouse e do teclado até o entendimento do que é e de como funciona um código, por exemplo. Inclui conhecimento das tecnologias da informação e comunicação. O letramento digital requer competências para encontrar, selecionar e usar novas ferramentas e aplicativos à medida que as necessidades vão surgindo. Já a educação midiática é um conceito mais afinado com a reflexão e com as responsabilidades e oportunidades decorrentes das mensagens que recebemos e produzimos (Guia Educação Midiática, p. 29, 2023).

A BNCC (2017) aponta que a cultura midiática fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa, entretanto, como proposta de formação para desenvolvimento de tais habilidades, ainda de forma primária recomenda práticas de compreensão dos sentidos dos discursos de forma direcionada aos alunos do 8º ano das séries finais do ensino fundamental. O que revela um plano inicial de letramento digital, sem proporcionar um direcionamento claro para que as escolas promovam uma educação mais crítica e com educação midiática.

Diante disto, o termo “educação midiática” vem sendo discutido sob uma perspectiva mais ampla ao qual engloba a compreensão dos sentidos dos discursos promovidos pelas mídias e/ou plataformas digitais de massa, e seus impactos adjacentes, tal qual a desinformação “*fake news*”, a premissa da pós-verdade, e o acesso precoce aos conteúdos sensíveis, aqui já citados, das plataformas digitais.

De acordo com o relatório do EducaMídia (2022) e o National Association for Media Literacy Education - NAMLE (2022) que é a principal associação do setor nos Estados Unidos que vem atuando desde 1997 na promoção da educação midiática, conceituam a educação midiática no que se refere ao

desenvolvimento de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos.

E aqui cabe o alerta de Paolo Celot, do grupo responsável pela construção de políticas relacionadas à educação midiática na Comissão Europeia: sociedades midiaticamente educadas são essenciais para salvaguardar a democracia. Enfrentar os episódios de radicalização promovidos pelo ambiente online e as avalanches de desinformação é tarefa de todos, e é cada vez mais crítico compreender as forças que estão moldando nossos pensamentos, opiniões, comportamentos e visões de mundo. Celot vai mais longe e defende que educação midiática é necessidade básica de crianças e jovens, para que entendam o mundo e dele participem ativamente, um pré-requisito para a vida pública em todas as suas esferas. Sua ausência implica nova forma de exclusão. Para o pesquisador, não basta assegurar o direito de acesso à internet: no século 21, a educação midiática passou a ser também direito humano essencial (Guia Educação Midiática, p. 29, 2023).

Portanto, é possível observar que o conceito de letramento digital apresenta alguma similaridade ao conceito de educação midiática, que visam proporcionar multiletramento, para que o sujeito possa interpretar e interagir com os diversos meios de comunicação, mas a educação midiática é a que se ocupa em atuar na leitura crítica dos meios de comunicação.

Além disso, a BNCC abre espaço para a construção de habilidades diretamente ligadas ao manejo consciente e qualificado da linguagem e da informação em suas diversas funções sociais na área de língua portuguesa. O chamado campo jornalístico-midiático possibilita a leitura crítica e a produção de textos de mídia, além do entendimento do papel do jornalismo e da publicidade. Já o campo da atuação na vida pública trata das responsabilidades e oportunidades trazidas pela comunicação e pelas tecnologias, buscando ampliar e qualificar a participação dos jovens na sociedade. Em outros dois campos, a BNCC ainda aprofunda o entendimento do uso da comunicação nas práticas de pesquisa e leva o aluno a refletir sobre suas escolhas enquanto autor na expressão artístico-literária (BNCC, 2017).

Quando Soares (1988) define a leitura crítica dos meios de comunicação à educomunicação, refere-se ao princípio de analisar a mídia de massa principalmente como instrumento educativo capaz de formar consciências.

Pois a educação para a comunicação deve oferecer condições para que a comunidade descubra a natureza dos processos de comunicação em que está inserida, ajudando seus membros a desvendar os mecanismos pelos quais a sociedade, ao utilizar os recursos da Comunicação Social, exerce sobre o povo e seu poder de

manipulação. Deve ainda, favorecer o exercício de práticas comunicacionais democráticas e libertadoras (Soares, 1988, p, 17).

Portanto, observa-se que a leitura crítica dos meios é o exercício da educação midiática, tornando-se este um termo mais utilizado e popularizado atualmente. Já a educomunicação, aplica a educação midiática no contexto escolar, utilizando a própria linguagem da mídia em uma metalinguagem com seus discursos reproduzidos para educar, conscientizar e formar consciências.

Fica claro que os jovens possuem acesso e letramento digital de forma desigual no Brasil, mas possuem características semelhantes quanto ao comportamento e uso das tecnologias, quanto a finalidade, o que também é reforçado pela obra de Michel Desmurget (2021) que aponta o uso da tecnologia por crianças e jovens apenas como atividade de entretenimento, e que este uso tem colaborado para diminuição da inteligência deste grupo.

Para Desmurget (2021) há uma inaptidão técnica, e o termo nativo digital que se refere a uma suposta superioridade tecnológica, não se confirma, pois, de acordo com o autor, a União Europeia menciona que seu sistema educacional tem baixa competência digital, considerando competências digitais como configurar um software, estabelecer uma conexão remota, acrescentar memória no computador, ou ativar e desativar programas na inicialização do sistema operacional.

Com a inaptidão técnica, “as novas gerações experimentam dificuldades para processar, selecionar, ordenar, avaliar e sintetizar as massas gigantescas de dados armazenados na Web” (Desmurget, 2021, p 24), o autor aponta outra pesquisa de grande alcance, por pesquisadores de Stanford, nos EUA, a capacidade dos jovens refletirem sobre as informações na internet é primária.

Nessa mesma linha, o autor ainda aponta que os produtos *Google* tem uma tecnologia intuitiva e fácil, ou seja, não há como não dominar. Portanto, mexer nessas tecnologias não é sinal de competência digital, pois essa noção de competência no mundo digital se alterou significativamente e culturalmente para o domínio da capacidade de como tratar as informações. De acordo com a Fundação Telefônica (2022) um bom exemplo para o Brasil, seria a proposta semelhante que a educação Finlandesa conseguiu implementar em sua educação, desde o ano de 2016, semelhante a proposta do ensino da computação na BNCC do Brasil, em que estabeleceu o pensamento crítico e

alfabetização midiática em diversas plataformas como componentes de estudo, fazendo com que escolas trabalhem educação midiática de forma transversal e interdisciplinar.

Portanto, sintetizando esses conceitos aqui colocados é possível concluir que se trata de uma temática central para educar diante da pluralidade das mídias, especialmente em contextos digitais, como é o caso das plataformas digitais de redes sociais, uma necessidade do contemporâneo, a leitura crítica dos meios de comunicação, logo, educação midiática. Cabe ressaltar que a compreensão do alinhamento entre a BNCC e a educação midiática, colabora com o contexto deste trabalho, pois corrobora com a possibilidade que os professores têm de articular o pensamento crítico e a educação midiática de forma transversal no currículo, perante o contexto de *fake news* no contemporâneo, não apenas para os professores de Língua Portuguesa, mas de forma transversal em todas as áreas.

Como citado no trabalho de dissertação de Barbieri (2021) a Finlândia desde 2014 iniciou um programa de Educação Midiática nas escolas e conseqüentemente passou a trabalhar com todo o universo das *fake news*. Segundo dados *Media Literacy Index (2021)* da *European Policies Initiative* do *Open Society Institute* – Sofia, a Finlândia é um dos países que apresenta hoje o maior potencial para suportar o impacto negativo de notícias falsas e desinformação devido também à qualidade da educação. Para Cristiane Parente da ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (2020) “faz-se urgente políticas de educação midiática que preparem a sociedade para lidar com *fake news*, desinformação, bots, algoritmo, sobressaturação de informações e conteúdos pseudoinformativos” (Parente, 2020, p.80).

Ainda é fundamental considerar que a educação midiática está atrelada ao combate e prevenção do contexto de desinformação e leitura crítica das mídias por autores que são debatidos no meio acadêmico, como o “Manifesto pela Educação Midiática” de David Buckingham, professor emérito da Loughborough University, um dos especialistas do contemporâneo no estudo das relações entre crianças, jovens e as mídias. Embora em seus estudos traga as percepções e experiências de educadores do Reino Unido, declara que o livro

foi escrito para um público internacional e faz considerações sobre a rica cultura midiática no Brasil.

Buckingham (2022) ao qualificar a educação midiática como um direito à cidadania individual, garantidor da liberdade e da democracia, David Buckingham afirma que os algoritmos de modo algum são neutros, automaticamente objetivos ou verdadeiros, e imaginá-los como tal nos leva a uma percepção fragilizada do que se poderia considerar como riscos e benefícios do uso das mídias digitais, por isso, “considera-se a alfabetização midiática como o caminho possível para o empoderamento dos sujeitos, para o uso dessas mídias a partir de um entendimento social, político, econômico e cultural” (Buckingham, 2022, p.6).

Por isso, na sequência faz-se um delineamento sobre a função da escola perante as *fake news* e o pensamento crítico. Também se faz necessário conhecer o acesso que crianças e jovens possuem e como se relacionam com as redes sociais digitais na internet. É fundamental compreender quais passos devem ser tomados para o entendimento de como as redes servem de espaços não formais de aprendizagem impactando o desenvolvimento do pensamento crítico.

4. FAKE NEWS E AS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS DIGITAIS

Este capítulo direciona-se para a discussão que busca conceituar o termo e o surgimento de *fake news* no contemporâneo, com foco para seu potencial viral nas plataformas de redes sociais digitais, além disso, se reitera a importância da escola na relação entre os campos da educação e da comunicação, quando imbricam no desenvolvimento do pensamento crítico, portanto, a escola atua como mediadora da ação educacional de educação midiática tendo como objeto de estudo a leitura crítica das mídias, neste caso, às plataformas de redes sociais digitais, definindo a mídia de destaque a ser discutida na proposta deste trabalho.

Por isso, delineia-se na sequência deste capítulo as reflexões sobre o conceito de *fake news* e plataformas de redes sociais digitais, e a intersecção pela leitura crítica desta mídia, o pensamento crítico e o perfil de acesso às

plataformas de redes sociais digitais por crianças e adolescentes de acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2022), pensando suas implicações na contemporaneidade das efusões digitais e no desenvolvimento do pensamento crítico em ambiente escolar.

Além disso, pensar o papel da escola para promover educação midiática por meio da leitura crítica da mídia, com recorte para plataforma de redes sociais digitais, é pertinente diante dos dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil (2021) compreendendo que esta reflexão aqui proposta da interface entre educação e comunicação é condição fundamental para superar a ubiquidade da pós-verdade, para tanto, se organiza neste capítulo um arcabouço teórico que dará subsídio para formação de professores no atual contexto de *fake news* e o acesso por crianças e adolescentes em ambiente digital propício à desinformação.

4.1 O contexto de *fake news* e desinformação

O termo *fake news* de acordo com a definição adotada pela União Europeia UE (2021) diz entender a desinformação intencional, como informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o público, e que é suscetível de causar um prejuízo público. De acordo com Santos (2022) *fake news* são notícias falsas com propósito deliberado de lucrar financeiramente ou politicamente com a mentira. E estas podem convencer a opinião de inúmeros receptores, que não possuem uma educação mais crítica para diferenciar uma notícia falsa, ou que poderia ser uma opinião ou um fato.

De acordo com a UE (2021) os prejuízos causados pelas *fake news* abrangem ameaças aos processos políticos democráticos e aos processos de elaboração de políticas, bem como, bens públicos, tais como a proteção da saúde dos cidadãos, o ambiente ou a segurança. A mídia e a democracia são duas importantes aliadas, principalmente para construção do que chamamos de opinião pública na perspectiva interacionista que aborda as relações sociais que são construídas pelas interações mediadas pelas mídias, como apontam Freire e Guimarães (2021).

Segundo o relatório da OCDE (2021) 67% dos jovens no Brasil não sabem diferenciar fato de opinião, e a média dos países participantes do Pisa, é de 47%, ou seja, há uma preocupação com o estudo das mídias nas escolas, tendo em vista o impacto na percepção dos estudantes que interagem com as redes sociais, anúncios, desinformação, e *fake news* diariamente.

Mas cabe ressaltar que a União Europeia (2021) reconhece que o conceito de *fake news*, não necessariamente trata de desinformação revestida de notícia jornalística, mas pode ser qualquer conteúdo enganoso que circule com virulência pelas redes sociais, como evoca o conceito de *meme* (vídeo, GIFs, fotos, ou textos curtos produzidos para plataformas digitais, na maioria das vezes por conta de limitação de caracteres, trata-se de um texto sem contexto e sem autoria). D’Ancona (2018) jornalista britânico e autor do livro “*Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*”, aponta que são as estratégias sensibilizantes emocionalmente, que fazem com que *fake news* comercializem a atenção e manipulem leitores, direcionando a opinião para os caminhos da pós-verdade.

De acordo com a Safer Net (2021) o termo *fake news* tornou-se tão conhecido que passou a ser usado por muitas pessoas para descrever qualquer tipo de informação enganosa. *Fake news* são um tipo bem específico de desinformação, podendo ser categorizadas em alguns tipos, como observamos no quadro abaixo.

Quadro 6: Tipos de notícias falsas de acordo com a Safer Net (2021)

Tipos de Notícias falsas	Definição
Sátira ou Paródia	Não quer necessariamente causar mal, mas pode enganar o leitor.
Falsa conexão	A chamada na notícia não condiz com o conteúdo apresentado.
Conteúdo enganoso	Uso mentiroso de uma informação para difamar outro conteúdo ou pessoa.
Falso contexto	Conteúdo verdadeiro, mas compartilhado em contexto falso.
Conteúdo impostor	Usa-se o nome de uma pessoa ou marca, mas com afirmações irreais.
Conteúdo manipulado	O conteúdo verdadeiro é manipulado para enganar o público.

Deepfake	Manipulações hiper-realistas de vídeos ou áudios, criados usando ferramentas de aprendizagem de máquina, e que geralmente simulam o rosto de uma pessoa no corpo de outra ou simulam uma fala que nunca existiu de verdade.
Conteúdo fabricado	Informação 100% falsa e construída para causar algum mal e espalhar um boato.

Fonte: Adaptado de Safer Net (2021)

A leitura crítica para as mídias, em especial às plataformas de redes sociais digitais, torna-se uma habilidade fundamental a ser desenvolvida em espaço escolar, onde é possível desenvolver o pensamento crítico para não aceitar tudo o que se lê no mundo. A Safer Net (2021) aponta a habilidade de checagem de notícias como leitura lateral, que entende que não se deve ler um texto apenas de alto a baixo, mas sim sair da notícia e procurar outras informações relacionadas, outras fontes em outros sites, para avaliar a confiabilidade de um site ou post.

As agências de checagem também são recursos utilizados para avaliar conteúdos de *fake news* em plataformas de redes sociais digitais, como a Agência Lupa, Aos Fatos, Projeto Comprova, G1 Fato ou Fake, Boatos.org, essas agências compõem um coletivo de checagem ou agência *Fact-checking*, como são chamados esses coletivos compostos por jornalistas que atuam na busca pela informação, resultando em informações verificadas para socializar nas plataformas de redes sociais, comunicando se a notícia em circulação trata-se de notícia ou desinformação.

A agência Lupa desde 2015, se compromete com o debate público apresentando dados e informações verificadas a partir de análise de bancos de dados públicos e oficiais. Desde 2017, a Lupa é membro verificado da Internacional Fact-checking Network (IFCN) unidade do Instituto Poynter, com sede na Flórida (EUA) que se dedica a reunir e dar suporte às organizações de checagens ao redor do mundo, seguindo o código de conduta e ética estabelecidos pela organização, que trata-se de, transparência na metodologia de trabalho, transparência nas fontes de informação, apartidarismo, transparência no financiamento e política de correção clara e pública. A agência

lupa usa etiquetas para classificar cada notícia verificada como, “verdadeira”, “contraditório”, “verdadeiro, mas”, “ainda é cedo”, “insustentável”, “falso”, “de olho”, “exagerado”, e “subestimado”, a partir desta metodologia própria colabora nas plataformas de redes sociais digitais combatendo desinformação.

De acordo com Costa e Romanini (2019) os pesquisadores das humanidades digitais identificaram tardiamente a dimensão e a importância do fenômeno *fake news* no impacto às democracias, ainda em setembro de 2016 com o artigo “*Art of the lie*” (Arte da mentira) publicado pela revista *Economist*, destacava o termo “*post-truth*” (pós-verdade, em português) e culpava a internet e as redes sociais pela disseminação de mentiras por políticos. Meses depois a palavra pós-verdade, foi eleita como palavra do ano pelo *Dicionário Oxford*, que a descreve como “*circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal*”.

De acordo com Pariser (2011) a personalização altera o modo como as informações circulam na internet, e isso ocorre porque a partir da avaliação prévia das preferências de conteúdo dos usuários em plataformas de redes sociais digitais, os algoritmos selecionam as informações que cada um receberá de acordo com o perfil previamente definido. Para Santaella (2018) pode-se cair no equívoco de que somente as nossas verdades são as certas e devem ser aceitas, de modo que as notícias falsas têm o intuito de enganar leitores pelo apelo emocional, tratando-se de um fundamento genérico das *fake news*.

O problema encontra-se na ausência de consciência dos usuários frente a esses mecanismos das corporações que utilizam o algoritmo para modular comportamentos, o que com o tempo pode se agravar com as *deep fakes news*, que usam algoritmo de inteligência artificial, baseando na aprendizagem das máquinas, para criar imagem e voz de qualquer pessoa em situação enganosa, e a partir disso, se o público não tem pensamento crítico para duvidar, ou discernir a realidade, podem acabar no engano, sem que haja culpados, tendo em vista a falta de controle e domínio da esfera pública digital (Costa e Romanini, 2019).

A construção de uma realidade pode ser desenvolvida pelos caminhos que a mídia poderá criar de acordo com o conteúdo que propaga, enquanto

linguagem tem um papel crítico na conservação do desenvolvimento social e da democracia de um país. Pois a mídia é capaz de influenciar a capacidade do modo de pensar das pessoas, que é a base para que as relações sociais se estabeleçam. E estas que podem convencer a opinião de inúmeros receptores, que não possuem uma educação mais crítica para diferir uma notícia falsa, de opinião ou fato.

No Brasil a definição ainda se concentra para compreensão da desinformação, pelo próprio dicionário Aurélio (2022) *“Notícias falsas ou informações mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens”*. O Tribunal Superior Eleitoral – TSE (2019), em sua página na internet, criou um programa de enfrentamento à desinformação, com o objetivo de combater os efeitos negativos provocados pela desinformação à imagem e à credibilidade da Justiça Eleitoral, à realização das eleições e aos atores nelas envolvidos, o programa foi criado mediante as eleições que aconteceram em 2020.

Desde então, o programa de enfrentamento a desinformação do TSE (2019) produziu um relatório com os pilares a serem desenvolvidos no projeto e relatam que consideraram o relatório do Grupo de Especialistas de alto nível em *fake news* e desinformação online (*High Level Expert Group on Fake News and Online Desinformation*) da Comissão Europeia. Este programa recomenda uma abordagem multidimensional do fenômeno da desinformação, com base em diversas respostas interconectadas e que se reforçam mutuamente, as quais são organizadas em cinco pilares:

- (i) “Aumentar a transparência das notícias online, envolvendo um compartilhamento de dados sobre os sistemas que permitem sua circulação que seja adequado e compatível com a privacidade”; (ii) “Promover a alfabetização midiática e informacional para enfrentar a desinformação e auxiliar os usuários a navegar no ambiente digital”; (iii) “Desenvolver ferramentas para empoderar usuários e jornalistas para enfrentar a desinformação e cultivar um engajamento positivo com as tecnologias em rápido desenvolvimento”; (iv) “Salvaguardar a diversidade e sustentabilidade do ecossistema de notícias [...]”; e (v) “Promover pesquisas continuadas sobre o impacto da desinformação [...] para avaliar as medidas tomadas por diferentes atores e ajustar constantemente as respostas necessárias” (TSE, p. 19, 2018).

Em 2021, ano seguinte às eleições municipais no Brasil, o TSE (2021) lançou outro relatório das ações e resultados que foram implementados. O

documento aponta as narrativas combatidas, as parcerias realizadas e as campanhas de comunicação e ações que ocorreram para cumprir as metas propostas.

O que se observa é que a leitura crítica dos meios, ou educação midiática devem enfrentar a desinformação, e proporcionar um pensamento mais crítico sobre as mídias que implicam esse processo, portanto, um caminho para ser colocado em prática na educação básica. Aprender criticamente sobre as mídias não se trata sobre mídia-educação como era visto na década de 1960 como aponta Marquette (2020) que tinha como princípio proteger as crianças dos meios, atualmente o que observamos é que deve-se capacitar crianças e jovens para analisar, refletir sobre suas interações com a mídia, e participar de forma consciente, num fazer educativo.

No entanto, mais do que combater *fake news*, é preciso se preocupar com a interação dos sujeitos e com a mídia de longo prazo, de forma abrangente, e não apenas para identificar se a notícia é verdadeira, ou não (Marquette, 2020). Mas é preciso ponderar os dados do Brasil, especialmente em relação aos 67% dos jovens no Brasil, que não sabem diferenciar fato de opinião (OCDE, 2021). O que reforça a proposta deste trabalho em alcançar estes alunos por meio da leitura crítica das mídias, para professores, com este objetivo conclui-se que é fundamental formar professores para ações educomunicativas em espaço escolar com recorte para as comunidades virtuais, originando então as plataformas de redes sociais digitais, as quais descreve-se no próximo tópico.

4.2 Plataformas de Redes Sociais Digitais

O contexto de *fake news* passa pelas plataformas de redes sociais digitais desenvolvidas pelas grandes corporações que impulsionam as mídias digitais amplamente disseminadas por meio de *smartphones*, como as plataformas de mídias, *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* que pertencem a corporação Meta, ou como Youtube da Google, ou a plataforma de mídia chinesa TikTok, as quais impulsionam de forma indiscriminada conteúdos de desinformação e *fake news*, como demonstrou o NetLab (2022) Laboratório de Pesquisa em Mídias Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao divulgar um relatório em 2022, “*Conteúdo nocivo: a Meta protege a integridade eleitoral no Brasil?*”, que remete

ao compromisso da empresa Meta de combater a desinformação nas redes. Mas o relatório aponta que a empresa Meta está permitindo a circulação de conteúdo nocivo no *Facebook e Instagram*, sem cumprir de forma efetiva com as suas políticas de combate à desinformação, e a parceria estabelecida com o TSE.

O presente tópico remete a uma análise sobre as características que são vistas as plataformas de redes sociais digitais, como por exemplo, a economia da atenção, como aponta Devenport e Beck (2002) ou o capitalismo de vigilância como aponta Shoshana Zuboff (2020) ambos discutem uma perspectiva de controle midiático das plataformas de redes sociais descrevendo a função dos algoritmos e engajamento, mais duas características que acabam por modular comportamentos, como a questão do engajamento que objetiva o lucro, mesmo que para isso, estabeleçam como caminho a propagação de desinformação.

Por isso, busca-se analisar as plataformas de redes sociais digitais por um viés crítico, como a indústria cultural que abordou o declínio do pensamento crítico sob viés da massificação da cultura (França, et. al, p.198, 2014). Para tanto, busca-se apresentar conceitos que são discutidos para definir as principais características das plataformas de redes sociais no contexto de *fake news* e desinformação.

Rede social não é um conceito novo na sociedade, pois independe do contexto digital, uma rede social estabelece relações entre indivíduos, como troca de valores e interesses em comum ou objetivos. Para Recuero (2016) a rede social se refere a interação de um grupo de pessoas, compreendido por meio de uma metáfora de estrutura de rede. Portanto, a rede social é uma estrutura social formada por pessoas que compartilham interesses e objetivos em comum, podendo ser em ambiente digital ou não.

Partindo do conceito que este trabalho apresenta em que nenhuma tecnologia é neutra do ponto de vista político e econômico, de acordo com Santos (2022), as plataformas de redes sociais digitais são um suporte digital, normalmente com fins lucrativos que agrega pessoas e entidades, centralizando e agindo como conectores, como elos, entre pessoas e empresas. As redes sociais digitais, bem como as mídias de forma geral, envolvem relações de consumo, exposição e desinformação, como descreve Shoshana Zuboff (2020) o que pode acarretar na segurança de dados pessoais, fragmentação da

atenção, busca por engajamento, mudanças de comportamentos sociais que reclinam para padrão de beleza, preconceitos, dentre outros. Ou seja, é preciso considerar que crianças e adolescentes se encontram nessa suposta “democratização da informação”, que as redes sociais promovem.

Outro ponto discutido é a observação da superexposição nas redes sociais, de acordo com Lanier (2018) altera a capacidade de empatia humana, interferindo nos sentimentos e emoções, o que é significativo para alunos e professores em sala de aula, tendo em vista que atualmente os conteúdos das redes sociais digitais chegam até a sala de aula para serem discutidos. Diante disso, caberá ao professor mediar estas situações que passam pelos conteúdos transversais da educação. Contudo, há características positivas das redes sociais digitais, como a possibilidade de se conectar com novas pessoas e novas oportunidades de trabalho, especialmente no modelo remoto.

A preocupação em caracterizar as redes sociais digitais deste trabalho, é por considerar que essas características merecem compreensão para uma convivência com uma navegação segura para crianças adolescentes que navegam no ciberespaço, além dos aspectos que podem influenciar no desenvolvimento humano desse público considerado vulnerável no aspecto do desenvolvimento cognitivo, social e humano, como aponta Desmurget (2019); ABP (2021); OMS (2019). E aqui cabe destacar, que se trata do aspecto do desenvolvimento do pensamento crítico, já discutido sob a perspectiva de outras mídias no passado, mas o que se busca considerar no contemporâneo, são as novas características dessas plataformas de redes digitais.

Devenport e Beck (2002) utilizam um termo que se torna adequado para as redes sociais digitais, que é a “economia da atenção”. Como uma nova moeda de negócios, a atenção é como o combustível do modelo de negócio “rede social”, comparando o que as fazendas são para as sociedades rurais da mesma forma as fábricas para revolução industrial, seriam a atenção e o conhecimento humano para a era da informação, com a finalidade de modelo de negócio lucrativo, em que o combustível é tempo que receptor destina para as redes sociais, doando sua retenção de atenção e engajamento nestas plataformas.

É importante destacar que há uma incapacidade civil por parte de crianças e adolescentes, e que de acordo com a ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

Lei 8.069/90, são consideradas crianças a pessoa até 12 anos de idade e adolescentes, entre 12 e 18 anos, por este motivo, há uma diretriz que cada rede social digital estabelece para o uso seguro, em que aponta a faixa etária adequada para o acesso, mas que na maioria das vezes é desconhecida ou desrespeitada.

Esta responsabilidade das diretrizes, citada pela pesquisa TIC Kids Online Brasil (2021) se dá ao fato de que crianças podem se deparar em redes sociais digitais com conteúdos nocivos e desinformação. Por fim, enfatiza-se que as redes sociais digitais requerem cuidado ético e responsabilidade para o uso. Por isso, o diálogo aberto e letramento digital e a leitura crítica para os meios de comunicação se coadunam de forma que possuem o mesmo propósito para o uso responsável destas tecnologias, especialmente para formação continuada de professores.

Quanto ao uso destas plataformas de redes sociais digitais na perspectiva da característica do funcionamento do algoritmo que as sustenta e as fazem funcionar, de acordo com Santos (2022) as estruturas matemáticas que promovem o uso de aplicativos e, mais especificamente, de redes sociais, existem para captar o máximo de informação possível do indivíduo que as usa, promovendo uma rede mercadológica cujo objetivo final é o lucro dos acionistas de tais redes. No processo de organização algorítmica observa-se a entrada e saída do processo codificador, ou seja, o usuário alimenta a máquina inteligente, no caso, interagindo nas redes sociais digitais, em ações como curtir posts de sua preferência individual, e posteriormente a rede social entrega conteúdos alinhados com o seu perfil e gostos pessoais, pois o algoritmo identifica.

Como aponta Lanier (2018) os usuários são apenas utilizadores da máquina matemática complexa, ou seja, das plataformas de redes sociais, que propõem que o usuário entregue todos os seus dados. Pois é a partir destes dados que a entrega de conteúdo personalizado irá engajar, criando uma bolha de conteúdos que a própria máquina considera relevante.

Por isso, quando falamos em algoritmos e redes sociais digitais estamos falando de um modelo de negócio, como aponta Shoshana Zuboff (2020) por meio do conceito de “capitalismo de vigilância”, em que descreve que estas *Big Techs* operam nos vazios legais e nas fragilidades dos órgãos de execução, pois

não possuem limites quanto a proteção de dados pessoais e o direito à privacidade dos usuários, nem mesmo se responsabilizam por conteúdos criminosos como *fake news*, que podem trafegar livremente nestas plataformas.

Empresas *Big Techs*, segundo O’Neil (2016), fazem com que seus algoritmos precisamente talhados valham sozinhos centenas de bilhões de dólares. A autora chama de Algoritmos de Destruição em Massa (ADM) que são projetos de caixas-pretas impenetráveis, e que torna difícil responder sobre seu modelo. Por isso, tantas empresas deste segmento se esforçam para esconder os resultados de seus modelos ou mesmo a existência deles, pois sempre sob a justificativa que algoritmos são “molho secreto”, o que é imprescindível para a continuidade do seu funcionamento.

Para Silveira (2018), quando pontua a modulação do comportamento humano que o algoritmo gera nos indivíduos que usam plataformas de redes sociais digitais, destaca que num primeiro momento, se faz a captura dos dados, os armazena e os classifica, e depois de analisados podem formar perfis e prever comportamentos dos usuários nas plataformas. Para o uso ético é fundamental que os governos operem para minimizar os impactos que o sistema deste chamado capitalismo de vigilância por Shoshana Zuboff (2020) pode acarretar, e diminuir os impactos negativos da tecnologia sob a sociedade, um bom exemplo são as Leis, no Brasil a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD LEI Nº 13,709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece critérios de proteção dos dados individuais, e a recente discussão da PL 2630 que responsabiliza as plataformas por conteúdos inadequados e crimes no ambiente online.

A relação com as tecnologias e o comportamento frente a elas torna usuários como alvos, de acordo com Silveira (2018) A empresa sul-coreana *Samsung* possui uma patente intitulada “*Aparelho e método para determinar o estado mental do usuário*”, e foi registrada no escritório coreano em 9 de novembro de 2012, e 08 de novembro de 2013 no escritório norte-americano com o número US9928462B2.

A descrição da patente em questão nos permite compreender o potencial do controle que a tecnologia incide sobre nós, portanto, a patente fornece uma indicação para mensurar o que pode interpretar como estado mental do usuário, utilizando a seguinte processo:

Quando a velocidade da digitação usando um teclado é de 23 caracteres por minuto, a frequência de uso da tecla de retrocesso é três vezes ao escrever uma mensagem, a frequência de uso de um sinal é 10, uma iluminância média é de 150 Lux, e um valor numérico de uma localização específica (por exemplo, estrada) é 3, um estado de emoção classificado aplicando os dados do recurso ao modelo de inferência é “susto”, com um nível de confiança de 74% (US9928462B2) (SILVEIRA, pág 41, 2018).

Existem milhares de patentes similares das *Big Techs*, que usam a captura de dados, em que é possível prever o comportamento humano ou até modular, ou seja, alterar, por meio destes algoritmos. Além disso, os algoritmos influenciam o usuário não apenas a comprar um produto, mas podem convencê-lo de uma ideia e de fatos, se o usuário for vulnerável, ou seja, não for capaz de distinguir fato de opinião, ou até mesmo identificar desinformação.

No capitalismo de vigilância os dados são a matéria prima e as plataformas são modelos de negócio, é um modelo de capitalismo informacional que visa prever e modificar o comportamento humano como forma de produzir receita e controle de mercado (Zuboff, 2020).

O Google é visto como pioneiro neste modelo de negócio de extrair valor da coleta e análise massiva de dados com intuito preditivo e performativo, esta é a base do modelo de negócio descrita por Shoshana Zuboff (2020) que atribui o nome de capitalismo de vigilância.

O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como *superávit comportamental* do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde (Shoshana Zuboff, p 19, 2020).

Em suma, é um modelo de negócio que comercializa produtos de predições comportamentais, chamados de mercados de comportamentos futuros, portanto, as plataformas podem prever nosso comportamento, com isso, os capitalistas de vigilância têm acumulado uma riqueza enorme a partir dessas operações comerciais, pois de acordo com Zuboff (2020) as companhias querem apostar no comportamento futuro do consumidor.

Neste ponto, o algoritmo trabalha pelo engajamento do usuário, e com foco na entrega de publicidade. De acordo com Santos (2022), programadores

desenvolvem algoritmos cada vez mais potentes para o engajamento dos usuários. De maneira invasiva, o capitalismo de vigilância descrito por Zuboff (2020) usam informações dos usuários, como um superávit comportamental, como nossas vozes, personalidades e emoções, e com isso são capazes de prever o que entregam para cada usuário de maneira personalizada.

As plataformas de redes sociais digitais reúnem pessoas que querem se agrupar e pertencer a grupos que convergem para objetivos em comum, como amizade, relacionamento, afeto, entretenimento, negócios e qualquer relação que promova o sentimento de proximidade e pertencimento. Silveira (2018) destaca um termo chamado de modulação dos comportamentos humanos nas redes sociais digitais, e entende essa modulação como manipulação, controle e vigilância sobre os comportamentos sociais nas redes, e isso resulta na matéria prima para o engajamento.

O engajamento é o tempo que o usuário destina para as redes sociais digitais no intuito de olhar uma única coisa, e quando percebe já se passou um tempo além do que se esperava, justamente, porque a rede social consegue modular o comportamento humano e consegue manter o indivíduo dentro das redes. O objetivo em manter o indivíduo o maior tempo dentro das redes sociais digitais, tem a finalidade de lucrar, com o objetivo maior de destinar publicidade assertiva para os potenciais consumidores.

Para Santos (2022) essas coletas servem para a finalidade do engajamento, que aponta que quanto mais tempo o usuário se mantém na plataforma, mais dados ele fornece, e por consequência passa mais tempo engajado, o que resultará em mais publicidade assertiva. Cabe ressaltar que por meio dessa característica de engajamento das plataformas, o contexto de desinformação fica mais fértil, pois o usuário quem produz o conteúdo, e a plataforma direciona e distribui para outros usuários, e isso reforça o que Silveira (2018) aponta quando diz que as redes sociais digitais diminuem o campo de visão dos indivíduos, formando a bolha a seu redor, o que fortalece o contexto de pós-verdade.

Um outro fator que influencia no engajamento nas redes sociais e possui relação com o vício, é produção de dopamina, que de acordo com Lembke (2022) trata-se de um neurotransmissor que atua em diversas regiões do

cérebro, capaz de influenciar as emoções, aprendizado, humor e atenção, e sua deficiência pode afetar movimentos e tomada de decisão do cérebro.

A pesquisadora Anna Lembke (2022) aponta que a sensação de expectativa em utilizar as redes sociais digitais, e receber curtidas acarreta doses de dopamina que estimulam o sentimento de gratificação. De acordo com Lembke (2022) a dopamina é usada para avaliar o potencial adictivo de qualquer comportamento ou droga, ou seja, quanto mais dopamina o comportamento libera no caminho de gratificação do cérebro, mais adictiva a droga é.

E o que mais facilita o vício na busca de prazer é o fácil acesso, por isso, as redes sociais atualmente são consideradas adictivas, assim como, compras, comida, jogos, pornografia e substâncias podem fazer parte do que Lembke (2022) nomeia de nação dopamina. Logo, pode-se compreender o engajamento como uma atividade que é modulada pelos algoritmos para manter o usuário o máximo de tempo nas redes, atingindo também crianças via YouTube Kids, ou outras plataformas de *streaming* de audiovisual.

Para Machado (2018), a respeito da modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais, que descreve o processo dos buscadores na rede entregarem um conteúdo certo, baseado na análise de dados e criação de um perfil, tanto para entregar conteúdo aos usuários como aos anunciantes. Zuboff (2020) mostra que a propriedade dos meios de modificação do comportamento é hoje uma forma de poder equivalente, ou superior, à propriedade dos meios de produção durante a revolução industrial.

É uma evolução da propaganda, em uma estrutura bem desenvolvida, na qual *Google* e o *Meta* se destacam, com imensos bancos de dados e aprendizagem de máquinas, que atuam para reconhecer padrões, prever comportamentos e lucrar com marketing. Estes dispositivos, para Lazzarato (2014) reúnem, selecionam e vendem milhões de dados sobre nossas aquisições, hábitos de leitura, filmes favoritos, gostos, roupas, bem como o modo como passamos nosso tempo livre.

A doutrina neoliberal como ponto de destaque no desenvolvimento da internet, pois interfere em suas invenções, além disso, o pensamento neoliberal opera nas redes digitais e plataformas com a finalidade de anular e dissipar todas as ações coletivas que criem outras lógicas que não sejam voltadas à concorrência e a reprodução de capital (Silveira, p. 43, 2018).

A modulação de comportamentos nas plataformas digitais tem servido, principalmente, à expansão do neoliberalismo. O marketing utiliza as corporações para moldar nossas subjetividades e formatar nossos afetos, robôs tem lido e-mails e apresentado repostas possíveis ao remetente, o que pode passar despercebido pela maioria das pessoas.

A relação que o usuário estabelece com a tecnologia monitorando seus passos na rede é legitimado por entorpecimento subjetivo diante das vantagens ofertadas pela tecnologia, que reforçam a servidão da máquina (SILVEIRA, 2018). Pois ao organizar nossa rotina em volta das máquinas e de seus benefícios passamos de utilizadores a dependentes, o que certamente, deve impactar na forma como o indivíduo percebe seu uso.

Destaca-se que as plataformas digitais possuem patentes esclarecedoras e que corroboram com a definição do processo de modulação de comportamentos, destacados nessa visão do capitalismo de vigilância. Por meio do aprendizado de máquinas, os algoritmos armazenam e criam perfis, sendo assim, possível prever um comportamento e, a partir disso, oferecer o melhor produto ou serviço para compra, direcionando os anunciantes adequados, portanto, o marketing tornou-se a principal forma de controle social. E para corroborar com a essa afirmação, Silveira (2018) apresenta patentes registradas que são esclarecedoras quanto a forma de controle que as plataformas digitais operam.

Patente do *Yahoo*: US-2010088607-A1- Sistema e método para manter o usuário sensível ao contexto.

Patente da *Apple*: US-2012272338-A1 – Gerenciamento unificado de dados de rastreamento.

Patente do *Facebook*: US-2012226748-A1 - identifique Especialistas e Influenciadores em uma Rede Social.

Patente do *Facebook*: US-20118019226-3A1- Prever o estado futuro de um usuário de dispositivo móvel.

Patente do *Pudding Ltd*: US-20080033826-A1 - Fornecimento de anúncios baseados no humor e na personalidade.

Estas cinco patentes apresentadas por Silveira (2018) são elementos importantes para compreender o conhecimento do estado emocional dos

usuários que a aprendizagem de máquina é capaz de realizar, com a finalidade de processos de modulação dos comportamentos, e por fim, de lucrar com a oferta de publicidade.

Para Zuboff (2020) esta forma de capitalismo baseada em informação, fomenta cada vez mais concorrentes ávidos por participarem da corrida dos lucros da vigilância. E baseado nestas conquistas, o Google e seus concorrentes desfrutam de forma extraordinária de conhecimento e poder, num nível jamais antes visto na história da humanidade. Shoshana Zuboff (2020) enfatiza que seu trabalho foi inspirado por pensadores do século XX, como Hanna Arendt, Theodor Adorno, Karl Polanyi, Jean-Paul Sartre e Stanley Milgram, justamente porque se defrontaram com fenômenos de totalitarismos e desafiaram as consequências deixadas para as perspectivas da humanidade.

É relevante enfatizar a resistência social, em relação ao capitalismo informacional, pois a privacidade é reconhecida mundialmente como um dos direitos humanos fundamentais e no Brasil, é um direito fundamental, previsto no inciso X do artigo quinto da Constituição de 1988 (Brasil, 2018), portanto, é possível considerar que as plataformas violam direitos fundamentais de seus usuários, em prol do capitalismo da vigilância.

Há representações de resistência, sejam elas em forma de Lei, como é o caso da LGPD no Brasil, movimentos sociais ou internacionais como a UNESCO que atualmente fomenta os debates para regulamentação das plataformas digitais, como também o exercício dos pesquisadores, autores e laboratórios de pesquisas acadêmicas, são mobilizações institucionalizadas.

O teórico Pierrri Lévy analisa a dificuldade em se estabelecer uma regulamentação para plataformas de redes sociais digitais, como citou em uma entrevista ao jornal El País (2021), que essas corporações vistas como Estados-plataformas, dada a relação de poder muito superior que qualquer Estado, por conta da capacidade técnica para tratamento de informação superior de qualquer burocracia europeia. Ainda que Lévy (1999) analisa este avanço do desenvolvimento tecnológico com recorte para a disseminação da informação pelas mídias como condicionante, e não determinante para sociedade.

Uma técnica não é boa e nem má (isto depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista), tampouco neutra (já que é condicionante ou restritiva, já que de um lado abre e de outro fecha o espectro de possibilidades). Não se trata de avaliar seus “impactos”, mas de situar

as irreversibilidades às quais um de seus usos nos levaria, de formular os projetos que explorariam as virtualidades que ela transporta e de decidir o que fazer dela. Contudo, acreditar em uma disponibilidade total das técnicas e de seu potencial para indivíduos ou coletivos supostamente livres, esclarecidos e racionais seria nutrir-se de ilusões. (Lévy, p. 26, 1999)

Por isso, faz-se necessário trazer essa reflexão por meio de um letramento crítico das mídias de comunicação, especialmente das plataformas digitais de redes sociais, que possuem características próprias como descritas neste tópico em relação as mídias clássicas como meios de comunicação.

Para elencar essas características, organiza-se no quadro a seguir as definições e conceitos que são observados enquanto características próprias que estruturam o funcionamento das plataformas de redes sociais digitais.

Quadro 7: Características das plataformas de redes sociais

Característica ou termo que caracteriza o funcionamento das plataformas de redes sociais digitais	Autor/Ano	Definição conceitual
Economia da atenção	Devenport e Beck (2002)	Uma nova moeda de negócios, a atenção é como o combustível do modelo de negócio “rede social”, comparando o que as fazendas são para as sociedades rurais da mesma forma as fábricas para revolução industrial, seriam a atenção e o conhecimento humano para a era da informação, com a finalidade de modelo de negócio lucrativo, em que o combustível é tempo que receptor destina para as redes sociais, doando sua retenção de atenção e engajamento nestas plataformas.
Capitalismo de vigilância	Shoshana Zuboff (2020)	Conceito de “capitalismo de vigilância”, em que descreve que estas <i>Big Techs</i> operam nos vazios legais e nas fragilidades dos órgãos de execução, pois não possuem limites quanto a proteção de dados pessoais e o direito à privacidade dos usuários, nem mesmo se responsabilizam por conteúdos criminosos que podem trafegar livremente nestas plataformas.
Engajamento	Santos (2022)	Coletas de dados servem para a finalidade do engajamento, que aponta que quanto mais tempo o usuário se mantém na plataforma, mais dados ele fornece, e por consequência passa mais tempo engajado, o que resultará em mais publicidade assertiva.
Algoritmo	Eli Pariser (2012)	Os sistemas algoritmos aprimoraram a capacidade de tratar e analisar as informações obtidas nas plataformas. Eli Pariser (2012) alertou que essas plataformas filtram

		<p>nossa comunicação, analisam nossos comportamentos e nos inserem em bolhas de pessoas semelhantes. Os algoritmos preditivos, são compostos por uma função matemática que pode ser aplicada para uma grande quantidade de dados soltos, em que o propósito é evidenciar padrões capazes de apontar uma tendência. Para Eli Pariser (2012) é como se fosse possível prever com eficiência o futuro, por meio de probabilidade estatística, pois se baseia em algoritmos para calcular resultados, a partir dos dados armazenados em um determinado histórico do usuário, ou seja, o algoritmo pode prever qual será o próximo passo do usuário nas redes sociais, dessa forma, tem como objetivo entregar um conteúdo capaz de convencer uma grande massa de usuários.</p>
--	--	--

Fonte: Autora (2024).

Compreendendo que as plataformas de redes sociais digitais possuem uma estrutura própria de funcionamento que permite uma viralização de conteúdos a partir de princípios bem constituídos, como a economia da atenção, o capitalismo de vigilância, o funcionamento do algoritmo e engajamento, que oportunizam um território livre para que mensagens com desinformação e *fake news* operem livremente, e com isso, é oportuno tratar sobre o funcionamento das plataformas como leitura crítica desta mídia em específico, pois conhecer seu funcionamento é estabelecer um pensamento crítico quanto aos conteúdos que circulam nestes ambientes.

Buckingham (2022) no “Manifesto da Educação Midiática”, aponta a vida mediada por telas e conteúdos digitais como uma realidade incontestável para crianças e jovens, além do desafio para educadores e pais, numa condição que avança a cada dia mais, seja no âmbito social, em perspectiva privada, quanto à educação dos indivíduos, por isso, não deve se limitar ao uso instrumental e secundário dos dispositivos eletrônicos. E considera que o poder exercido pelo capitalismo digital, representado por grandes grupos de mídias globais dominam a produção e a circulação de conteúdos, não necessariamente verdadeiros ou de qualidade comprovada, como também capturam, negociam e lucram com informações privadas dos usuários mundo afora, em grande parte, sem regulação estatal capaz de lidar com a sua avidez e complexidade.

Além disso, para o professor é fundamental conhecer o público e a relação que crianças e jovens estabelecem em contextos digitais no contemporâneo, por

isso, apresenta-se na sequência o perfil dos usuários entre 9 e 17 anos no Brasil, de acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2022).

4.3 O tipo de acesso por crianças e adolescentes na internet no Brasil

A pesquisa TIC Kids Online Brasil (2022) tem o objetivo de gerar evidências sobre oportunidades e riscos associados ao uso da internet por crianças e adolescentes no país. A pesquisa entrevista indivíduos de 9 a 17 anos sobre o acesso e uso da rede, assim como seus pais, mães ou responsáveis sobre a percepção e mediação quanto ao uso da Internet por seus filhos ou tutelados. A pesquisa TIC Kids Online Brasil tem como objetivo compreender como esta população utiliza a Internet e como lida com os riscos e oportunidades decorrentes do uso. A pesquisa utiliza como referência o marco conceitual definido pela rede da União Europeia, que considera a influência dos contextos individual, social do país sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes.

A edição é de publicação em 2022, e a coleta ocorreu entre outubro de 2021 e março de 2022, onde foram entrevistadas 2.651 crianças e adolescentes, e 2.651 pais ou responsáveis em todo o território nacional, e atualiza o cenário sobre a participação online de crianças e adolescentes na web, após a crise sanitária do COVID-19, que alterou significativamente o acesso e o uso desses indivíduos. Mas houve uma atualização parcial dos dados aqui apresentados na versão de outubro de 2021, sendo lançada no dia 03 de maio de 2023, uma última atualização.

Em 2022, 91% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos viviam em domicílios com acesso a Internet, enquanto essa proporção em 2019 era de 83%, e para aqueles que pertencem a classe A (100%) de acesso, para classe B (99%) e C (96%) enquanto as classes D e E acessam em torno de (81%). Na divulgação de 2023, nem um ano depois, dentre os entrevistados, 24 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos são usuários de internet, representando então no universo da pesquisa, de 92% dos participantes, o que revela um aumento na proporção dos acessos.

Embora o acesso tenha aumentado, a presença dos computadores em domicílios permaneceu estável no mesmo período, os telefones estão presentes em 99% dos lares e a televisão 96%, ou seja, quase que a totalidade dos

domicílios de crianças e adolescentes, enquanto os computadores estão em presentes em 47% das casas, e cerca de um quarto das crianças e adolescentes possuem videogame.

O domicílio é o principal local de acesso à internet de crianças e adolescentes para assistir vídeos, programas, filmes ou séries, ouvir música, enviar mensagens instantâneas, e usar redes sociais, foram as atividades online mais realizadas por crianças e adolescentes no Brasil. Mas pela primeira vez a pesquisa TIC kids Brasil (2022) coletou dados sobre o uso da Internet para busca de informações relacionadas à saúde e ao bem-estar. Segundo a pesquisa, 32% dos entrevistados afirmaram ter procurado ajuda para lidar com algo ruim que vivenciaram ou para falar sobre suas emoções quando se sentiram tristes. O uso das redes para procura de apoio emocional foi reportado por 46% dos usuários da rede que tinham entre 15 e 17 anos, 28% entre os com 13 a 14 anos e 15% por aqueles com idades de 11 a 12 anos.

A busca sobre assuntos variados, apontam as buscas para 55% sobre alimentação, prevenção e tratamento de doenças com 38% das buscas, seguido de exercícios físicos e meios de ficar em forma por 36%, e 22% sobre medicamentos, seguido de 21% de discussões sobre saúde e educação sexual. Além disso, 29% dos entrevistados tiveram contato com informações sobre sentimentos, sofrimento emocional, saúde mental e bem-estar, e 38% acreditam que a Internet os ajudou a lidar com um problema de saúde. O que aponta uma necessidade por parte das escolas em discutir esses assuntos transversais, como a ética, cidadania, preconceito, racismo estrutural, *cyberbullying*, violência, entre outros. Se os próprios alunos já expressaram que não se julgam na condição de processar e analisar informações da web (TIC kids Brasil, 2022).

As tecnologias digitais também potencializam o exercício pleno da cidadania, como um canal de participação social e promoção de liberdade de expressão, na mesma medida que pode afetar o bem-estar social dos jovens, bem como o desenvolvimento social de crianças e adolescentes, com o expressivo aumento de acesso a inúmeras plataformas de redes sociais digitais. O uso das redes sociais aumentou significativamente, de 68% em 2019 para 78% em 2022, assim como jogos online que subiram de 57% (2019) para 66% (2022), e atualmente, na versão de 2023, 86% têm redes sociais. De forma geral

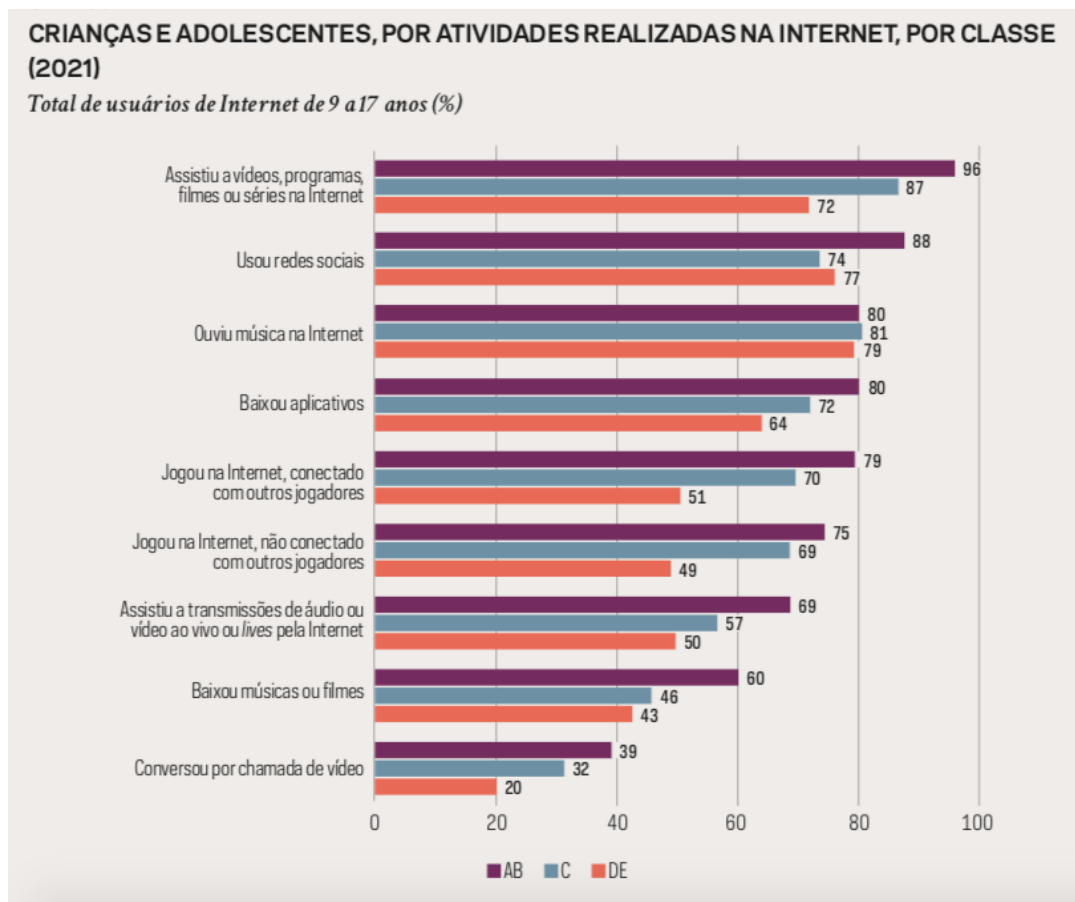
os usuários das classes A e B têm condições de conectividade mais favoráveis e realizam uma variedade mais ampla de atividades, se comparados àqueles das classes C, D e E (TIC kids Brasil, 2022).

Sendo a plataforma de maior expressão de usuários na internet de 9 a 17 anos o *WhatsApp*, que conta um aumento de 70% em 2018, para 80% em 2022, já a proporção de crescimento, foi maior na plataforma Instagram que saltou de 45% em 2018, para 62% em 2022, enquanto o TikTok possui uma proporção de 58% dos usuários. Já o Facebook apresenta uma queda de usuários, enquanto em 2018 era de 66% o uso, em 2022 passou a ter 51% dos acessos entre crianças e adolescentes (TIC kids Brasil, 2022).

Dessa forma, também há a preferência entre rede social dos jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, em que 52% apontam a plataforma Instagram, enquanto 48% entre 11 e 12 anos apontam o TikTok como principal rede social. Já entre os adolescentes de 13 e 14 anos, 37% apontam o TikTok, e crianças entre 9 e 10 anos com um percentual de 39% também apontam o TikTok. Esses dados de acesso para este aplicativo de vídeo convergem com a maior atividade realizada nas redes sociais, pois 96% dos jovens de classes A e B descrevem assistir vídeos na internet, seguido da classe C com 87% e D e E seguida de 72%. (TIC kids Brasil, 2022).

Desde 2020, com a implementação de medidas voltadas à restrição da circulação de pessoas como forma de enfrentamento à pandemia COVID-19, as tecnologias digitais ganharam ainda maior centralidade para o cotidiano de crianças e adolescentes, conforme aponta a imagem abaixo da pesquisa TIC Kids Online Brasil (2022) com a descrição das atividades mais realizadas de acordo com classe social de crianças e adolescentes, entre 9 e 17 anos. E agora vem ampliando e monitorando anualmente o comportamento da faixa etária entre 9 e 17 anos.

Imagem 2: Pesquisa TIC Kids Online Brasil, 2022.



Fonte: TIC Kids Online Brasil, 2022.

Conforme a imagem acima independente da classe social apontada assistir vídeos na internet, usar redes sociais e jogar jogos online, são as práticas mais realizadas por crianças e adolescentes na internet. Em 2021, com o retorno gradual das atividades presenciais, práticas online associadas a estratégias de ensino e de aprendizagem, de consumo, comunicação e cultura foram incorporadas à rotina de estudantes e da população como um todo.

Quanto ao consumo e conteúdo mercadológico em 2022 cerca de 56% dos usuários de internet entre 11 a 17 anos interagiram com conteúdos publicitários na internet, com cerca de 45% de interação para seguir páginas de marcas, seguido do compartilhamento de vídeo, foto ou texto sobre produtos, e cerca de 17% interagiram com postagem de comentários sobre o produto ou a marca, e 61% foram de conteúdos de *unboxing* (TIC kids Brasil, 2022).

Embora haja uma significativa interação entre os usuários e conteúdos mercadológicos na internet, a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2022) evidencia

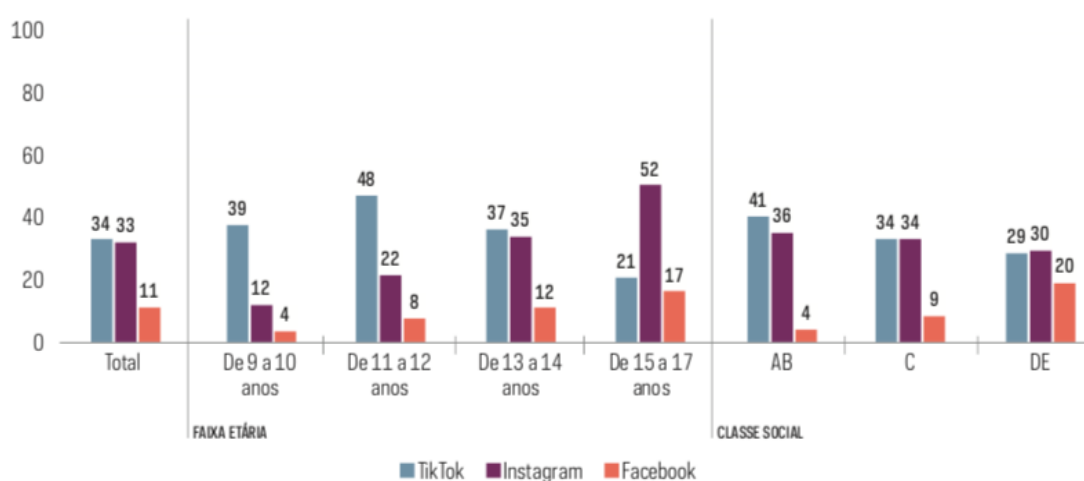
uma maior participação de crianças e adolescentes em redes sociais, com destaque para plataformas de compartilhamento de conteúdo audiovisual, a pesquisa também indica um aumento para o acesso de jogos online, além disso, a atividade mais realizada na internet consiste em assistir vídeos e ouvir música.

Para compreender a relação de crianças e adolescentes e o acesso a rede mundial de internet, é importante destacar o tipo de acesso que estão realizando e com qual finalidade, para tanto, fica evidenciado pela pesquisa TIC Kids Online Brasil (2022) que o aumento de acessos foi impulsionado no período da crise sanitária, bem como o aumento de dispositivos para acesso e intensidade de uso. Fica evidente o destaque feito por Michel Desmurget (2021) quando aponta que o acesso de crianças e adolescentes são majoritariamente destinados para fins de entretenimento, como bem reforçado pela pesquisa já citada.

Imagem 3: Pesquisa TIC Kids Online Brasil, 2022.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR PRINCIPAL REDE SOCIAL UTILIZADA (2021)

Total de usuários de Internet de 9 a 17 anos (%)



Fonte: TIC Kids Online Brasil, 2022.

Conforme aponta a imagem 3, em tendência contrária à observada para o Instagram, a pesquisa aponta a queda do Facebook, e o crescimento do TikTok entre crianças e adolescentes, como principais redes sociais pela faixa etária investigada. Com esses índices há uma preocupação em relação ao desenvolvimento de modelos de negócios baseados na coleta e no uso de

dados, sobretudo pelas plataformas digitais, criando desafios para a privacidade e a segurança de crianças e adolescentes.

Por isso, conhecer o perfil da população que ocupa espaços virtuais específicos pode orientar o desenvolvimento de ações e políticas que mitiguem os vieses de conteúdos, e que protejam da modulação de comportamentos como já apontado no tópico do capitalismo de vigilância, a exposição de crianças e adolescentes para conteúdos sensíveis e comerciais, bem como a proteção de dados e o melhor interesse de crianças e adolescentes.

É preciso tomar como ponto de partida o que se compreende por educação formal, educação não formal e educação informal, para isto, apresentam-se os conceitos a seguir. Marandino (2017) aponta como marco da discussão a respeito dos conceitos de educação formal, não formal e informal, o documento da UNESCO (1972) “Aprender a Ser”, de Edgar Faure, neste contexto histórico-social, buscou-se definir o que cada conceito representa.

Portanto, a educação formal é definida como um sistema de educação hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado, da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos e as variedades de programas especializados e de instituições de treinamento técnico e profissional (Marandino, 2017). Já a educação não formal seria qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, mas ainda pretende servir a aprendizes e deve possuir objetivos claros e intencionais de aprendizagem (Marandino, 2017).

E como educação informal, entende-se um processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas de seu meio – da família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa (Marandino, 2017). Com isso, compreende-se que é propício que ocorra aprendizagem nas plataformas digitais, constituindo a formação de identidade individual e coletiva, por meio de valores, ideais, conceitos e conhecimentos que são comunicados em espaços informais de aprendizagem.

A pesquisa da TIC Kids Online Brasil (2022) identificou que crianças e adolescentes realizam buscas na internet e consomem conteúdos nas plataformas digitais, a respeito de alimentação com (55%) de representação das

buscas, prevenção e tratamento de doenças (38%), exercícios e meios para ficar em forma (36%), medicamentos (22%), sexualidade, saúde sexual e educação sexual (21%), além disso, a faixa etária entre 11 a 17 anos, tiveram contato com informações sobre sentimentos, sofrimento emocional, saúde mental e bem-estar.

Estas informações traduzem significativamente que os alunos do século XXI, consomem informações pelos meios de comunicação e estão sendo impactados, aprendendo e construindo seus conhecimentos, para que então, formem seu caráter de valores e desenvolvam sua identidade e formação sociocultural e ética. Pois esta formação que o indivíduo recebe da mídia, por meio das plataformas digitais, que vai desde a compreensão de saúde, gênero, preferências individuais, não apenas o constitui enquanto indivíduo, mas desdobra-se no desenvolvimento de uma sociedade em constante construção, e pode apresentar riscos diante de conceitos equivocados que estão à disposição na internet.

Portanto, a partir do momento que se conhece quais conteúdos as crianças e adolescentes buscam na internet, como o apoio emocional, e ao mesmo tempo, se compreende que são indivíduos vulneráveis, conclui-se que há possibilidade para experiências potencialmente danosas, como a falta de percepção que o pensamento crítico pode proporcionar, ou fomentar discurso de ódio, o reforço de preconceitos e desinformação.

Crianças e adolescentes, por sua incapacidade civil, de acordo com a constituição federal, são considerados indivíduos vulneráveis, tendo em vista que não podem ser considerados miniaturas de adultos, mas sim, indivíduos em desenvolvimento, inclusive, cognitivo e ético, pois a ética também é um valor que precisa ser ensinado e repassado ao indivíduo em formação. Por isso, é fundamental que a educação formal reconheça os efeitos potenciais de risco que se encontram na educação informal em um espaço de aprendizagem como as plataformas digitais, que embora haja pontos positivos, requer desenvolvimento por meio da competência de leitura crítica dos meios, como descrita na Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

A BNCC propõe um percurso formativo para possibilitar que crianças e adolescentes dominem a competência de cultura digital, de acordo com o Centro

de Inovação para Educação Brasileira (CIEB, 2018) 128 habilidades da Base (10% do total) fazem menção explícita a “tecnologias”, a instituição incluiu no levantamento competências relacionadas a tecnologias específicas como, por exemplo, o uso de *software* para elaborar textos ou gráficos.

Ainda sobre os resultados da TIC Kids Online Brasil (2022), dentre 13 atividades avaliadas, a maior proporção de pontos atribuídos ao Ensino Fundamental foi a atividade de ouvir música (57,1%) e enviar mensagens instantâneas (51,4%), portanto, conclui-se que há descompasso entre a BNCC e a realidade de crianças e adolescentes, em razão do desenvolvimento tardio de competências e habilidades, e o outro lado da moeda, a realização precoce de atividades online para lazer.

Essas informações se coadunam com a relação do uso da internet para atividades de entretenimento que Desmurget (2021) aponta em sua obra, que elenca a ideia de que os nativos digitais não estão usando a internet para aprendizagem significativa, ou desenvolvimento da cultura digital, conforme aponta a instrução da BNCC. Realizar esse apontamento sobre a BNCC conferindo quais usos as crianças e adolescentes atribuem as redes é de extrema relevância para que possa contribuir para sua avaliação crítica de observar as redes como espaços de aprendizagem, mesmo que informais, e para formulação de novas propostas educacionais.

Portanto, conhecer os potenciais pontos frágeis associados às diversas práticas online fundamenta possibilidades para que se desenvolvam políticas e ações para mitigar danos e fomentar uma aprendizagem significativa para crianças e adolescentes, bem como o desenvolvimento de habilidades digitais de crianças e adolescentes.

A pesquisa TIC Kids Online Brasil (2022) aponta esses riscos citados que considera a criança e a influência da infraestrutura digital e do contexto social nas experiências online dessa população, portanto, ainda deve-se considerar apontamentos e destaques quanto aos danos no acesso a internet, especialmente atendendo ao objetivo deste trabalho, de promover uma formação para professores, que precisam conhecer o perfil de seus alunos.

Apresentados aqui neste tópico, os conceitos que definem a educação informal e como as plataformas são consultadas por crianças e adolescentes em

diversas temáticas sociais, culturais, comportamentais, e estes espaços promovem algum tipo de aprendizagem permanente ao longo da vida, o que aponta os benefícios da sociedade em rede.

A educação formal é sistematizada, coordenada por lei e diretrizes, segue currículo, é dividida em disciplinas e nível de conhecimento, e tem como característica um tempo determinado para terminar, de forma que conclui a formação do aluno em determinado nível. Já a educação informal, é um processo permanente, que não se finda, não se conclui, não tem nível, nem lei, ou diretriz em que se orienta, pois são espaços como as plataformas digitais de redes sociais, ou outras mídias de massa, em que se constituem saberes, informações, que também constroem conhecimentos e norteiam a formação de um indivíduo.

No entanto, embora existam diversos cursos disponíveis na internet, de direitos humanos digitais, *cyberbullying* nas redes, violência e discurso de ódio digital, compreende-se que os estudantes não possuem autonomia para estes estudos, ou até mesmo interesse, ou noção de sua importância, por isso, é fundamental proporcionar formação adequada para tal finalidade, pois como já foi observado anteriormente, o uso está se restringindo apenas ao entretenimento, e pesquisas escolares pontualmente.

Então, para o que tem servido a educação informal nas plataformas de redes sociais? A educação informal constitui-se de valores, informações, conhecimentos que trafegam livremente pelas redes, e é aí que habita o perigo, pois a população vulnerável em termos de desenvolvimento cognitivo e ético, como crianças e adolescentes, podem não saber distinguir o fato de opinião.

Ao mesmo tempo, temos um espaço informal de aprendizagem com divulgação científica, aprendizagem sobre diversas temáticas relevantes, há também desinformação, discurso de ódio, reforço de preconceitos, que na maioria das vezes são expostos camuflados de *memes*, vídeos engraçados e humor. Para Moran (1991) o grau de conhecimento pessoal que o indivíduo tem em relação a determinado assunto influi na aceitação total ou parcial de uma informação, o autor também pontua que as fontes interpessoais e as instituições sociais mais próximas dos indivíduos são mais influentes. Ainda para Moran (1991) a Tv, o cinema, o audiovisual, a mídia de forma geral, estabelecem relações agradáveis, envolventes e sedutoras, que não podem ser explicadas só

a partir da sofisticação tecnológica da indústria cultural, mas mostram a competência dessa indústria em captar anseios e necessidades, e responder adequadamente através de narrativas dinâmicas, ágeis, que encontram ressonâncias profundas, afetivas, emotivas, conscientes-inconscientes no receptor.

Diante desta afirmativa, transpondo para as plataformas de redes sociais, como uma mídia de massa, observa-se o mesmo efeito de sedução, por meio da imagem, do vídeo, do humor, do *meme*, das *Fake News* sensacionalistas e que se torna convincente. Então, com a finalidade de compreender as plataformas digitais de redes sociais como espaços de educação informal, entende-se que seus riscos são tão acessíveis quanto seus pontos positivos, portanto, é preciso ensinar autonomia e pensamento crítico. É preciso que se discuta as soluções para o problema de riscos e danos da criança e adolescente em desenvolvimento, com ações e abordagens educativas adequadas para cada faixa etária.

Por isso, apontamos aqui como proposta de intervenção para escolas, a formação de professores, pois é preciso conscientizar e fomentar a discussão crítica sobre este contexto de desinformação e riscos. Para tanto, destaca-se o trabalho que a SaferNet desenvolve com a produção de cartilhas educadoras em formato de e-books, que se encontram disponíveis no site da Safernet.org para download. A SaferNet Brasil, é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, não governamental, que reúne cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em direito com a missão de defender e promover os direitos humanos na internet. Esses materiais são ilustrativos e bem organizados para discutir temas como, “segurança e privacidade nas redes sociais”, “Guia de uso responsável da Internet”, “Navegar com segurança, - childhood”, “Jogue e aprenda, estar online”, “Criança e Adolescente na Internet”, *Sexting*¹, entre

¹ Sexting é um exemplo de uso da Internet para expressão da sexualidade na adolescência. É um fenômeno no qual os adolescentes e jovens usam redes sociais, aplicativos e dispositivos móveis para produzir e compartilhar imagens de nudez e sexo. Envolve também mensagens de texto eróticas com convites e insinuações sexuais para namorado(a) pretendentes e/ou amigos. A palavra sexting já indica um gap entre o discurso adulto e a experiência dos jovens. É a junção da palavra sex (sexo) + texting (texto/torpedo).

outras cartilhas disponíveis que tratam de forma específica da vida online de crianças e adolescentes.

Uma outra estratégia com foco na solução e na educação para o uso das redes, está disponível no site da SaferNet, um material completo de uma disciplina Eletiva para escolas, especialmente de Ensino Médio, e que queiram colocar em prática a disciplina de Cidadania Digital, com as Unidades que abordam, “Bem-estar e saúde emocional online”, “Segurança e privacidade na internet”, “Respeito e empatia nas redes”, “Relações seguras online”, “Cidadania digital para todos e todas”. São as mesmas unidades que abordamos neste capítulo para temas que crianças e adolescentes se deparam na internet, e as quais a pesquisa da TIC Kids Online Brasil (2022) também destacou a respeito do comportamento deste público nas redes.

No decorrer desta pesquisa já foram citados os diversos riscos e danos que podem ocorrer, diante da exposição de crianças e adolescentes nas plataformas digitais, mas é fundamental que se estabeleça um tópico para esta abordagem, pensando na composição do produto, que deve ter em sua estrutura esta sensibilização. As famílias, colegas, comunidade, e a escola formam um contexto social que influencia as experiências de crianças e adolescentes no contexto digital, em especial no Brasil. Destaca-se a BNCC que define como *“conjunto de aprendizagens essenciais”*, na educação básica, em atendimento à legislação educacional essa soma dos agentes envolvidos no processo de construção de conhecimentos.

Mas além disso, a BNCC contempla o fomento transversal da cultura digital dentre as competências gerais a serem desenvolvidas, e essa diretriz está de acordo com o artigo 26 do Marco Civil da Internet, que estabelece ser dever do Estado a prestação educacional, em todos os níveis de capacitação para *“o uso seguro, consciente e responsável da Internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico”* (Lei n. 12.965/2014).

Para tanto, compreende-se que a educação brasileira que se orienta pela BNCC possui uma diretriz que já norteia a compreensão da cultura digital, dos riscos e danos aos quais crianças e adolescentes estão sujeitos, no entanto, no âmbito da prática ainda há espaço potencial para a ampliação desta discussão.

Pela primeira vez, a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2022) coletou dados sobre o uso da Internet para busca de informações relacionadas à saúde e ao bem-estar. Segundo a pesquisa, 32% dos entrevistados afirmaram ter procurado ajuda para lidar com algo ruim que vivenciaram ou para falar sobre suas emoções quando se sentiram tristes.

O uso da rede para a procura de apoio emocional foi reportado por 46% dos usuários da rede que tinham entre 15 e 17 anos, 28% entre os com 13 e 14 anos e 15% por aqueles com idades de 11 e 12 anos, portanto, quanto maior a idade, maior a busca por apoio emocional, o que não deixa de ser preocupante e trazer riscos e danos futuros, tendo em vista, que adolescentes são recrutados nas redes por pessoas maliciosas para atos de violência constantemente.

Além disso, 29% dos entrevistados tiveram contato com informações sobre sentimentos, sofrimento emocional, saúde mental e bem-estar, e 38% acreditam que a Internet os ajudou a lidar com um problema de saúde.

A partir do momento em que se acredita que a Internet pode ajudar a lidar com um problema de saúde mental, mais do que o ambiente físico e social que os cerca, observa-se, que este é um momento apropriado para rever a importância da formação para uma cultura digital, de maneira mais fundamentada, organizada e sistemática, assim como já propõe a BNCC, para uma leitura crítica dos meios de comunicação. Assim como, a pesquisa realizada com os professores da rede municipal de educação em Umuarama/PR, que ainda sentem insegurança com os conceitos que se relacionam com educomunicação como exposto na pesquisa empírica.

A pesquisa da TIC KIDS Online Brasil (2022) aponta que 26% das meninas e 17% dos meninos de 11 a 17 anos reportaram ter tido contato na Internet com conteúdos sobre formas para ficar mais magra(o). A pesquisa também investigou o contato dessa população com conteúdos sobre experiência ou uso de drogas (10% para meninas e 12% para meninos), formas de cometer suicídio (12% para meninas e 7% para meninos) e maneiras de machucar a si mesmo (9% para ambos os sexos) (TIC kids Brasil 2022). É necessário que a comunidade envolvida no desenvolvimento da criança e do adolescente possam ser conscientes de que essas buscas são facilitadas por mecanismos de buscas e plataformas digitais de redes sociais, e fazem parte dos conteúdos que

crianças e adolescentes consomem mesmo com algum grau de controle parental.

Pois entende-se que há um risco que está atrelado ao excesso de telas, tanto pra Desmurget (2021) quanto para as associações de pediatria e neuropediatria de diversos países, incluindo o Brasil, que abordam os riscos sobre conteúdos ao quais as crianças e adolescentes consomem durante este tempo de exposição de telas, em especial nas plataformas digitais.

A Sociedade Brasileira de Pediatria, que inclui a neuropediatria (2021) estabeleceu um manual de orientação para a saúde na era digital, intitulado #Menos Telas #Mais saúde:

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) produziu em 2016 o primeiro documento sobre Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital a respeito das demandas das tecnologias da informação e comunicação (TICs), redes sociais e Internet, com recomendações para pediatras, pais e educadores na era digital¹, que teve impacto positivo em múltiplas palestras, eventos e entrevistas nas mídias. A seguir, o alerta sobre a criança menor de 3 anos e o mundo digital e a prevenção da intoxicação digital com mais recomendações e materiais de apoio no documento sobre os Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes em 2019. A aceleração das redes sociais pela Internet com a multiplicação do acesso aos vários aplicativos e jogos online direcionados às crianças e adolescentes, requer cada vez mais o alerta e a atenção de todos que lidam com as tarefas de responsabilidade dos cuidados de saúde durante a infância e a adolescência, principalmente dos pediatras (SBP, 2021 p. 01)

A SBP (2021) aborda no manual a recomendação que crianças menores de 2 anos não devem ter contato com telas, como tablets, celulares, mesmo que passivamente. Já a idade de 2 a 5 anos, devem ter seu tempo de tela limitado a 1 hora por dia, sempre com supervisão dos responsáveis. Já crianças entre 6 e 10 anos, o tempo deve ser limitado a 1 a 2 horas por dia, sempre com supervisão dos responsáveis. E adolescentes entre 11 e 18 anos, devem ter acesso a telas e jogos de videogame entre 2 e 3 horas por dia, e nunca “virar a noite”, jogando. Além disso, há uma recomendação para que crianças e adolescentes não fiquem isolados nos quartos com televisão, computador, tablet, smartphones ou com uso de webcam, pois o ideal é sempre estimular o uso em locais comuns da casa, e por fim, para todas as idades não utilizar telas durante refeições e desconectar-se 1-2 horas antes de dormir.

A SBP (2021) aborda sobre dependência digital, dada a amplitude dos riscos envolvidos, especialmente para o desenvolvimento de transtornos de

saúde mental e problemas comportamentais, segundo os atuais critérios do CID-11 que já considera problemas de saúde atrelados à era digital. As experiências adquiridas por crianças e adolescentes por meio das telas, como a intolerância manifesta em jogos ou plataformas digitais, se não forem reguladas poderão produzir impactos no comportamento da fase da vida adulta. Por isso, a SBP (2021) aponta como ação de extrema importância a alfabetização midiática e mediação parental para ensinar crianças, adolescentes, escolas e famílias para o uso ético, seguro, saudável e educativo da internet.

Outro ponto de relevância, é a exposição dos conteúdos que crianças e adolescentes consomem em seu tempo de tela, pois 91% das crianças e adolescentes do Brasil (TIC Kids, 2022) resumem suas atividades online apenas como entretenimento e comunicação. Logo, compreende-se que não há distinção para este trabalho do impacto negativo para exposição às telas e para o conteúdo consumido nas plataformas digitais, pois ambas situações somam condições que colocam crianças e adolescentes expostos a riscos e danos do uso inadequado da internet.

É imprescindível repassar pela obra de Desmurget (2021) pois trata-se de amplo estudo a respeito dos impactos múltiplos e intrínsecos dos nativos digitais, que está longe de ser trivial, mas se estende discutindo o quanto as tecnologias afetam os quatro pilares constitutivos de nossa identidade: o cognitivo, o emocional, o social e o sanitário. Estes pilares estão em similaridade com os apontamentos já feitos pela pesquisa TIC Kids Online Brasil de 2022. A teoria de Desmurget (2019) que destaca a mudança cognitiva em detrimento das tecnologias, que por sua vez são propositalmente viciantes, para fins comerciais, lucrativos e como modelos de negócios.

Diante disso, é importante reforçar o que prevê a Lei do Marco Civil da Internet no Brasil, Nº 12.965/2014 quando afirma que “o uso seguro, consciente e responsável da Internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico” deve ser uma responsabilidade da escola no século XXI. A tecnologia já se faz presente no ambiente escolar e não é fenômeno recente, como o livro, a lousa, o giz, o caderno, pois não há como conceber uma escola sem instrumentos tecnológicos, porém, há de se considerar que as novas tecnologias surgem

numa velocidade cada vez maior, o que promove mudanças para incorporar no seu cotidiano e responder aos desafios de preparar estudantes para lidar com elas.

É possível assumir que existem riscos e danos passíveis aos usuários, e em contrapartida, assumir que há possibilidade de a tecnologia ser vista sob ponto de vista positivo no viés da ferramenta, da utilidade, do recurso facilitador nas rotinas que abrangem o ensino e a aprendizagem, desde que, promovam a emancipação dos sujeitos que dela fazem uso. A partir disso, o letramento crítico para as mídias e novas tecnologias devem ser inseridos em uma educação emancipadora, especialmente quando avançam para o ambiente escolar.

Os apontamentos realizados neste trabalho, a respeito de riscos e danos, devem colaborar para conscientizar e trazer a luz da necessidade da navegação e uso seguro das plataformas de redes sociais para crianças e adolescentes que navegam na rede.

Ainda como apontado ao longo deste trabalho a respeito das leis em andamento para responsabilizar plataformas digitais por crimes contra crianças e adolescentes, bem como, o movimento de organismos internacionais como a UNESCO, que tem buscado apontar caminhos e diretrizes para que os governos cobrem estratégias de combate a conteúdos criminosos que circulam nas plataformas digitais.

Por fim, acredita-se que todos esses destaques aqui realizados com a finalidade de discutir uma formação para professores a fim de dialogar para uma escola preparada para leitura crítica das mídias, especialmente, as plataformas de redes sociais digitais contemporâneas.

A escola do século XXI deve pensar em uma educação emancipadora para o uso das plataformas digitais, oportunizando o desenvolvimento do pensamento crítico do sujeito. Nesse sentido, é possível observar que a tecnologia é um fenômeno de duplo aspecto, de um lado o operador e do outro o usuário. “Ao passo que ambos, operador e usuário, são seres humanos, a ação técnica é um exercício de poder” (Feenberg, 2002). Bem como, acontece na relação de interação nas plataformas digitais como o contexto de pós-verdade que se apresenta deve ser levado em consideração, uma vez que criadores de

conteúdo são operadores, e os usuários são indivíduos podem construir uma visão opaca da realidade, como já acontece no contexto de *fake news*.

No ambiente educacional, a informatização pode erroneamente ser vista como elemento de salvação, entretanto, deve-se observar que não basta reproduzir uma nova roupagem e manter o modo que considera a tecnologia centro de poder sem pensamento crítico. Por isso, conclui-se que esta discussão cabe à escola promover e incorporar leitura crítica das mídias, visando a formação e desenvolvimento de sujeitos multiletrados para contextos digitais.

5. PRODUTO: GUIA PARA A REALIZAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA

A partir dos estudos e reflexões realizados a partir dessa tese, observou-se a necessidade de configurar uma proposta de educomunicação para formação de professores do Ensino Fundamental Séries Finais, com um Guia para Oficina Pedagógica intitulada: “*Fake News na Educação: uma proposta de educomunicação de leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para formação de professores do ensino fundamental*”, a qual trata dos conceitos estudados e considerados ao longo desta tese, como: (1) educomunicação, (2) *fake news*, (3) leitura crítica das mídias e sua articulação com a BNCC, (4) plataformas de redes sociais digitais, e (5) perfil de acesso e uso das redes sociais digitais por crianças e adolescentes no Brasil de acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2021).

O produto educacional aqui descrito foi desenvolvido a partir das reflexões oportunizadas ao longo dos quatro anos de doutorado no PPGENT, no qual me dediquei a estudar a Educomunicação e o macrocampo da educação midiática, e pela inquietação em querer compartilhar uma leitura crítica sobre as mídias e tecnologias que compõem o mundo emergente contemporâneo influenciado pelo contexto de *fake news* e pós-verdade, com recorte para plataformas de redes sociais e digitais, por isso, foi proposto como produto final um Guia de Oficina Pedagógica, que objetiva a curadoria de conteúdos para nortear a formação continuada de professores nesta temática.

O Guia de Oficina Pedagógica foi pensado para professores que atuam como protagonistas no processo de desenvolvimento do pensamento crítico, por

isso, a proposta do Guia de Oficina Pedagógica, se coloca como uma curadoria de conteúdos para apoiar na formação de professores que tenham o anseio de compreender a tecnologia e as mídias além de uma ferramenta, mas como uma mediação para ampliar diálogos sociais e educativos para formação humana, cidadã e com autonomia para pensar criticamente.

5.1 Desenvolvimento do Guia para a realização da oficina pedagógica

A partir desse percurso trilhado até a tese, vieram as inquietações que levaram a reflexão sobre as possíveis contribuições que os professores podem conduzir em suas práticas na sala de aula visando uma formação crítica para lidar com os diversos contextos digitais que a educação vivencia no século XXI, de forma que preparem os alunos para serem protagonistas sociais no mundo digitalizado. Por isso, este trabalho discute e colabora para compreender a necessidade de curadoria da informação em contexto escolar, no qual a tecnologia representada neste trabalho por um recorte das redes sociais, age como uma extensão do homem, do ser, do pensar e do agir no contemporâneo.

Em suma, o problema de pesquisa que se observa está intrínseco a formação do professor, que por sua vez, precisa estar preparado para a impermanência dos contextos digitais que operam sobre a formação do sujeito como ser capaz de pensar e ser, num mundo cada vez mais digitalizado e que exige pensamento crítico para distinguir desinformação e informação, por isso, a questão norteadora deste trabalho que se coloca é: como desenvolver uma proposta de leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para formação de professores como prática de educomunicação? Especialmente para esta tese que faz uma proposição de produto, por meio desta oficina sobre *fake news*, para professores dos anos finais do ensino fundamental.

Quanto a organização do Guia de Oficina Pedagógica, buscou-se a fundamentação teórica Vieira e Volquind (2017) que apontam a oficina pedagógica como um tempo no qual interagem práticas, teorias, crenças e valores, sendo uma alternativa metodológica que permite a investigação da realidade em sala de aula, estimulando o pensamento, o sentimento e a ação e provoca experiências necessariamente socializadas.

Pretende-se desenvolver uma perspectiva dialogada com professores para construir os saberes sobre a proposta de formação com foco no conhecimento dos conceitos de educomunicação, *fake news*, leitura crítica das mídias e sua articulação com a BNCC, plataformas de redes sociais digitais, e o perfil de acesso e uso das redes sociais digitais por crianças e adolescentes no Brasil de acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2021).

Nesta proposta, a curadoria de conteúdos será compartilhada por meio do Guia de Oficina Pedagógica, que foi organizada em três etapas, de acordo com Vieira e Volquind (2002): **contextualização, planificação e reflexão**.

Na primeira etapa, a contextualização os participantes são situados na realidade da oficina verificando os conhecimentos prévios sobre o tema. Ocorre também uma apresentação expositiva conceitual sobre o assunto. Em seguida, os participantes são colocados frente a uma ou mais situações-problema, relacionadas ao tema, devendo expressar conceitos espontâneos, promovendo reflexão e o repensar dos “pré-conceitos” sobre a temática trabalhada (Vieira e Volquind, 2002).

Nesta perspectiva, na sequência o objetivo é promover uma sensibilização sobre a temática apontada nesta tese e com o arcabouço de autores discutidos, apresentando a Educomunicação, a educação midiática, bem como a articulação com a BNCC, o conceito de *fake news* e plataformas de redes sociais digitais, e por fim, conhecer o perfil e uso das plataformas de redes sociais por crianças e adolescentes no Brasil. Após os tópicos da tese serem apresentados será elencada a curadoria de conteúdo pertinente para formação de professores a fim de conhecerem o contexto das *fake news* na educação.

Para o segundo encontro, uma etapa de construção colaborativa com uma atividade que apoie os participantes a desenvolverem ações de leitura crítica das mídias em ambiente escolar. Nesta segunda etapa, a planificação ocorre com o planejamento de ações para a resolução de um problema em comum e com a construção de recursos, os quais são compreendidos como mecanismos, artefatos, ou instrumentos produzidos para resolver um problema, para atingir um objetivo desejado, tendo uma finalidade social nesta proposta.

Os recursos serão produzidos respeitando a aptidão e interesse dos participantes, podendo ser no formato que melhor os atenda. A produção deve

expressar a sensibilidade em relação ao tema abordado, visto que a arte instiga a revisão de pensamentos e posicionamentos, tendo em vista que a sensibilização e a prática permitem uma reflexão e colaboração para construção de novos conhecimentos. Portanto, para esta etapa será proposta uma atividade em grupo para se discutir o conceito de desinformação e *fake news*, em medida que possam explorar os materiais da curadoria realizada para o Guia de Oficina Pedagógica para promover sensibilização sobre como discutir em ambiente escolar a temática, seja por meio de projetos interdisciplinares ou conteúdos para planos de aulas voltados as disciplinas que possuem a transversalidade da educação midiática, o que ocorre em todas as áreas do conhecimento.

Na última etapa, a reflexão é desenvolvida com a sistematização dos conhecimentos produzidos e a avaliação das atividades realizadas, por meio da socialização e das percepções decorrentes das atividades, por meio de relatos e reflexões. A avaliação permitirá coletar a percepção dos participantes da oficina, em relação aos novos conhecimentos construídos, de forma individual e coletiva. Para isso, a concepção de avaliação utilizada nesta oficina foi formativa e reflexiva.

Quanto ao desenvolvimento e diagramação do Guia para Oficina Pedagógica, organizou-se em um material explicativo e didático considerando as etapas de fundamentação teórica desta tese, os objetivos e justificativa, o plano de trabalho, no qual foi desenvolvido em três encontros para socializar a curadoria dos conteúdos selecionados para sensibilizar o contexto de *fake news* e plataformas de redes sociais digitais com recorte para leitura crítica.

O Guia para a realização da oficina pedagógica: *“Fake news na educação: proposta de educomunicação de leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para formação de professores do ensino fundamental”*, é uma proposição de produto que visa disseminar a ampliar o debate e a reflexão sobre o exercício da leitura crítica perante a profusão de informações em plataformas de redes digitais e o seu contexto de *fake news*, e por entender o ambiente escolar como propício para o desenvolvimento desta leitura crítica, organizou-se a proposta de produto para formação de professores do ensino fundamental que querem aprofundar seus conhecimentos sobre como trabalhar o conceito de *fake news*

em contexto de plataformas de redes sociais digitais, se apropriando da curadoria de conteúdos proposta na diagramação final do produto.

Este trabalho certamente não tem a pretensão de se limitar a oferecer uma receita fácil para levar às salas de aula e escolas, pois entende-se que é essencial uma visão crítica para as questões midiáticas em tempos de plataformas de redes sociais digitais e *fake news* de forma constante, educadora e sensibilizadora, para tanto, organizou-se o guia para a realização da oficina pedagógica, para que possa atender à formação de professores do ensino fundamental a fim de aprimorar os conhecimentos e conhecer materiais de apoio que possam auxiliar no desenvolvimento de aulas, projetos e atividades interdisciplinares nas salas de aulas e em ambiente escolar.

5.2 Guia para a realização da oficina pedagógica

**GUIA PARA
OFICINA PEDAGÓGICA**

FAKE NEWS NA EDUCAÇÃO

UMA PROPOSTA DE EDUCOMUNICAÇÃO NA
LEITURA CRÍTICA DAS PLATAFORMAS DE REDES
SOCIAIS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES





LICENÇA E REPRODUÇÃO

Você tem o direito de compartilhar e adaptar: copiar, redistribuir o material em qualquer suporte ou formato. Pode remixar, transformar e criar a partir do material, para qualquer fim.

De acordo com os seguintes termos: Você deve dar o crédito apropriado, e indicar se mudanças foram feitas, indicando que o material foi adaptado.

AUTORA

LAÍS BUENO TONIN

PRODUTO DESENVOLVIDO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS - PPGENT/UNINTER

CURITIBA/PR

2024

Gente livre significa gente capaz de saber ler a publicidade e entender para que serve, e não gente que deixa massagear o próprio cérebro; gente que seja capaz de distanciar-se da arte que está na moda, dos livros que estão na moda; gente que pense com a própria cabeça, e não com as ideias que circulam ao seu redor.

(JESÚS MARTÍN-BARBEIRO, 2000, P.134)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	6
APRESENTAÇÃO DA OFICINA	11
OBJETIVO	12
JUSTIFICATIVA	13
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DA OFICINA	13
PRIMEIRO ENCONTRO PRESENCIAL	14
SEGUNDO ENCONTRO PRESENCIAL	15
TERCEIRO ENCONTRO PRESENCIAL	16
CURADORIA DO CONTEÚDO	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

Este Guia para a realização da oficina pedagógica “*Fake News* na Educação: uma proposta de educomunicação na leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para formação de professores do ensino fundamental” constitui-se como produto educacional da tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação e Novas Tecnologias - PPGENT ofertado pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER, campus Curitiba/PR, sob a orientação do Professor Rodrigo Otávio dos Santos.

O produto educacional aqui descrito foi desenvolvido a partir das reflexões oportunizadas ao longo dos quatro anos de doutorado no PPGENT, no qual me dediquei a estudar a Educomunicação em seu macrocampo da educação midiática, e pela inquietação em querer compartilhar uma leitura crítica sobre as plataformas de redes sociais digitais que compõe o mundo emergente contemporâneo influenciado pelo contexto de *fake news* e pós-verdade.

A relação da escola como mediadora da ação educacional pode oportunizar uma leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais, o que torna o caminho ideal para superar a condição de ubiquidade da desinformação, por isso, formar professores para conhecer o potencial da educação midiática é um passo importante para o desenvolvimento do pensamento crítico e a relação com a informação e conhecimento no século XXI.

Pensando no professor como um protagonista no processo de desenvolvimento do pensamento crítico, é que esta proposta de oficina se coloca como uma curadoria de conteúdos para apoiar na formação de professores que tenham o anseio de compreender a tecnologia e as mídias além de uma ferramenta, mas como uma mediação para ampliar diálogos sociais e educativos para formação humana, cidadã e com pensamento autônomo, como Martín-Barbeiro descreve: “gente livre”.

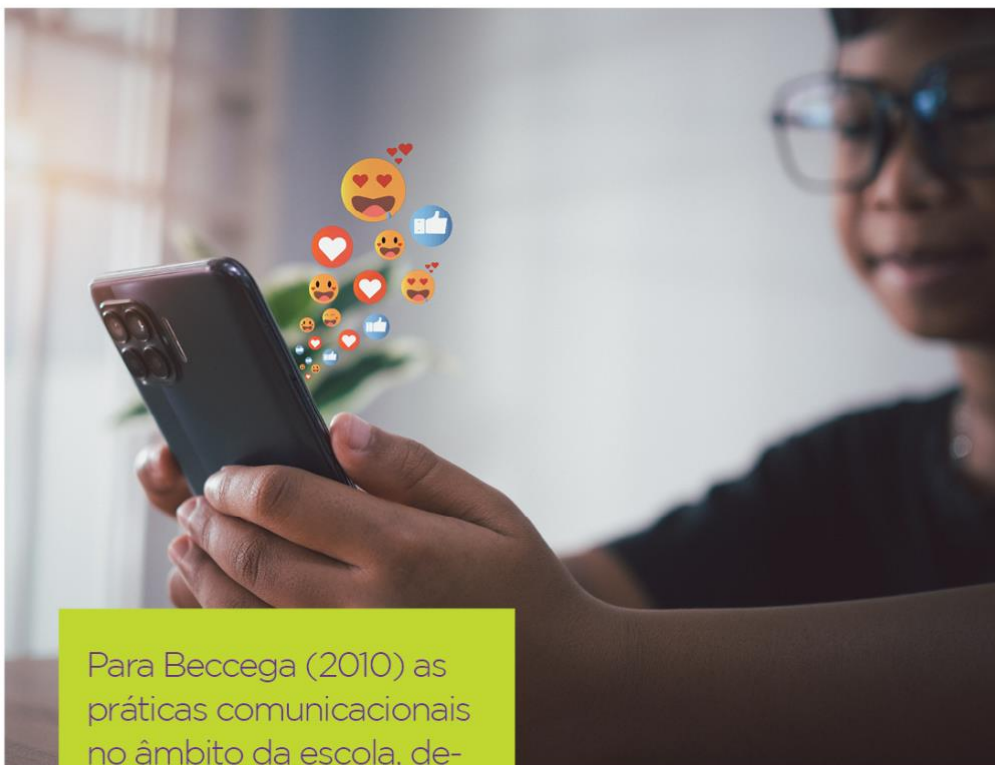


**VAMOS
CONHECER
ESTE GUIA?**

5



CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA



Para Beccega (2010) as práticas comunicacionais no âmbito da escola, devem atuar no sentido das mudanças, resultando do conhecimento efetivo desse campo, para assim permitir que os sujeitos construam uma postura crítica diante da mídia, diante do mundo.

Você sabia?

Que a educação e o conhecimento estão fragmentados nas plataformas de redes sociais digitais, por isso precisamos de uma leitura crítica deste meio.

Vamos conhecer mais sobre isso?



A partir da observação de Baccega (2009) não se trata mais do questionamento, se devemos ou não usar as mídias no processo educacional ou procurar estratégias de educação para estes meios, pois estes também são educadores, por estes meios passa o desenvolvimento de cidadania, aceitando, portanto, que a escola já não é o único lugar do saber. E é neste contexto que esta proposição entre a educação e as mídias, pensa a prática educacional, pois a partir desta posição encontra-se sentido para construção do pensamento crítico.

Esta reflexão é importante pois atualmente a escola é um espaço para o uso do *smarthpone*, ou é pertinente proibir? Sem que se tenha oportunizado o ensino para o uso crítico, com objetivo de promover debates sobre o conhecimento e o contexto das *fake news*. Se a tecnologia é uma extensão do homem, por que não ensinar a usá-la para fins democráticos em ambiente escolar? Para Baccega (2010) as práticas comunicacionais no âmbito da escola, devem atuar no sentido das mudanças, resultando do conhecimento efetivo desse campo, para assim permitir que os sujeitos construam uma postura crítica diante da mídia e do mundo.

É nessa perspectiva de emancipação para o pensamento crítico, que a educomunicação surge no

contexto epistemológico como campo de intervenção na realidade social, de natureza propositiva, bem como, interdisciplinar e transdisciplinar que objetiva construir uma interface entre as áreas da comunicação e da educação, estabelecendo uma relação de coodependência e de complementaridade, conforme aponta (Rosa, 2020). Por isso, entende-se que esta proposta de oficina corrobora com as demandas sociais e os desafios perante ao contexto de infodemia, a proliferação viral de desinformação, por meio das plataformas de redes sociais digitais.

Com isso, entende-se o potencial que o professor tem de articular a leitura crítica dos meios de comunicação em sala de aula, onde o desenvolvimento da formação crítica, cidadã e humana, podem promover cidadãos mais conscientes, contudo, o professor precisa ser o primeiro a conhecer estes contextos, pois a desinformação ameaça o pensamento crítico.

Para Figaro (2010) sem comunicação não há educação, a posição de emissor e espectador fundem-se em uma dinâmica de interatividade, portanto, educação pressupõe interação, mas é preciso que haja uma atuação reflexiva e promotora de novos saberes, por isso, esta oficina se coloca como proposta de formação continuada para professores que atuam na educação básica, Ensino Fundamental Séries Finais.

O trabalho envolvendo a oficina visa:

Favorecer a reflexão dos conhecimentos teóricos relacionados ao contexto de *fake news* e leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais;

Promover uma sensibilização, para uma atitude crítica perante ao contexto de desinformação.



Conforme Vieira e Volquind (1997, p. 7), a oficina pedagógica é um “[...] espaço-tempo no qual interagem práticas, teorias, crenças e valores”,

A organização da oficina, para Vieira e Volquind (2002), pode ser dividida em três etapas: **contextualização, planificação e reflexão**.

Conforme Vieira e Volquind (1997, p. 7), a oficina pedagógica é um “[...] espaço-tempo no qual interagem práticas, teorias, crenças e valores”, sendo uma alternativa metodológica que permite a investigação da realidade em sala de aula. Estimula o pensamento, o sentimento e a ação e provoca experiências necessariamente socializadas.

Os objetivos da oficina “[...] se enquadram na defesa de uma instituição escolar capaz de oportunizar leitura crítica e cidadã promotora de sociedades mais democráticas, cooperativas e justas” (VIEIRA; VOLQUIND, 1997, p. 14). A oficina busca promover um pensamento crítico perante o maravilhamento diante das tecnologias e mídias, conforme aponta Alvaro Vieira Pinto (2013). Por isso, pretende-se discutir a interface entre a educação e a comunicação à luz das demandas da sociedade em rede do século XXI, como a leitura crítica das mídias.

A organização da oficina, para Vieira e Volquind (2002), pode ser dividida em três etapas: **contextualização, planificação e reflexão**. Na primeira etapa, a contextualização, os participantes são situados na realidade da oficina, verificando-se os conhecimentos prévios sobre o tema. Ocorre também uma apresentação expositiva conceitual sobre o assunto. Em seguida, os alunos são colocados frente a uma ou mais situações-problema, relacionadas ao tema a ser estudado, devendo expressar conceitos espontâneos, promovendo o conflito sociocognitivo ao repensar seus “pré-conceitos” (VIEIRA; VOLQUIND, 2002). O conflito sociocognitivo ocorre quando o processo de interação social cria um estado de divergência de opiniões ou de soluções pessoais.

Para permitir esse processo, o professor ou mediador deve evitar transmitir diretamente sua opinião, estimulando a exposição dos diversos pontos de vista, bem como sua contraposição, realimentando o diálogo com perguntas sempre que necessário. A interlocução deve ocorrer principalmente entre participantes e professor/mediador (VIEIRA; VOLQUIND, 2002).

Para Freire (2005, p. 156), “O diálogo, como encontro dos homens para a ‘pronúncia’ do mundo, é uma condição fundamental para a sua real humanização”. Como elemento central na construção desta oficina, o diálogo possui sua relevância justificada na sua potencialidade de favorecer o pensamento crítico.

Na segunda etapa, a planificação, ocorre o planejamento de ações para a resolução de um problema em comum ou a construção de um plano de aula, os quais são compreendidos como os instrumentos produzidos para resolver um problema, para atingir um objetivo desejado, tendo uma finalidade social nesta proposta. Os recursos a serem produzidos deverão respeitar as aptidões e interesses dos participantes, podendo ser no formato que atenda melhor a equipe. A produção deve expressar sua sensibilidade em relação ao tema abordado, visto que a arte instiga a revisão de pensamentos e posicionamentos, tendo em vista que a sensibilização e a prática permitem uma reflexão e colabora para construção de novos conhecimentos.

Na última etapa, a reflexão, ocorre a sistematização dos conhecimentos produzidos e a avaliação das atividades realizadas, havendo a socialização das percepções decorrentes das atividades, por meio de relatos e reflexões. A avaliação permitirá coletar a percepção dos participantes na oficina, em relação aos novos conhecimentos construídos, de forma individual e coletiva. Para isso, a concepção de avaliação utilizada nesta oficina foi formativa e reflexiva, tendo como base as orientações de Freire (2011).

Acredita-se que a oficina pedagógica seja um instrumento capaz de contribuir para o aprofundamento de ações educativas que favoreçam a educomunicação nas escolas, assim como a fluência dos professores para lidar com a temática com segurança.

Para Freire (2005, p. 156), “O diálogo, como encontro dos homens para a ‘pronúncia’ do mundo, é uma condição fundamental para a sua real humanização”.

Acredita-se que a oficina pedagógica seja um instrumento capaz de contribuir para o aprofundamento de ações educativas que favoreçam a educomunicação nas escolas, assim como a fluência dos professores para lidar com a temática com apropriação do tema.



APRESENTAÇÃO DA OFICINA

Esta oficina visa a criar um espaço de reflexão, de aprendizagem e de troca de experiências sobre o tema “*Fake News* na Educação: uma proposta de educomunicação de leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para formação de professores do ensino fundamental”, para corroborar

com conhecimentos científicos sobre a epistemologia da Educomunicação no espaço escolar, por meio da leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais, com um recorte para o fenômeno das *fake news*, o pensamento crítico, e o perfil de uso e acesso de crianças e adolescentes na internet no Brasil.

O quadro a seguir apresenta algumas informações sobre a oficina.

Tema da oficina	<i>Fake News</i> na Educação: uma proposta de educomunicação de leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais
Local de realização	a ser escolhido
Carga horária	12h presenciais
Nível de escolarização para a qual será dirigida	Professores do Ensino Fundamental Séries Finais
Número de participantes	10 (dez) a 15 (quinze) participantes
Materiais necessários	<ul style="list-style-type: none">• Sala com capacidade para comportar os participantes confortavelmente• Aparelho televisor ou projetor multimídia• Slides com material para orientar o diálogo• Caderno de anotações• Canetas• Pincéis atômicos coloridos

DA AUTORA, 2024

11



OBJETIVO

A partir desse percurso trilhado até a tese, vieram as inquietações que me levaram a refletir sobre as diversas contribuições que os professores podem conduzir em suas práticas na sala de aula visando uma formação crítica para lidar com os diversos contextos digitais que a educação vivencia no século XXI, de forma que preparem os alunos para serem protagonistas sociais no mundo digitalizado.

Por isso, este trabalho discute e colabora para compreender a necessidade de curadoria da informação em contexto escolar, no qual a tecnologia representada neste trabalho por um recorte das redes sociais, agem como uma extensão do homem, do ser, do pensar e do agir no contemporâneo.

Em suma, o problema de pesquisa que se observa está intrínseco a formação do professor, que por sua vez, precisa estar preparado para a impermanência dos contextos digitais que operam sobre a formação do sujeito como ser capaz de pensar e ser, num mundo cada vez mais digitalizado e que exige pensamento crítico para distinguir desinformação e informação, por isso, a questão norteadora deste trabalho que se coloca é: como desenvolver uma proposta de leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para formação de professores como prática de educomunicação? Especialmente para esta tese que faz uma proposição de produto, por meio desta oficina sobre *fake news*, para professores dos anos finais do ensino fundamental.

JUSTIFICATIVA

Quanto aos impactos do contexto de *fake news*, cabe ressaltar o Relatório da OCDE “Leitores do século 21: desenvolvendo habilidades de alfabetização em mundo digital” do ano de 2021, o qual relata os dados do PISA, em que 67% dos jovens do Brasil não sabem distinguir fatos de opinião, estando bem acima da média mundial que é de 47%.

Portanto, espera-se construir a fundamentação teórica que imbrica na necessidade de contemplar a formação de professores por meio da leitura crítica dos meios de comunicação com recorte para plataformas de redes sociais digitais e o reconhecimento das *fake news*, por meio desta oficina.



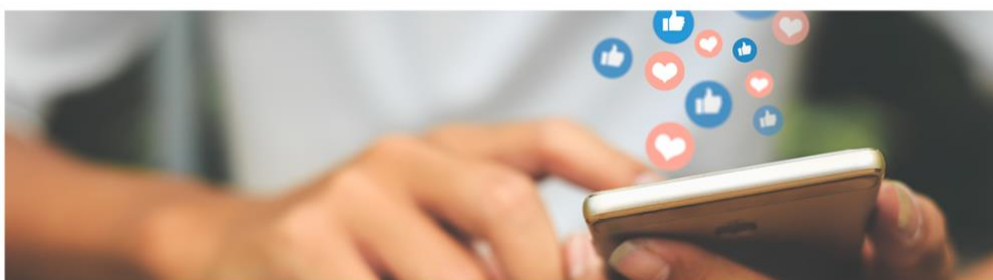
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DA OFICINA

Como já exposto, acontecerão em três etapas, de acordo com Vieira e Volquind (2002): contextualização, planificação e reflexão. Além da organização de do Plano de Trabalho, este Guia de Oficina, objetiva compartilhar uma curadoria de conteúdos para a etapa de contextualização, com a fundamentação teórica da tese que precede esse produto, contribuindo com a divulgação dos materiais consultados, como os sites, e-Books, e livros, que somam para enriquecer a proposta da prática, promover sensibilização e reflexão para apropriação destes conteúdos selecionados, que estarão disponíveis no Apêndice deste Guia de Oficina: “*Fake News* na Educação: uma proposta de educomunicação de leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para formação de professores do ensino fundamental”.

1 PRIMEIRO ENCONTRO PRESENCIAL

Etapa	Atividade	Duração
Contextualização	Apresentação do professor/mediador, esclarecimentos sobre o tema da oficina.	15 min
	Apresentação dos professores participantes	15 min
	Apresentação do conteúdo da oficina. Por que a escolha de estar aqui?	15min
	Síntese conceitual sobre os principais temas da oficina: - Educomunicação; - Educação midiática e sua articulação com a BNCC; - Conceito de <i>Fake News</i> e Desinformação.	15 min
	Análise e interlocução sobre os materiais trazidos para reflexão, no formato de slides, representando a fundamentação teórica de forma expositiva e dialogada.	1h40 min
	Intervalo	15 min
	Continuidade da fundamentação teórica, com materiais selecionados na curadoria, para conceituar: - Leitura crítica da <i>Fake news</i> e desinformação. - Plataforma de Redes Sociais Digitais. Finalização da primeira parte, avaliação da atividade desenvolvida e orientações sobre as próximas etapas da oficina	1h30
Carga horária total da parte 1		4h

DA AUTORA, 2024



14

2 SEGUNDO ENCONTRO PRESENCIAL

Etapa	Atividade	Duração
Planificação	Boas-vindas aos participantes! Retomada apenas dos temas tratados no primeiro encontro. Continuidade dos conteúdos a serem explanados.	2h
	- Leitura crítica da <i>fake news</i> e desinformação - Leitura crítica das Plataformas de redes sociais - Perfil de uso da internet no Brasil, por crianças e adolescentes (TIC Kids Online Brasil, 2022).	2h
Carga horária total da parte 2		4h

DA AUTORA, 2024

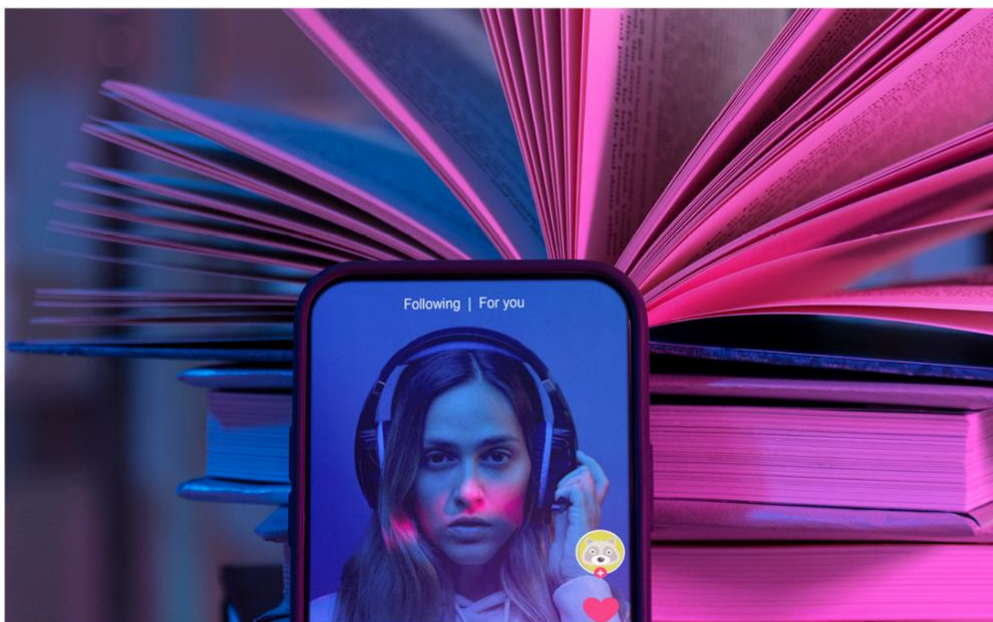


15

3 TERCEIRO ENCONTRO PRESENCIAL

Etapa	Atividade	Duração
Planificação (continuação)	Apresentação do recurso elaborado pelos participantes.	2h
Reflexão	Socialização das propostas de atividades interdisciplinares para ambiente escolar, ou sala de aula. A fim de contribuir para a compreensão de desinformação e <i>fake news</i> e leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais.	1h30
Considerações finais	Avaliação do processo e socialização dos novos conhecimentos aprendidos.	30min
Carga horária total da parte 3		4h

DA AUTORA, 2024



16



CURADORIA DO CONTEÚDO

1º ENCONTRO CONTEXTUALIZAÇÃO

Na primeira etapa de contextualização, os participantes são situados na realidade da oficina, verificando-se os conhecimentos prévios sobre o tema. Ocorre também uma apresentação expositiva conceitual sobre o assunto. Em seguida, os participantes são colocados frente a uma ou mais situações problema, relacionadas ao tema a ser estudado, devendo expressar conceitos espontâneos, promovendo reflexão e o repensar dos “pré-conceitos” sobre a temática trabalhada (Vieira e Volquind, 2002).

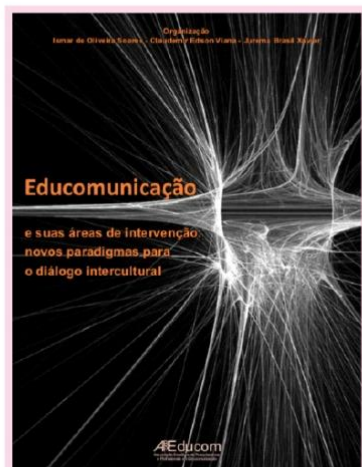
Nesta perspectiva, na sequência o objetivo

é promover uma sensibilização sobre a temática apontada com o arcabouço de autores, apresentando a Educomunicação e seu macrocampo da educação midiática, bem como a articulação com a BNCC, o conceito de *fake news* e plataformas de redes sociais digitais, e por fim, conhecer o perfil de uso das plataformas digitais por crianças e adolescentes no Brasil. Após a apresentação dos tópicos será elencada a curadoria de conteúdo para formação de professores, a fim de conhecerem o contexto das *fake news* na educação.

Síntese conceitual sobre os principais temas da oficina:

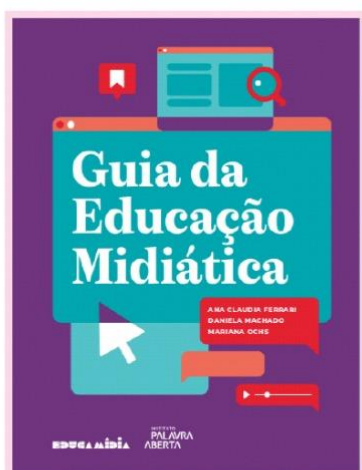
- Educomunicação.
- Educação midiática e sua articulação com a BNCC.
- Conceito de *Fake News* e Desinformação.
- Leitura crítica das Plataforma de Redes Sociais Digitais.

Curadoria de conteúdo:



Educomunicação e suas áreas de intervenção: Novos paradigmas para o diálogo intercultural

Este material aqui divulgado representa, em essência, a contribuição do VII Encontro Brasileiro de Educomunicação ao V Global MIL Week, da UNESCO, ocorrido na ECA/USP, entre 3 e 5 de novembro de 2016. Estamos diante de um conjunto de 104 papers, com uma média de entre 7 e 10 páginas, cada um. Com este rico e abundante material, chegamos ao sétimo E-book publicado pela ABPEducom. A especificidade desta obra é a de trazer as “Áreas de Intervenção” do campo da Educomunicação, colocando-as a serviço de uma meta essencial ao agir educacional: o diálogo intercultural, trabalhado na linha do tema geral do evento internacional: *Media and Information Literacy: New Paradigms for Intercultural Dialogue*.



O Guia da Educação Midiática

Produzido pela EducaMídia e Palavra Aberta, traz uma enorme contribuição abordando os conceitos, da *fake news*, educação midiática passando pela leitura crítica das mídias e tecnologias na escola, e sua articulação com a BNCC.



ACESSE O CONTEÚDO

O E-book cidadão digital: É fato ou Fake? Um bate-papo sobre educação midiática

Foi produzido pela Safer Net (2021) com o objetivo de conceituar os tipos de desinformação e *fake news*, com um conteúdo objetivo, parte do princípio dos dados da OCDE (2021) que aponta que 67% dos jovens do Brasil não sabem a diferença entre fato e opinião, por isso, propõe uma leitura crítica para contexto de *fake news*.



ACESSE O CONTEÚDO

Muito além das “fake news”

Este e-book considera a profusão de informações no contemporâneo, abordando as plataformas de redes sociais e o bombardeio de mensagens o tempo todo, umas verdadeiras, outras falsas, e outras nem tanto. O objetivo do e-book contextualiza o conceito de desinformação e colabora para promover a leitura crítica das plataformas de redes sociais.

19



Coletivo de checagem fake to fora

Foi produzido pelo Instituto Palavra Aberta e plataforma Educa Mídia, com o objetivo de conceituar *fake news*, e qual o princípio de checagem para validar uma informação nas plataformas de redes sociais digitais.

2º ENCONTRO PLANIFICAÇÃO

Para o segundo encontro é elaborada uma etapa de construção colaborativa com uma atividade que apoie os participantes a desenvolverem ações de leitura crítica das mídias em ambiente escolar. Nesta etapa, a planificação ocorre com o planejamento de ações para a resolução de um problema em comum e com a construção de recursos, os quais são compreendidos como mecanismos, artefatos, ou instrumentos produzidos para resolver um problema para atingir um objetivo desejado, tendo uma finalidade social nesta proposta.

Os recursos serão produzidos respeitando a aptidão e interesse dos participantes, podendo ser no formato que melhor os atenda. A produção deve expressar a sensibilidade em relação ao tema

abordado, visto que a arte instiga a revisão de pensamentos e posicionamentos, tendo em vista que a sensibilização e a prática permitem uma reflexão e colaboração para construção de novos conhecimentos. Portanto, para esta etapa será proposta uma atividade em grupo para se discutir o conceito de desinformação e *fake news*, em medida que possam explorar os materiais da curadoria realizada para o Guia de Oficina Pedagógica para promover sensibilização para discutir em ambiente escolar a temática, seja por meio de projetos interdisciplinares ou conteúdos para planos de aulas voltados as disciplinas que possuem a transversalidade da educação midiática, o que ocorre em todas as áreas do conhecimento.

Síntese conceitual sobre os principais temas da oficina:

- Leitura crítica das Plataformas de redes sociais.
- Perfil de uso da internet no Brasil, por crianças e adolescentes (TIC Kids Online Brasil, 2022).



Plano de aula: FUJA DA FAKE, FOQUE NO FATO

Este e-book é o material que fundamenta a prática do segundo encontro, pois orienta o leitor sobre os caminhos para condução para elaboração de uma proposta de atividade interdisciplinar na escola, ou a elaboração de um Plano de Aula articulado a BNCC. (EF09LP01) Analisar o fenômeno da disseminação de notícias falsas nas redes sociais e desenvolver estratégias para reconhecê-las a partir da verificação/avaliação do veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, da análise da formatação, da comparação de diferentes fontes, da consulta a sites de curadoria que atestam a fidedignidade do relato dos fatos e denunciam boatos etc.

(EF69LP14) Formular perguntas e decompor, com a ajuda dos colegas e dos professores, tema/questão polêmica, explicações e ou argumentos relativos ao objeto de discussão para análise mais minuciosa e buscar em fontes diversas informações ou dados que permitam analisar partes da questão e compartilhá-los com a turma. (BNCC, 2017, p. 145).

(EF69LP01) Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso. (BNCC, 2017, p. 141).

(EF89LP03) Analisar textos de opinião (artigos de opinião, editoriais, cartas de leitores, comentários, posts de blog e de redes sociais, charges, memes, gifs etc.) e posicionar-se de forma crítica e fundamentada, ética e respeitosa frente a fatos e opiniões relacionados a esses textos. (BNCC, 2017, p. 177).

(EF67LP03) Comparar informações sobre um mesmo fato divulgadas em diferentes veículos e mídias, analisando e avaliando a confiabilidade. (BNCC, 2017, p. 163).



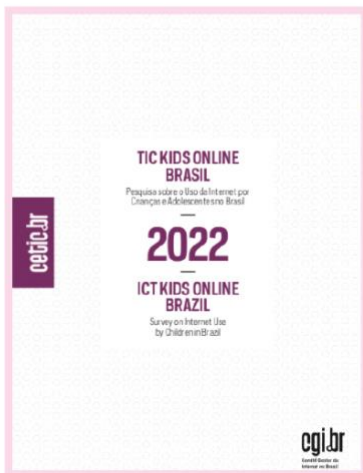
A pesquisa Professores, mídias e informação: o repertório de docentes para a prática da educação midiática

Produzido pela EducaMídia e Palavra Aberta, também contribui discutindo informações sobre o professor.



TIC KIDS ONLINE 2022

É uma apresentação dos gráficos que representam a dinâmica do uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil, trazendo uma clareza quanto a necessidade de educação midiática em ambiente escolar.



A pesquisa TIK KIDS ONLINE BRASIL

Produzido pela Cetic.br contextualiza o acesso e o uso da internet no Brasil, entre crianças e adolescentes na faixa etária de 9 a 17 anos, contribuindo com um olhar para um ambiente digital mais seguro e menos suscetível a desinformação.



Lupa Educação

É um e-book produzido pela própria agência de checagem Lupa, com o objetivo de promover educação midiática apresentando a dinâmica da checagem de informação no Brasil e no mundo, dentro dos princípios éticos considerados pela Internacional Fact-checking Network (IFCN) que dá suporte para coletivos e agências ao redor do mundo validarem dados e informações, especialmente mapeando desinformação e *fake news*.

3º ENCONTRO REFLEXÃO

Na última etapa a reflexão é desenvolvida com a sistematização dos conhecimentos produzidos e a avaliação das atividades realizadas, por meio da socialização e das percepções decorrentes das atividades, por meio de relatos e reflexões. A avaliação permitirá coletar a percepção dos participantes da oficina, em relação aos novos conhecimentos construídos, de forma individual e coletiva. Para isso, a concepção de avaliação utilizada nesta oficina foi formativa e reflexiva.

Para conclusão, após os participantes terem contato e se apropriarem dos materiais da curadoria de conteúdo desenvolvidos neste guia nas etapas de contextualização e planificação, por fim, terem refletido e proposto uma ideia de projeto interdisciplinar para sua escola ou para sala de aula, é oportunizado um momento para a socialização da percepção e leitura dos participantes, sobre os materiais e conceitos discutidos ao longo dos encontros.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Guia para Oficina buscou abordar uma organização em três etapas como uma proposta de formação continuada para professores, objetivando a compreensão de ações educomunicativas, que conduzam à reflexão e sensibilização quanto a abordagem sobre contexto de desinformação na sala de aula e a leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais, para isso, destacamos a importância dessa ação para desenvolver pensamento crítico, assim como a oportunidade de refletir sobre o uso e acesso à internet por crianças e adolescentes no Brasil, conforme apontou a TIC Kids Online Brasil (2021).

É fundamental destacar que a temática deste produto, vem sendo consolidada por diversas organizações e comunidade acadêmica e científica, como o Instituto Palavra Aberta e EducaMídia, a ABPEducom, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação, e o NCE - Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP, que fundamentam a temática sob a

ciência da comunicação e educação, e corroboram para os materiais propostos na curadoria desta oficina, especialmente na primeira etapa, bem como, na segunda etapa que visa utilizar estes conteúdos para desenvolver uma ação educomunicativa nas escolas. Além disso, para concluir a BNCC contempla o desenvolvimento das habilidades de leitura crítica das mídias, e pensamento crítico para lidar com contexto de desinformação e *fake news*, como destacam os materiais escolhidos na curadoria de conteúdo.

Com isso, destaca-se que este Guia de Oficina com a curadoria dos conteúdos, apoiam uma reflexão diante de um mundo emergente, em que a profusão da informação e a pós-verdade, precisam ser discutidos primeiramente pelos professores, agentes capazes de propagar conhecimentos e mediar o pensamento crítico para uma formação com autonomia consciente, quanto a leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais que disseminam desinformação.



REFERÊNCIAS

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas**. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/1/es/a/5pBFdjL4mWHnSM5jXySt9VF/?lang=pt> Acesso em 8 jun 2023.

EDUCA MÍDIA. **A pesquisa Professores, mídias e informação: o repertório de docentes para a prática da educação midiática**. 2023. Disponível em: <https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2023/04/Resumo-executivo-Pesquisa-EducaM%C3%ADdia-1.pdf> Acesso 23 mar 2024.

EUCA MÍDIA. Instituto Palavra Aberta. **O Guia da Educação Midiática**. 2020. Disponível em: <https://educamidia.org.br/guia#recursos-complementares> Acesso 24 mar 2023.

EDUCA MÍDIA. **E-book para Educadores. Fake to Fora**. 2022. Disponível em <https://faketofora.org.br/wp-content/uploads/2022/07/final-coletivo-de-chechagem-22.07.13.pdf> Acesso 23 mar 2024.

EDUCA MÍDIA. **Muito além das “fake news”**. 2022. Disponível em: https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2020/07/AULA_Muito-al%C3%A9m-das-fake-news-V2.pdf Acesso 23 mar 2024.

FÍGARO, Roseli. **Comunicação/educação: campo de resignificação das tecnologias**. In: Comunicação & Educação. São Paulo: CCA/ECA/USP, v. 15, n. 3, p. 07-16, set./dez. 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 212 p.

LUPA EDUCAÇÃO. **E-book Lupa Educação**. 2020. Disponível em <https://lupa.uol.com.br/institucional/2020/12/16/lupaeducacao-ebook-5-anos> Acesso 23 mar 2024.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Desafios culturais: da comunicação à educomunicação**. In: CITELLI, A. O; COSTA, M. C. C. (Orgs.). *Educomunicação construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

OCDE. **21st-Century Readers Developing Literacy Skills In A Digital World 2021**. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/a83d84cb-en.pdf?expires=1686350012&id=id&accname=guest&checksum=44856EE6AF5485D8DF31D678568476D0> Acesso 23 mar 2024.

SAFER NET. **O E-book cidadão digital: É fato ou Fake? Um bate-papo sobre educação midiática**. 2021. Disponível em: <https://cidadadodigital.org.br/recursos.html> Acesso 23 mar 2024.

RAMOS, Glauco. Fundação Telefônica VIVO. **Plano de Aula; Fuja da fake, foque no fato**. 2022. Disponível em: <https://www.fundacaotelefonica vivo.org.br/wp-content/uploads/2021/06/professor-combate-fake-news-plano-de-aula.pdf?x50155> Acesso 23 mar 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. VIANA, Edson Claudemir. XAVIER, Brasil Jurema. **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom. 2017.

TIC KIDS ONLINE 2022. **Pesquisa sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil**. [livro eletrônico] 1ª edição: São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. **Oficinas de ensino: o quê? por quê? como?** 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. 54 p.

GUIA PARA
OFICINA PEDAGÓGICA

FAKE NEWS NA EDUCAÇÃO

UMA PROPOSTA DE EDUCOMUNICAÇÃO NA
LEITURA CRÍTICA DAS PLATAFORMAS DE REDES
SOCIAIS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa originou-se da inquietação em promover a leitura crítica sobre o contexto das *fake news* e o meio em que circulam com o olhar para as plataformas de redes sociais digitais. Dessa maneira, foi pensado no público com recorte para os professores de ensino fundamental que atuam com jovens em processo de formação de leitura crítica dos meios de comunicação em ambiente escolar como ampara determinados eixos da BNCC, para isso, a formação continuada faz parte da rotina dos professores, especialmente sobre contextos digitais, dada a circunstância que nem todo docente em sala de aula está totalmente inserido e formado para lidar com os desafios dos ambientes digitais, ou tenha total compreensão sobre as articulações do contexto de desinformação nas plataformas de redes sociais digitais e como isso pode impactar o desenvolvimento da leitura crítica, como aponta a pesquisa da OCDE (2021) quando indica uma preocupação com o fato de 67% dos jovens brasileiros não distinguirem fato de opinião.

Em decorrência de tal motivação, este trabalho norteou-se pelo objetivo de elaborar uma formação de leitura crítica para professores do ensino fundamental em uma ação de Educomunicação, no seu macrocampo da educação midiática para contextualizar o conceito de *fake news* e plataformas de redes sociais com o desdobramento de suas características específicas, ou seja, descrevendo as condições que a diferencia de outros meios de comunicação de massa, bem como, o perfil de uso da faixa etária dos estudantes de ensino fundamental.

Para isso, organizou-se uma curadoria de conteúdo numa proposição de Guia para realização de uma Oficina Pedagógica, intitulada “*Fake News na Educação: proposta de educomunicação na leitura crítica das plataformas de redes sociais digitais para formação de professores do ensino fundamental*”. Para tanto, a fim de pensar numa solução no formato de produto que pudesse alcançar professores para que se apropriassem de conteúdos específicos e de qualidade para formação continuada a curadoria por meio do guia foi diagramado em formato de E-book, pensando na facilidade em socializar o material por meio digital.

A partir da delimitação de tais critérios para elaboração do produto da presente tese, justifica-se a necessidade de um trabalho pedagógico que esteja alinhado com as demandas e realidade da sociedade contemporânea, e dialogue com o presente problema de pesquisa que está intrínseco a formação do professor, que por sua vez, precisa estar preparado para a permanência dos contextos digitais que operam sobre a formação do sujeito como ser capaz de pensar e ser, num mundo cada vez mais digitalizado e que exige pensamento crítico para distinguir desinformação e informação. Em virtude disso, se propôs um guia de oficina pedagógica com a curadoria de conteúdos próprios e com qualidade de informações, como um caminho possível para o desenvolvimento da leitura crítica, orientada inicialmente aos professores, mas posteriormente, sabe-se que a ação se desdobra para sala de aula e ambiente escolar, influenciando no desenvolvimento da leitura crítica dos alunos.

Na esteira de tais considerações a respeito da importância de um trabalho pedagógico direcionado para compreensão do contexto de *fake news* no contexto das plataformas de redes sociais digitais reforça-se o compromisso social da escola com as práticas comunicacionais, pois devem atuar no sentido das mudanças, resultando do conhecimento efetivo desse campo, para assim permitir que os sujeitos construam uma postura crítica diante da mídia e diante do mundo.

No campo emergente na interface entre a comunicação e a educação, em que surge a Educomunicação, entende-se que a Educação para a comunicação é a mais antiga área neste campo de estudo que constitui a formação para Leitura Crítica da Comunicação, e tão importante quanto fazer a leitura crítica é reconhecer suas condições de produção. Por isso, pode-se dizer que há um potencial pedagógico da mídia como parceira da educação, em especial na leitura crítica que permite tratar as diferentes vertentes de um mesmo fato.

Alinhando-se aos postulados de Soares (2018) acredita-se que a análise crítica da mídia é desenvolvida com a prática, o exercício deve ultrapassar os limites da técnica ensinada na sala de aula, e dessa forma, contribuir para transformar o jovem em um profissional mais crítico e com visão próxima da realidade. Ainda quando discute-se o recorte da mídia para as plataformas de

redes sociais digitais ao afirmar que os algoritmos de modo algum são neutros, automaticamente objetivos ou verdadeiros, e imaginá-los como tal nos leva a uma percepção fragilizada do que se poderia considerar como riscos e benefícios do uso das mídias digitais, por isso, considera-se a alfabetização midiática o caminho possível para o empoderar sujeitos.

Considerando que *fake news*, desinformação e pós-verdade não são elementos que irão se desvincular das plataformas de redes sociais digitais, e não são passageiros, por isso, deve-se buscar o enfrentamento para mitigar seus efeitos, tendo em vista que as plataformas potencializam no cotidiano do indivíduo as crenças, emoções sentimentos e ideologia numa articulação do algoritmo, e quando não há uma leitura crítica corre-se o risco de não discernir o que é *fake news*, desinformação, ou fato, de forma que anula-se a identidade assumindo o pensamento de colmeia, fechando-se numa bolha, por isso, neste contexto situa-se a função social da escola de formar para o século XXI.

Por fim, o desenvolvimento do produto desta tese visa contribuir à solução do problema que consiste na formação de professores para leitura crítica da mídia, destaca um caminho possível por meio do guia da oficina pedagógica que consiste na curadoria de conteúdos com objetivo de promover a socialização de informação qualificada, tendo em vista que diante da profusão de informações nas redes, cabe destacar que as instituições aqui acolhidas para curadoria vem cumprindo um protagonismo na elaboração de materiais para formação de professores como a ABPEducom, Instituto Palavra Aberta e Educa Mídia, Safer Net, Cetic.br com o relatório Tic Kids Online Brasil, Agência Lupa e Fundação Telefônica Vivo. Portanto, foram escolhidos sob o critério de referência em suas áreas de estudos e pesquisa desenvolvidos no Brasil que se coadunam aos objetivos deste presente trabalho.

Diante disso, a partir do diálogo e formação, esta pesquisa vem contribuir para oportunizar subsídio teórico e prático para formação de professores em contexto de desinformação, *fake news*, redes sociais, leitura crítica e formação de professores, tendo em vista que até o presente momento embora foram encontradas apenas dissertações de mestrado na área, e nenhuma tese na base CAPES que associasse educação, *fake news* e formação de professores.

Em suma, promover a leitura crítica no contexto de *fake news* e plataformas de redes sociais digitais é cada vez mais emergente, e não se pode dissociar a escola desse contexto, tampouco a formação de professores, pois estes se tornam um elo fundamental para socializar a capacidade de pensar por si próprio, de duvidar e não compartilhar de imediato tudo o que se vê, de emancipar o pensamento por meio da análise crítica da mídia indo além da técnica e oportunizando ação, diálogo, reflexão, escuta e oportunizar um caminho consistente para leitura crítica da informação e desinformação na sociedade contemporânea.

7. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Paula. FERREIRA Juliana. SCHNEIDER, Marco. **Competência crítica em informação e educomunicação: proposta interdominial no combate à desinformação.** (2022).

ANDRADE, Alison Guimarães. **O exercício do Pensamento Crítico na Leitura de Fake News.** 2021. 112f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) Universidade de Taubaté/SP. 2021.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica.** In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Org). Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. **Comunicação & Educação.** São Paulo, vol. 14, n.3, p. 19-28, set.-dez. 2010. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43579/47201> Acesso em 25 mar 2024.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/Educação e a construção de nova variável histórica.** Revista Comunicação & Educação. Ano XIV. Número 3. Set/dez. de 2009.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e linguagem. Discursos e ciência.** São Paulo: Moderna, 1998.

BAUMAN, Z. (2011). **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar.

BARBIERI, Andrea. **Tem dúvida? Não compartilhe! O uso de fake news por professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II com o propósito de desenvolver habilidades midiáticas com seus alunos.** (2021).

173f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens) – Universidade Tuiuti do Paraná. 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/ij/es/a/5pBFdjL4mWHnSM5jXySt9VF/?lang=pt> Acesso em 8 jun 2023.

BUCKINGHAM, David. Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 35, n. 3, p. 37-58, set-dez, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/13077> Acesso 24 mar 2024.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto da Educação Midiática**. Edições SESC. São Paulo. 2022.

BUCKINGHAM, David. **Media education: literacy, learning and contemporary culture**. Cambridge: Polity, 2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 25 mar 2024.

BRASIL, **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei 8.069/90- ECA.
BRASIL. Projeto de Lei nº 2630, de 2020. **Lei das Fake News**, Brasília, 2020. Disponível: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944> Acesso 6 mar de 2023.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 7 mar. 2023.

CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

CITELLI, Adilson. NONATO Claudia. FIGARO Roseli. Ismar de Oliveira Soares; **A memória dos estudos comunicativos-educativos e da educomunicação no Brasil**. (2021).

CITELLI, Adilson. **Comunicação e educação: convergências educacionais**. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 67-85, 2010.

CITELLI, Adilson e SOARES, Ismar de Oliveira e LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Educomunicação: referências para uma construção metodológica**. Comunicação & Educação, v. 24, n. 2, p. 12-25, 2019. Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v24i2p12-25>. Acesso em: 25 mar. 2024.

COSTA, M. C.C; ROMANINI A. V. **A educomunicação na batalha contra as fake news**. Revista Comunicação & Educação. Ano XXIV, Número 2, jul/dez/ 2019. Disponível <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/165125> Acesso 23 fev 2022.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks, California: Sage, 2009.

DAVENPORT, Thomas H. Beck, Jhon C. **The attention Economy: Understanding the New Currency of Business**. pp. 17 Harvard Business Press, 2002.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: Os perigos das telas para nossas crianças**; tradução Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestígio, 2021.

EDUCAMÍDIA. **A pesquisa Professores, mídias e informação: o repertório de docentes para a prática da educação midiática**. 2023. Disponível em: <https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2023/04/Resumo-executivo-Pesquisa-EducaM%C3%ADdia-1.pdf> Acesso 23 mar 2024.

EUCAMÍDIA. Instituto Palavra Aberta. **O Guia da Educação Midiática**. 2020. Disponível em: <https://educamidia.org.br/guia#recursos-complementares> Acesso 24 mar 2023.

EDUCAMÍDIA. **Habilidades da educação midiática**. 2023. Disponível em: https://educamidia.org.br/assets/pdf/Educamidia_Habilidades.pdf Acesso 26 mar 2023. Acesso 26 marc 2023.

EDUCAMÍDIA. E-book para Educadores. **Fake to Fora**. 2022. Disponível em <https://faketofora.org.br/wp-content/uploads/2022/07/final-coletivo-de- Checagem-22.07.13.pdf> Acesso 23 mar 2024.

EDUCAMÍDIA. **Muito além das “fake news”**. 2022. Disponível em: https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2020/07/AULA_Muito-al%C3%A9m-das-fake-news-V2.pdf Acesso 23 mar 2024.

EUROPEAN, Commission. **The Digital Service Act package**. Europa, 2022. Disponível: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/digital-services-act-package> Acesso 6 março 2023.

FEENBERG, A. **Transforming technology: a critical theory revisited**. 2nd ed. New York: Oxford, 2002.

FRANÇA, Veiga Vera. Organizadores [et. Al]. **Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas.** – Salvador: Edufba, 2014.

FERRARI, A., Machado, D. & Ochs, M. (2020). **Guia da educação midiática.** São Paulo: Instituto Palavra Aberta. Disponível em: <https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2021/03/Guia-da-Educac%CC%A7a%CC%83o-Midia%CC%81tica-Single.pdf> Acesso 25 mar 2024.

FÍGARO, Roseli. **Comunicação/educação: campo de ressignificação das tecnologias.** In: Comunicação & Educação. São Paulo: CCA/ECA/USP, v. 15, n. 3, p. 07-16, set./dez. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra. 143 p. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 212 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra. 2000.

FREIRE, Wendel; PARENTE, Cristiane; KAPA, Raphael. **Educação Midiática [para uma democracia digital].** Rio de Janeiro: WAK, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sergio. **Educar com a Mídia.** Editora Paz e Terra (2011); Edição: 2021.

FROEHLICH, T. (2017). **A Not-So-Brief Account of Current Information Ethics: e Ethics of Ignorance, Missing Information, Misinformation, Disinformation and Other Forms of Deception or Incompetence.** BiD. Textos universitaris de biblioteconomia I documentació, 39, 1-14. Disponível em <https://bid.ub.edu/en/39/froehlich.htm> Acesso 25 mar 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOTTLIEB, Liana. **Da Leitura crítica dos meios de comunicação à educomunicação.** Revista Brasileira de Linguística Aplicada. Revista Trama Interdisciplinar. Ano 1 – VOL 2 – 2010.

GUTIERREZ, Francisco. **Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação.** Tradução Wladimir Soares. São Paulo; Summus editorial, 1997.

IRCP, Site oficial. Carta de Direitos Humanos e Princípios para a Internet. Disponível em: <https://itsrio.org/wp->

[content/uploads/2017/01/IRPC_booklet_brazilian-portuguese_final_v2.pdf](#)

Acesso em: 7 mar. 2023.

KAPLÚN, Mario. **Uma pedagogia da comunicação**. In: APARICI, Roberto (org.). Educomunicação: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

KAPLÚN, Mario. **Uma pedagogia da comunicação**. In: APARICI, Roberto (org.). Educomunicação: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

LANIER, J. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas e subjetividade**. São Paulo: Edições SESC-SP: n-1 edições, 2014.

LEMBKE, Anna. **Nação Dopamina**. São Paulo: Vestígio, 2022.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed.34 Ltda, 1999.

LIPMAN, M. **O pensar na educação**. Tradução Ann Mary Fighiera Perpétuo. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUPA EDUCAÇÃO. **E-book Lupa Educação**. 2020. Disponível em <https://lupa.uol.com.br/institucional/2020/12/16/lupaeducacao-ebook-5-anos>
[Acesso 23 mar 2024](#).

MACHADO, Debora. A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais. Org. SOUZA, Joyce et al. **A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes sociais**. São Paulo: Hedra, 2018.

NAMLE. **National Association for Media Literacy Education**. Disponível em: <https://namle.net/> Acesso 8 jun 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Desafios culturais: da comunicação à educomunicação**. In: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.). Educomunicação construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús **Desafios culturais da comunicação à educação**. Revista Comunicação & Educação, São Paulo, pág, 51 a 61, maio/agosto 2000. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920/39642>
Acesso 25 mar 2024.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Heredando el futuro: pensar la educación desde la comunicación**. Nómadas, Bogotá, n. 5, p. 10-22, 1996.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARQUETTO, Rahmeier Cristine. **Distinguindo conceitos de educação para mídia: alfabetização midiática como objetivo.** (2020)

MARANDINO, Martha. **Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal?** doi: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170030001> *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017.

MATTELART, Armand e Michèle M. **História das Teorias da Comunicação.** São Paulo. Loyola 16ª edição. 1999.

MORAN, J. M. **Como ver a televisão: leitura crítica dos meios de comunicação.** São Paulo: Paulinas, 1991.

NETLAB UFRJ. **Conteúdo nocivo: a Meta protege a integridade eleitoral no Brasil?** 07 de outubro de 2022. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

NICÁCIO, Fernandes Guilherme. **O letramento em cultura da informação como Direito à Formação Cidadã.** (2019). 209f. Dissertação (Mestrado Formação de Professor e Práticas Interdisciplinares da UPE/Petrolina. 2021.

OCDE. Disponível. **21st-Century Readers DEVELOPING LITERACY SKILLS IN A DIGITAL WORLD.** 2021. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/a83d84cb-en.pdf?expires=1686350012&id=id&accname=quest&checksum=44856EE6AF5485D8DF31D678568476D0> Acesso em 9 jun 2023.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE [Internet]. Brasília: OMS; [data desconhecida; acesso em 20 ago 2019]. **Prevenção do suicídio um manual para profissionais de saúde em atenção primária.** Disponível em: https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_phc_port.pdf Acesso 3 jun 2023.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa: como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia.** Santo Andre, SP: Editora Rua do Sabão, 2020.

OROZCO GOMÉS, Guillermo. **Educomunicação: Recepção midiática, aprendizagens e cidadania.** São Paulo: Paulinas, 2014.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. **“Comunicação, educação e novas tecnologias: tríade do século XXI”.** In: CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina (org.). *Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento.* São Paulo: Paulinas, 2011. p. 159-174.

PALAVRA ABERTA, INSTITUTO. **Guia Da Educação Midiática.** Educa Mídia e instituto palavra aberta, São Paulo, 2020. Disponível em <https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2021/03/Guia-da-Educac%CC%A7a%CC%83o-Midia%CC%81tica-Single.pdf> Acesso 25 mar 2024.

PALAVRA ABERTA, Instituto. **Relatório de Pesquisa de professores, mídia e informação: O repertório de docentes para a prática da educação midiática.** Online, Palavra Aberta e Educa Mídia, 2022.

PATENTS. **Apparatus and method for determining user's mental state.** (2013) Disponível em: <https://patents.google.com/patent/US9928462B2/en> Acesso 6 mar 2023.

PARISER, E. **O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PAGANOTT, Ivan. SAKAMOTO, Leonardo. RATIER Rodrigo. **Vaza Falsiane! Iniciativa de letramento midiático contra notícias falsas em redes sociais.** (2021).

RAMOS, Glaucio. FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Plano de Aula; Fuja da fake, foque no fato.** 2022. Disponível em: <https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/2021/06/professor-combate-fake-news-plano-de-aula.pdf?x50155> Acesso 23 mar 2024.

RECUERO, R. (2016). **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As Pesquisas Denominadas do Tipo "Estado da Arte" Em Educação Revista Diálogo Educacional.** vol. 6, núm. 19, set/dez. 2006, pp. 37-50 Pontifícia Universidade Católica do Paraná Paraná, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf> Acesso 25 mar 2024.

ROSA, Rosane. **Epistemologias do Sul: desafios teórico-metodológicos da educomunicação.** Revista Comunicação & Educação. Número 2 – Jul/Dez 2020.

SAFER NET. **O E-book cidadão digital: É fato ou Fake? Um bate-papo sobre educação midiática.** 2021. Disponível em: <https://cidadadigital.org.br/recursos.html> Acesso 23 mar 2024.

SANTOS, R. O. **Redes sociais digitais na educação brasileira: seus perigos e suas possibilidades.** 1º ed. São Paulo: Artesanato educacional, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul:** antologia esencial. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **A pós verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018.

SILVA, Lucinalva de Almeida. **A influência da fake news e da desinformação da era da pós-verdade: saberes e estratégias de professoras do ensino**

fundamental no contexto de uma pesquisa-formação. (2021). 223f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. Org. SOUZA, Joyce et al. **A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes sociais.** São Paulo: Hedra, 2018

SILVEIRA, Sergio Amadeu da; SOUZA, Joyce Ariane de Souza. **Gestão algorítmica e a reprodução do capital no mercado segurador brasileiro.** *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 15-27, ago./nov. 2020.

SOARES, I. de O. **Para uma leitura crítica dos jornais.** São Paulo: Paulinas, 1984a.

SOARES, I. de O. (Org.). **Para uma leitura crítica da publicidade.** São Paulo: Paulinas, 1988.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Introdução à edição brasileira.** In: APARICI, Roberto (Org.). *Educomunicação: para além do 2.0.* São Paulo: Paulinas, 2014.

SOARES, de Oliveira Ismar. **Alfabetização e Educomunicação.** O papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida. 2018. Disponível em <https://milunesco.unaoc.org/mil-resources/alfabetizacao-e-educomunicacao-o-papel-dos-meios-de-comunicacao-e-informacao-na-educacao-de-jovens-e-adultos-ao-longo-da-vida/> Acesso em 24 mar 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. VIANA, Edson Claudemir. XAVIER, Brasil Jurema. **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural.** São Paulo: ABPEducom. 2017.

SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO BRASIL. **Manual menos tela, mais saúde.** 2021. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22246c-ManOrient - MenosTelas MaisSaude.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22246c-ManOrient_-_MenosTelas_MaisSaude.pdf) Acesso 3 maio 2023.

TIC KIDS ONLINE 2022. **Pesquisa sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil.** [livro eletrônico] 1º edição: São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022.

TIC KIDS ONLINE 2021. **Pesquisa sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil.** [livro eletrônico] 1º edição: São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021.

TELEFÔNICA, FUNDAÇÃO VIVO. **Como a Finlândia está usando as escolas para combater fake News.** Disponível: <https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/como-a-finlandia-esta-usando-as-escolas-para-combater-fake-news/> acesso 26 mar 2023.

TSE, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Programa de Combate a Desinformação**; em face das eleições de 2020. Brasília, 2019. Disponível em <https://www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao/> Acesso 23 fev 2022.

UNESCO. Edgar Faure. **Aprender a ser**. 1972. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000181125> Acesso 07 abr. 2023

UNIÃO EUROPEIA. **Comunicação aa Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia**. 2018. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52018DC0236&from=PT> Acesso 23 fev 2022.

UNICEF. **Estado Mundial de la Infancia 2017: Niños en un mundo digital**. NY, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.es/sites/unicef.es/files/comunicacion/estado-mundial-infancia-2017.pdf> acesso 6 mar 2023.

UNESCO. **Guidelines for regulating digital platforms: A multistakeholder approach to safeguarding freedom of expression and access to information**. Paris, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384031.locale=en> Acesso 5 mar 2023.

VIEIRA P. A. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. **Oficinas de ensino: o quê? por quê? como?** 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. 54 p.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução Geroge Schlesinger – 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.